Barbosa Leão, José, 1818-1888.
Colèção de estudos e documentos a favor da refórma da ortografia em sentido sónico.

COLÈÇÃO

DE

ESTUDOS E DOCUMENTOS

A FAVOR DA

REFÓRMA DA ORTOGRAFIA

EM SENTÌDO SÓNICO

PUBLICADA PELO

DR. JOZÉ BARBÓZA LEÃO

CIRURJIÃO DE BRIGADA DO EZÉRCITO

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1878

ADVERTÊNCIA

Convencido de que não podíamos sem desdouro continuar como estamos em matéria d'ortografia, escreví uma memória, na qual espús o nósso estado, fazendo ver que é verdadeiramente anómalo e inaceitável, e propús que saissemos d'ele pela adòção da ortografia sónica, justificando este passo e indicando a maneira de o realizar.

Publiquei anónima éssa memória no fim de 1875, com o título de *Consideraçõis Sobre a Ortografia Portugueza*; oferecí-a ao sr. conselheiro António Rodrigues Sampáio, ministro dos negócios do reino; e fil-a distribuir ás repartiçõis públicas e aos institutos d'ensino superior, especial e secundário. Assim como fis enviar algumas dezenas d'ezemplares á Academia Real das Ciências.

O meu pensamento éra, que a revolução que se precizava fazer, viésse de cima para baixo; porque assim, seria mais fácil e mais pronta. E para isso dirijí-me ao sr. ministro, primeiro sob o anónimo e depois pessoalmente, pedindo que ezijisse de cada um dos conselhos dos liceus o seu parecer sobre a refórma propósta e sobre o módo indicado de a levar a efeito; que esses pareceres fôssem publicados no *Diário do Governo;* e que depois se reclamasse da Academia o seu parecer como em segunda instáncia, sendo este publicado tambem no *Diário*. Entendia,

e creio que entendia bem, que éra o módo da importante questão ser convenientemente estudada e ficar devidamente esclarecida e conhecida.

Não vingou porem ésta minha ideia. Opôs-se a junta consultiva d'instrução pública, e o sr. ministro julgou não dever deixar de seguir o vóto d'éla.

Tinha portanto errado o caminho; e entendí que devia mudar de rumo, a ver se o meu trabalho e sacrifícios não ficávão de todo perdidos para a cauza da refórma ortográfica.

Pensei em se fazer a revolução debáixo para cima. Éra empreza devéras árdua, mas animei-me a tental-a.

No princípio do ano passado comecei a trabalhar nisso pelos meios ao meu alcance. O rezultado dos esfórços feitos no Porto foi o já conhecido parecer da comissão de refórma ortográfica, aprovado em reunião pública e remetido á Academia Real das Ciências por meio de reprezentação: rezultado trancendente, visto que a ideia da refórma da ortografia em sentido sónico recebeu alí uma cérta sanção.

E desde então não tenho cessado de procurar fazer conhecida a refórma e as suas vantájens, nos termos propóstos pela comissão do Porto; assim como a necessidade de realizal-a, e quanto antes.

Infelismente a Academia não correspondeu á confiança que néla se depozitou. Quis dar razão aos que, no Porto, se opúnhão a que o assunto fosse submetido á sua decizão, assegurando que éla não faria couza alguma.

Com efeito, segundo adiante se verá, o procedimento da sábia corporação tira todas as esperanças: éla inspirou-se nos mesmos sentimentos que a junta consultiva d'instrução pública. A aristocracia da ciência recuza-se a favorecer uma refórma, destinada a pôr a boa ortografia ao alcance de todos, a tornar a ortografia unifórme, e a uniformar tambem a prozódia.

Com o que tive mais uma próva de que a revolução se não faria de cima para baixo.

Foi o convencimento d'isso, que me levou a fazer ésta publicação.

Começa pela reprodução da minha memória, com nótas que a dezenvólvem, e em alguns pontos a corríjem.

Dízem-se algumas palavras em relação á crítica que lhe foi feita (páj. 71).

Reprodús-se o parecer da comissão do Porto, tambem com algumas nótas (páj. 75).

Publícão-se valiózos documentos a favor da refórma da ortografia em sentido sónico (páj. 99).

Ezamínão-se os relatórios do sr. conselheiro Jozé Maria Latino Coelho (tendo-se feito as transcriçõis competentes), no que respeita á ortografia (páj. 117).

Espõi-se o módo como se procedeu na Academia com respeito á reprezentação e parecer da comissão do Porto. E fala-se do seu prometido dicionário (páj. 131).

E na concluzão tírão-se as conseqüências, que decórrem lòjicamente dos princípios assentados (páj. 135).

Seria para dezejar que todos lêssem este livrinho. Não axarão eloqüência que os persuada; mas paréce-me que encôntrão argumentação que os convença.

Estão aí respondidos os argumentos que costúmão aprezentar os defensores da ortografia etimolójica, e deduzidas as poderozíssimas razõis que recomêndão a sónica.

Se ésta publicação for lida e meditada como julgo que meréce, tenho por de fé que a revolução será feita de baixo para cima, fácil e prontamente.

Realizada ésta, será facílimo ensinar e aprender a ler e escrever o português; nenhuma outra língua será tão fácil d'adqüirir por um estranjeiro; e nenhuma d'élas terá tão boa ortografia.

Òxalá pois, que Deus dê éssa fortuna á modésta òbrinha.

Lisboa, 17 de dezembro de 1878. = *Jozé Barbóza Leão.*

N. B. A memória, as transcriçõis dos relatórios do sr. Latino Coelho e os documentos vão em ortografia uzual; o résto vai na ortografia nóva. Será pois fácil comparal-as, e aprecial-as, uma em relação á outra.

Xamo a atenção dos leitores particularmente para a concluzão, e para o *specimen* que se lhe ségue.

CONSIDERAÇÕES

SOBRE A

ORTHOGRAPHIA PORTUGUEZA

O progresso é a lei da humanidade. Deus, dando ao homem as fôrças do corpo e as faculdades do espirito, tornou-lhe indispensavel fazer uso d'ellas por causa das necessidades materiaes e moraes com que o creou; e entre estas avultà a de se melhorar e aperfeiçoar, e a de melhorar e aperfeiçoar tudo, que póde servir ao seu melhoramento e aperfeiçoamento proprio e ao seu bem-estar.

Quem, correndo com o pensamento a longa série das idades, attenta no que deve ter sido o homem primitivo e no que é o homem das sociedades cultas da nossa época, e essas mesmas sociedades, comprehenderá que immenso e improbo trabalho requeria o que para isso foi preciso fazer; maravilhar-se-ha das lutas que se teve de sustentar com a natureza; e poderá desvanecer-se das victorias que a sua raça alcançou sobre ella, e dos segredos que tem sabido arrancar-lhe.

Uma das mais notaveis e sem duvida a mais fecunda entre as creações do homem, é aquella por cujo meio elle alcançou communicar o seu pensamento aos outros, tanto na presença como na ausencia; isto é, a linguagem fallada e a linguagem escripta. Deus deu-lhe a voz, e elle, articulando-a de mil modos, conseguiu chegar a dizer tudo que pensa e sente; e representando os diversos sons da voz articulada, pôde transmittir a qualquer distancia os seus pensamentos e sentimentos, chegando a fazel-o hoje instanta-

neamente de um extremo ao outro do globo por meio do fio electrico.

Esta creação do homem póde, talvez melhor do que nenhuma outra, dar idéa do que tem sido os progressos da humanidade, ao pensar-se no que seria a falla e escripta primitiva e no que ellas são hoje, no que foi a typographia ao sahir das mãos de Fust e Guttemberg e no que é actualmente. Mas ao mesmo tempo, se se attentar nas imperfeições que ainda se notam, por exemplo na orthographia de certas linguas vêmos tambem por ahi quanto esses progressos são lentos; e bem assim, quanto muitas vezes são fracas a razão e a logica contra os preconceitos e os caprichos.

Em verdade, não póde negar-se que na orthographia se tem progredido muito, sobre tudo em certas nações. Tambem nós não temos ficado estacionarios; mas é forçoso confessar que a nossa orthographia tem muitas e muito estranhas imperfeições. Basta referir que até se diz, que não temos orthographia, que cada um escreve como quer.

Estas circumstancias tinham-nos muitas vezes impressionado e feito reflectir: por ultimo, tendo tido occasião de ensinar os elementos de leitura a uma creança muito intelligente, observamos quão grandes obstaculos as imperfeições orthographicas oppunham ao adiantamento d'essa creança, e calculamos o que acontecerá com as menos intelligentes. E isso nos decidiu a fazer esta publicação; na qual temos em vista pôr bem patente, quaes e como são, no nosso entender, os sons elementares da nossa linguagem fallada, como elles são mal representados na linguagem escripta, e como se deveriam corrigir as respectivas imperfeições.

As pessoas competentes julgarão do valor do escripto. Nós dar-nos-hiamos por bem pagos do nosso trabalho, se conseguissemos que ellas dedicassem a sua attenção e cuidado ao importante assumpto de que nos occupamos.

Segundo os especialistas, «*orthographia* é a parte da grammatica que ensina a escrever sem erros».

Aceitamos a definição; mas o peor é que elles não nos

dão regras certas, em virtude das quaes se possa affirmar que se escreve certo ou errado. Dizem-nos que a primeira regra é o uso dos doutos; infelizmente porém cada um d'estes escreve a seu modo. Dizem-nos que a segunda é a etymologia; e essa é sem proveito pelo menos para os 99 centesimos das pessoas que escrevem, as quaes não conhecem as linguas d'onde as palavras procedem. Em terceiro logar citam-nos a analogia, que pouco vale tambem. E ao passo que protestam contra a orthographia philosophica ou dos sons, proclamando a etymologica, offendem elles proprios constantemente a etymologia.

Ora, a rasão e a logica dizem que, se a linguagem escripta é a representação da linguagem fallada, o modo de fallar não póde deixar de ser levado muito em conta ao escrever. Para representar bem uma cousa, é indispensavel attender de preferencia ao que se tem de representar.

Pelo que, antes de mais nada, faremos as precisas considerações em materia de prosodia.

Define-se a *prosodía* como sendo «a parte da grammatica que ensina a pronunciar as palavras com o seu devido som e accento».

Torna-se pois evidente que, para isto, é necessario conhecer, quaes os sons elementares com que se formam as palavras, e a sua verdadeira entoação. Por conseguinte diligenciaremos fixar bem o que nos parece haver a tal respeito.

Está em uso dividir os elementos das palavras em *vogaes* e *consoantes*; isto é, em verdadeiros sons da nossa voz, e em articulações ou modificações feitas n'esses sons por meio dos orgãos da bocca. E este uso tem todo o fundamento.

Ora applicando o ouvido com todo o escrupulo á pronunciação das palavras portuguezas, não podemos achar ahi mais que 9 *sons vogaes*, que são *á a, é ê e, i, ó ô, u*; e sôam na ultima syllaba das palavras *olá rosa café mercê ave aqui ilhó avô bambú*[1].

[1] O sr. dr. João de Deus quer que aja quarto som de e. Alem do som de *e* surdo e de *e* fexado, dis que temos um *e* agudo, o qual exem-

Quanto a um terceiro som de *o*, a um *o* quasi *u* como costuma dizer-se, o nosso ouvido não o acha: esse som é puramente o som de *u* breve, como se póde vêr examinando bem as palavras *cúmulo* e *túmulo*, onde o som das ultimas syllabas não tem differença alguma do das penultimas, e ambos se differençam apenas do das primeiras por este ser mais longo.

Advertiremos todavia, que Jeronymo Soares Barbosa apesar d'isto não se contenta com admittir a existencia d'esse

plifica por meio de *pé* e de *fé*, e um *e* abérto, o qual ezemplifica por meio de *bello*, *adega*, *panella*, etc.

Óra, ainda não axei uma pessoa que admitisse ésta distinção que o sr. João de Deus fás do *e*. Para mim, e para o jeral das pessoas, o som do *e* não difére nos dois cazos: em ambos é simplesmente o que xamamos *e* abérto.

Mas ele, num dos períodos que sérvem d'introdução ao seu *Dicionário Prozódico*, querendo mostrar que á diferença, demonstra que a sua pronúncia a este respeito é verdadeiramente singular.

Para ele, *pé* não tem o mesmo som vogal que o seu plural *pés*; *vê* e *vês*, tem tambem som vogal divérso; e o *e* de *sé* é igual ao de *ver* e *ter*, e ao da última sílaba do infinito dos demais vérbos terminados em *er*. Donde se dedús que, àlem de fazer uma distinção muito estranha nos cazos de *e* abérto, confunde este com *e* fexado; e não dá *e* fexado a palavras que o tem.

E, a este propózito direi tambem, que o sr. João de Deus considéra iguais os *ee* de *vendo*, *tempo*, *amemos*, *fazemos*, isto por ter ideias, realmente para admirar, sobre o valor da vogal predominante antes das consoantes *m n nh*, como se verá em outra nóta adiante; e que para ele tem som fexado o *e* inicial que para o jeral das pessoas tem som de *i*, visto no seu dicionário estar *êburneo*, *êclipse*, *êducar*, *êfeito*, *êgoista*, etc. Do mesmo módo que, para ele, tem som fexado o *o* inicial, que para o jeral das pessoas tem som de *u*; visto que o mesmo dicionário trás *ôbedecer*, *ôcazião*, *ôdiozo*, *ôfender*, *ôleado*, etc.

Creio pois, que as ideias peregrinas que o distinto ómem de letras tem neste ponto, não são de mólde a que o público as aceite.

Se ao menos ele a respeito do *o* adòtasse o som abérto, o qual bastante jente empréga dizendo *òbjéto*, *òcidente*, etc., então deveríamos talvês acompanhal-o, num dos respètivos cazos. Em substantivos masculinos não estou lonje d'aceitar, que *o* inicial tenha som abérto em lugar de som de *u*; porque, ao precedêl-os do artigo definido, é realmente mais eufónico dizer *u òbjéto*, *u òcidente*, do que *u ubjéto*, *u ucidente*.

o quasi *u*, de que dá para exemplo o artigo masculino *o*; assevera que entre elle e o som de *u* ha ainda outro som, «o qual por ser surdo e pouco distincto se póde chamar «*ambiguo*, e por isso não tem signal proprio, e se nota na «escriptura já por *o*, já por *u*»; e dá para exemplo a vogal final de *Paulo, justo, amo*, os verbos *soar* e *suar*, e os diphthongos de *pão* e *sáo*. Sobre o que só diremos, que não comprehendemos como o illustre grammatico se deixou desvairar a tal ponto; pois nos parece manifesto que, quer no artigo, quer nos exemplos que dá do seu som *amphibio*, ha nem mais nem menos que o som de *u* breve. E o mesmo diremos de outro som *amphibio*, que elle diz haver entre o som de *e* surdo e o som de *i*; do qual dá para exemplo os verbos *cear ciar*, e os diphthongos de *paes* e *pai*. O nosso ouvido diz-nos que o *e* d'esses exemplos tem exactamente o som de *i* breve; diz-nos, por exemplo, que o *e* de *passear* equivale ao segundo *i* de *viciar*, e que este é exactamente igual ao primeiro.

Quanto a um terceiro som de *e*, que em parte do paiz se quer que haja, não julgamos poder admittil-o.

Com effeito ao sul querem que haja um som de *a*, intermedio aos dous de *Pará* por exemplo. Dizem que é esse o som das terminações em *amo amos, ama amas, ano anos, ana anas, anho anhos, anha anhas*, e que elle é indispensavel para distinguir a primeira pessoa do plural do presente do indicativo da mesma pessoa do preterito nos verbos em *ar*, querendo que se diga, v. g., *amâmos* no primeiro caso e *amámos* no segundo. Mas no norte não se usa tal som: em todas as respectivas palavras, que são muito numerosas, se emprega o *a* aberto; e crêmos que com muita razão, porque é o mais bello som da nossa lingua, e não deve ser sacrificado ao outro, que é abafado e pouco sonoro e por isso muito menos euphonico e harmonioso. E quanto á distincção das duas vozes dos verbos em *ar*, julgamos poder dizer-se que não prova nada, porque prova de mais: se ella fosse necessaria n'esses verbos, sêl-o-hia nos verbos em *er* e em *ir*; e teriamos de dizer, por exemplo, *comêmos* e *comémos*, *vestimos* e *vestîmos*.

Mas deve notar-se, que no sul ha tambem quem não dê ao *a* em questão, nem sequer o som abafado de que fallamos: é a escóla do finado visconde de Castilho. O grande homem de letras dava ao *a* o mesmo valor que nós, pois que diz no *Methodo Portuguez*: «O som que faz (o preguiçoso), abrindo a bocca, é, umas vezes, mais, outras menos claro. E deu para exemplo do primeiro som a interjeição *ah*, o *a* da primeira syllaba de *ave*, *alamo* e *hanga*, e o da ultima de *amará*: e para exemplos do segundo, o *a* da primeira syllaba de *Anna*, *ama*, *amar* e *haver*, e o da segunda syllaba de *esfêra* (sic); assim como todos os *aa* finaes não accentuados, pois que escreveu: «*A* no fim tem pouca força. Que o digam rameira e corôa».

Ora, nós nada temos que objectar quanto ao primeiro ponto; mas quanto ao segundo, ha alguma cousa que não podemos admittir. Vê-se que elle considera o primeiro *a* de *Anna* e *ama* igual ao segundo, e a consequencia é: que colloca essas e semelhantes palavras na condição das particulas e das demais encliticas, e as põe por exemplo ao nivel da preposição *para* e do adjectivo *cada*, que só tem syllabas breves, e se unem á palavra seguinte, por assim dizer como se fossem prefixos[1]. O que, a nosso vêr, é um grande erro, e uma offensa gravissima assim á indole como á elegancia, belleza e força da nossa lingua.

E acrescentaremos que J. Soares Barbosa não commetteu erro menor que os precedentes, considerando nasal o *a* de que nos occupamos; como havemos de mostrar tratando dos sons nasaes.

Applicando o ouvido com o mesmo escrupulo á pronunciação das palavras com respeito ás *articulações*, elle accusa-nos a existencia de 20; as quaes passamos a expôr pela sua ordem natural, e agrupando-as e denominando-as racionalmente. E como as *consoantes* se não fazem ouvir sem ser acompanhadas de um som *vogal*, apresental-as-hemos seguidas de *e* surdo, como é estylo.

[1] No portuguez moderno (por lo) *pelo*, *pela*, *pelos*, *pelas*, e as antiquadas *polo*, *pola*, *polos polas*, estão no caso de *para* e *cada*.

Temos porém a juntar aos sons vogaes e ás articulações a *entoação nasal*. E por ahi se vê, que com 30 elementos se formam todas as palavras da lingua portugueza.

Como todos sabem, as palavras pronunciam-se de modo que ficam mais ou menos claramente divididas em sons que se chamam *syllabas*. Os sons vogaes das syllabas são simples ou compostos: simples, quando constam de um só som; compostos, quando constam de dous.

Effectivamente quasi todos os sons vogaes se usam muitas vezes pronunciados dous a dous n'uma só emissão de voz, formando um som commum a que chamam *diphthongo*. E depois do competente exame, parece-nos poder dizer que na nossa lingua ha 11 diphthongos, a saber: *ái áu, éi êi, éu êu, iu, ói ôi ôu, ui*[1].

Talvez alguem faça reparo em que distingamos dous diphthongos de *e* com *i* e outros dous de *e* com *u*; entretanto a sua existencia é incontestavel. É bem sensivel a differença entre os diphthongos formados com *e* aberto e os que se formam com *e* fechado: tira todas as duvidas o exame da pronunciação de *bateis* e *fieis*, plural de *batel* e *fiel*, e o da de *bateis* e *fieis*, vozes dos verbos *fiar* e *bater*; assim como o exame da pronunciação de *céo* e *seu*. A duvida que alguem possa ter quanto á existencia de dous diphthongos de *o* com *i* tira-se do mesmo modo pelo exame da pronunciação das palavras *joia* e *joio*, *boia* e *boi*.

Da existencia dos outros dão exemplo *caixa*, *pauta*, *fugiu*, *levou*, *cuida*.

[1] Paréce que admito ditongos formados com *e* e com *o* fexados, visto que nesse sentido os acentuei. O que a muitos causará estranheza.

Nos ditongos *ei*, *eu*, de *deveis*, *débeis* e *meu*, *Ceuta*, por exemplo, assim como nos ditongos de *oi*, *ou*, de *boi*, *pois* e *levou*, *moura*, dirão que o *e*, bem como o *o*, sòmente em pronúncia saloia, alentejana ou algarvia é que tem o som fexado, mas que no nórte esses ditongos tem uma pronúncia mais fórte e eufónica, que a vogal fexada não póde indicar.

Ora isto paréce-me verdade. E foi tendo isso em vista que, no parecer transcrito em seguida a ésta memória, se disse que o som do

ninguem duvidará da existencia de *in* e de *un*, de que aliás dão exemplo *limpo*, *tinta*, *tumba*, *mundo*.

Mas nem só os sons simples tem, além da entoação pura da bocca, a entoação fanhosa do nariz: alguns sons vogaes compostos se usam com esta entoação, e se chamam diphthongos nasaes. Ora o nosso ouvido diz-nos que tem tambem entoação nasal os diphthongos oraes *ái*, *áu*, *êi*, *âi*, *âu*, *ui*, e que o provam inquestionavelmente os seguintes exemplos: *cãiba*, *cães*, *amam*, *orgão*, *irmãos*, *hein*, *bem*, *imagem*, *parabens*, *mãe*, *corações*, *dispões*, *bons*, *dons*, *compões*, *confirmam*, *mui*, *muito*, *ruim*, *ruindade*.

Se a alguem parecer estranho que affirmemos a existencia de *êi* e *âu* entoados pelo nariz em certas palavras transcriptas acima, pronuncie e compare bem as palavras *sei* e *sem*, *sou* e *som*, e desenganar-se-ha. Nas segundas ha inquestionavelmente o som composto das primeiras, só com a differença que n'estas a entoação é oral e nas outras nasal. O que tambem acontece a respeito dos diphthongos *ái*, *áu*, *êi*, nas palavras *mais*, *vau*, *maus*, *pais* e *mãis*, *vão*, *mães*, *pães*[1].

Quanto a haver nas palavras respectivas o diphthongo *ui* entoado pelo nariz, crêmos fóra de duvida que elle se usa

ele é mais particular ao Minho, e realmente está em grande minoria comparado com o outro módo de falar.

Por isso, e porque prevalecendo ele averia a criar mais dois sinais ortográficos suplementares, concordei com os meus colégas da comissão do Porto em que prevalecesse a pronúncia contrária, e em que as vogais nazais ficássem reduzidas a cinco.

[1] O ditongo *õu* entoado pelo naríz, existe inquestionàvelmente na província d'Entre Douro e Minho, que Francisco Evaristo Leóni disse ser o *país clássico da linguájem portugueza*. Entretanto aparéce apenas em quatro palavras (bom, dom, som, tom), porque na preposição *com* só eruditos o pronuncião; em jeral pronuncia-se *cum*. E por outro lado na màiór parte do país não admítem esse ditongo: dízem que nas quatro palavras e na pronúncia de *com* pelos eruditos, existe o fexado nazal e não aquele ditongo.

Ora para mim é inquestionável que o ditongo tórna aquélas palavras mais eufónicas do que o serão com o nazal. Mas, entendendo que na preposição *com* se déve pronunciar *u*, seguindo a pronúncia jeral, paréce-me que déve nas quatro palavras prevalecer a pronúncia contrária á do Minho, por ser a mais jeral e porque assim tere-

a nasalisem, se fôr *i* ou fôr *u*, como em *cima, sino, vinho* e *fumo, Nuno, cunho*[1].

Emfim, em materia de sons nasaes entendemos que no seguinte quadro se vê tudo que ha de real na nossa lingua:

máta	manta	máis	mães
séte	sénte	péu	pão
mêdo	Mêndo	sêi	sem
fita	finta	pôis	pões
Róque	rómpe	sôu	som
bôbo	bômbo	Ruy	ruim
mudo	mundo		

Eis-ahi as nossas vogaes e diphthongos nasaes, ao lado dos sons oraes d'onde procedem. Parece-nos que não temos, nem mais nem menos; e crêmos que os que meditarem o assumpto séria e desprevenidamente, serão todos d'esta mesma opinião[2].

E n'estas, e nas já citadas opiniões dos dous illustres grammaticos, e outras que ainda citaremos e tambem não seguiremos, acha-se a nosso vêr mais uma prova da exactidão da velha sentença *Aliquando bonus dormitat Homerus*.

[1] Com admiração geral, o sr. João de Deus no *Dicionário Prosódico* vai além de Soares Barbósa. Para ele a sílaba predominante antes de *m n nh* tem vogal nazal. Ele quér que se diga por ezemplo *câma câno bânho, têma pêna sênha, mîmo lîna nînho, cômo lôna sônho, fûmo Nûno cûnho*. Mas, cousa singular! têm no Dicionário por ezemplo *léme solémne, fóme* [illegible].

Donde se dedúz, que para ele aquélas consoantes só não tem fôrça para nazalar *e o* abértos. E déve notar-se que, se para Soares Barbósa as três vogais são nasais surdas, para o sr. João de Deus todas são tão nasais como as outras vogais nasais: para este a primeira sílaba de *cima*, por ezemplo, tem o mesmo som vogal que a de *tinta*.

Óra, ésa pronúncia fanhósa é inadmissível. Serviria sòmente para afeiar inúmeras palávras. Além d'isso é uma pronúncia forçada: a meu ver a vogal nazal, antes de qualquer das três consoantes, só se póde tornar sensível fazendo esfôrço para isso.

[2] Tênhão-se em atenção as retificações feitas nas nótas precedentes.

Os sons vogaes unem-se tambem dous a dous, e pronunciam-se d'uma só emissão de voz formando sons compostos, que se chamam *syneresis*. A differença entre syneresis e diphthongo consiste, em que n'este os sons confundem-se mais ou menos, e n'aquella unem-se sómente e ouvem-se bem distinctos um depois de outro.

As syneresis são de dous generos: n'umas o primeiro som é breve e o segundo longo, n'outras ambos os sons são breves; e o som longo das primeiras póde ser uma vogal oral ou uma vogal nasal, um diphthongo oral ou um diphthongo nasal. Dão exemplo do que affirmamos, as seguintes palavras *quátro, agua, guéla, redarguí, equidade, quéta obliquo, quando aguentar quinquénio, enxaguai agueiro delinquiu desaguou, saguão.*

Crêmos que se não contestará a existencia das syneresis que deixamos exemplificadas; isto é, d'aquellas cujo primeiro som é *u*, precedido das consoantes *g* ou *q*, embora J. Soares Barbosa só admitta algumas das do primeiro genero. Cabe porém perguntar, se serão essas as unicas que se usam na nossa lingua; pergunta a que julgamos poder responder negativamente, e dizer mesmo que ha varias especies e que a syneresis é muito frequente em portuguez.

A nosso vêr, são prova d'estas asserções os exemplos seguintes: *aériamente aórtico, espingardeádo enthusiástico, quiètação, archeólogo iscariote, teúdo piúgas coágulo, poético cuécas, poêma, distribuí, alcoólico, adiantamento, sufficientemente, consoantemente, coimbrão coincidencia, Pantaleão escorpião; e Caetano alfaiate, saudação, aleatorio area variação infancia, piedade especie, pateo theologia visionario reunião diuturnidade, coalhado taboa proficuamente precipua, poesia tenue, coirmão destituição coordenado proficuo.*

Talvez se diga que damos á syneresis um alcance que não tem. Mas a isso responde esta observação: a syneresis é um som composto de dous sons vogaes pronunciados d'uma só emissão de voz, na qual ficam muito unidos mas bem distinctos; todas as vezes que isto se der, haverá syneresis; e parece que isso se dá em todos os casos de que as palavras acima são exemplo. Além de que deve advertir-

se, que sem a synereesis a pronuncia das respectivas palavras seria tarda e arrastada, e tornaria a elocução frouxa; e com ella é rapida, e a elocução fica mais incisiva e energica. D'onde parece decorrer que a frequencia da synerecis é um elemento de belleza e fôrça para a nossa lingua.

Por isso julgamos poder affirmar-se, que, além das synereesis que tem por primeiro som *u* precedido de *g* ou *q*, ha tambem pelo menos as que exemplificamos com a segunda serie de palavras; que são 16 do primeiro genero, e 9 do segundo[1].

Eis-ahi pois o que julgamos dever expôr a respeito de prosodia, como preliminar para o que queremos dizer sobre orthographia. Eis-alli indicados os sons da nossa vóz que entram na linguagem fallada, e as articulações com que os modificamos. Eis-alli tambem os sons compostos, de entoação oral e nasal; com os quaes e com os sons simples, sós ou acompanhados de articulações, se formam as divisões das palavras, que chamamos syllabas, sob o ponto de vista da pronuncia.

Passando á orthographia, cumpre antes de tudo consi-

[1] A distinção entre ditongo e sinérezis paréce-me incontestável: próva-se com o ezemplo seguinte. Em *cauza* e *quatro* á na primeira sílaba as mesmas duas letras vogais, só com a diferença que na primeira palavra *u* está depois de *a*, e na segunda está antes. E a pronúncia d'aquéla sílaba nas duas palavras é muito diferente: em *cauza* as duas vogais como que se fúndem num som composto de ambas; em *quatro* estão só encostadas, e ôuvem-se distintamente uma depois da outra.

Não á diferença no módo de pronunciar as duas vogais nas sinérezis dos dois jéneros: por ezemplo, em *quatro* como em *quadrado*, em *delinquí* como em *equidade*, as duas vogais pronuncião-se inquestionàvelmente d'uma só emissão de vós; se fizéssem duas sílabas, a pronúncia da palavra perdéria muito da sua fôrça.

Outro tanto me paréce acontecer com as sinérezis que exemplifiquei á parte: faça-se de cada uma duas sílabas, e vêr-se-á como a pronúncia fica. Esperimêntem-no por ezemplo em *Caetano*, *alfaiate*, *piedade*, *visionário*.

Entretanto no ensino primário talvês seja conveniente fazer as duas silabas.

gnar bem este principio incontestavel já alludido: a linguagem escripta é para o simplesmente a representação da linguagem fallada. Pelo que a orthographia será tanto mais perfeita, quanto mais natural, mais simples e mais exactamente realisar essa representação.

Esta só consideração basta por tanto a fazer comprehender o que vale a nossa orthographia em uso, que não realisa a representação da linguagem fallada, nem exacta nem simples ou naturalmente. Porque a lingua portugueza é filha da latina, querem os puristas impôr um respeito cego por esta, que aliás a cada passo lhe não tributam. Mais ainda: querem igual respeito pelo grego e demais linguas de quem tivermos adoptado palavras. E por isto principalmente é que nos achamos muito áquem do aperfeiçoamento orthographico que podiamos ter attingido.

Tambem nós entendemos que se deve tributar respeito á lingua mãi, mas respeito racional, logico e justo. O portuguez é filho do latim, mas filho emancipado ha muito. Um filho não deixará de ser bom filho, por que se guarde de seguir certos habitos e usos do pai: não crêmos que alguem pratique a injustiça de chamar mau filho, por exemplo ao doutor de capello pela universidade de Coimbra que evite os erros de prosodia e orthographia que commetta um bom homem do povo, que lhe tenha dado o ser e os recursos para alcançar aquella elevada posição. A lingua portugueza deve honrar-se de ser filha da latina; mas não póde esquecer-se de que deve procurar mostrar-se verdadeiramente culta: Cumpre não deixar de dar toda a attenção a isto.

Ora, se em portuguez os elementos da linguagem fallada são 9 sons vogaes e 20 articulações, a bôa razão dicta, que se deviam crear 29 signaes para os representar, e que cada um d'esses elementos fosse sempre e unicamente representado pelo signal respectivo. E se, além d'isto, se determinasse um modo unico de indicar a entoação nasal dos sons vogaes, ter-se-hia o necessario para a exacta representação d'esses elementos; d'onde pouco faltaria para chegar-se a uma orthographia tão simples como perfeita.

Está-se porém muito longe d'isto. Para representar os 9 sons vogaes, temos os onze signaes seguintes: *á a, é ê e, i, ó ô o, u, y*. Para indicar a entoação nasal d'esses sons, temos tres signaes em vez de um; com a circumstancia aggravante, que dous representam tambem uma articulação cada um, entrando ainda um d'elles na representação de uma terceira. Na representação das 20 articulações, se considerámos o *ç* á parte do *c*, empregam-se 20 signaes; mas d'uma maneira singularissima, como vai vêr-se.

Um só d'esses 20 signaes satisfaz á indicação racional e logica; é o *v*. Só este representa sempre e unicamente o seu respectivo som, que tambem é sempre e unicamente representado por elle. Em contraposição ha um, o *h*, que não representa nenhum som. Tres (*b d p*) estariam no caso de *v*, se nos não divertissemos em empregal-os dobrados em certas palavras, em usar o *b* e o *p* n'outras sem nada representarem, e em empregar o *p* seguido de *h* para representar outra articulação. Quatro (*ç j k q*) representam unicamente um som, mas este é tambem representado d'outro modo; e o *q* requer sempre *u* depois de si, o qual aliás não exprime som algum na maioria dos casos. Dous (*f t*) tambem representam sempre o mesmo som, mas este é igualmente representado d'outro modo; e em varias palavras usam-se dobrados. Tres (*l m n*) representam a respectiva articulação, mas além d'isso dous d'elles representam cada um outra seguidos de *h*, e dous representam tambem a entoação nasal. Emfim *c g r z* representam, cada um dous sons; *s* representa tres; e *x* representa cinco. E *c g m s x* empregam-se como o *b* e o *p*, sem representarem cousa alguma; dobrando-se tambem *c g l m n r s*.

E não deixa de ter tambem singularidades muito notaveis o emprego dos signaes que representam os sons vogaes. Cumpre advertir que, sendo raras vezes usado o accento agudo que distingue o *a*, *e* e *o* abertos, e o accento circumflexo que distingue o *e* e *o* fechados, e não havendo regras certas que ensinem quando aquellas letras representam este ou aquelle dos seus sons, a todo o momento os principiantes ficam em duvida sobre o som a dar-lhes, e não raras

vezes o ficam mesmo os não principiantes. Por outro lado, como já indicamos e se prova com os exemplos de paginas 9 e 13, o som de *i* é muitas vezes representado por *e*, e o de *u* por o.

Vê-se pois do que fica exposto até aqui, quanto a orthographia é imperfeita na representação dos sons elementares. Comprehende-se que não é mais perfeita na representação da entoação nasal; visto que emprega tres signaes, dous dos quaes, o *m* e o *n*, são tambem representantes de articulações, e que o terceiro, o ˜, que é unicamente signal de nasalidade, é o menos empregado de todos. E ainda isso não é tudo: vai vêr-se que a sua imperfeição é talvez ainda maior na representação dos sons vogaes compostos; do que se póde ter já feito idéa pelo modo por que tivemos de enunciar alguns dos nasaes.

Os onze diphthongos oraes são representados, indistinctamente quasi todos, do modo seguinte: *ai* por *ae aï ay; au* por *ao au; éi* por *éi ei; êi* por *eï ey, é ê e; éu* por *éo eo, éu eu; êu* por *eu eo; iu* por *iu io; ói* por *óe oe oi oy; ôi* por *oï oy; ôu* por *ou, ô o;* e *ui* por *ue ui uy*. Os seis diphthongos nasaes encontram-se representados assim: *ãi* por *ãe ãi aim; ãu* por *am ão; ẽi* por *eim, em en; õi* por *õe ôem õem õi; õu* por *om on; e ũi* por *uim uin ui,* e tambem por *un,* pois ha quem escreva *munto*.

Talvez porém haja quem duvide de que seja exacto tudo que dizemos sobre a representação dos diphthongos; parece-nos até ouvir já notar que digamos, que o diphthongo *êi* é representado por *e ê e*, e que *ôu* é representado por *ô o:* entretanto isso é exactissimo. Os leitores terão visto escrever *Moréa platéa, corrêa, vêa, Lisboa pessoa, corôa vôa,* e todos escrevem *exame pretexto;* em quanto que a pronuncia d'essas palavras é *Morêia platêia, corrêia vêia, êizame pretêisto,* e *Lisbôua pessôua, corôua vôua.* E ao passo que todos reconhecerão por exemplo, que ha uma muito grande differença entre o som da palavra *vêa* e o da expressão *vê-a* apesar d'escriptas com as mesmas letras, reconhecerão tambem que não ha nenhuma, na parte respectiva, entre *vôa* e *levou-a,* sendo aliás muito diverso o som

de *ô*, e de *ou*; assim como se não poderá estranhar, que um principiante julgue dever lêr *Lísboa* e *péssoa*, visto que o mandam lêr *tâboa* e *nódoa* [1].

Ahi temos por tanto os elementos da linguagem escripta, em face dos elementos da linguagem fallada. Um ligeiro exame comparativo fará vêr quanto é eloquente o resultado da comparação. Fica manifesto que as imperfeições da orthographia são tão numerosas como notaveis; e quem quizer apreciar as grandes difficuldades que vem d'aqui para a instrucção primaria, dê-se ao trabalho d'ensinar uma criança a lêr.

Um muito illustre homem de letras (que estas acabam de perder) emprehendeu ha annos uma campanha, que pareceu dever vir a dar em resultado a victoria á razão e ao bom senso: mas infelizmente tentou-se realisar duas reformas ao mesmo tempo; o desfavor que cahiu sobre uma, comprometteu a outra; e tudo ficou como estava. Em tal caso cabe agora perguntar, se as cousas devem continuar assim; se não será justo nem licito attentar contra aquellas imperfeições. Antes porém de desenvolvermos a nossa opinião sobre este ponto, apreciemos os fundamentos com que se pretende defendel-as, e manter isso que se chama orthographia usual.

Como já notamos, diz-se até que não temos orthographia, que cada um escreve como quer; e é certo que em cada estabelecimento typographico se costuma fallar na *orthographia da casa*, differente mais ou menos em quasi todos (com a *orthographia da casa* é publicada esta Memoria); entretanto ha uma orthographia mais geralmente seguida, mais ou menos em relação com as origens latinas e outras, e que muita gente crê ser uma orthographia verdadeiramente etymologica. Mas esta crença é erronea; os que ahi gritam mais a favor da etymologia como base para a orthographia, não são dos que a offendem menos; contradicção que não é d'estranhar, pois que data de seculos.

[1] A respeito da pronúncia de *exame, Lisboa, pessoa, coroa* vos falarei mais adiante, tratando de *ex* inicial e do ditongo *ôu*.

Com effeito, no tempo em que a etymologia tinha dominio absoluto, em que se não ensinava grammatica portugueza, e em que se dizia do que frequentava uma aula de latim — anda na grammatica —, viu-se o seguinte: A palavra latina *unus* é a raiz de *um*, *est* a de *é*; e os etymologistas mandaram escrever *hum he*: accrescentaram em ambas um *h*, o qual se eliminou desde pouco ainda. Havia em latim a preposição *in*, e passou tambem ao portuguez, pronunciando-se tal qual no fallar corrente; pois bem, os etymologistas mandaram-na escrever *en* e depois *em*, e pronunciar ẽi. Fizeram-se d'ella um prefixo que começa uma infinidade de palavras, nas quaes todos pronunciam ĩ, como indicamos a paginas 9; e esses mesmos adoradores da etymologia mandaram escrever *en* e *em*. Fizeram mais: nas palavras que no latim tinham *in* como prefixo, substituiram *i* por *e*, fazendo por exemplo de *imbibere incantare intendere impetigo infirmus ingenium*, *embeber encantar entender empigem enfermo engenho*. O verbo *rumpere* é a raiz de *romper*: das 52 vozes diversas que dão a este verbo portuguez, 3 pronunciam-se com *o* aberto[1] e 4 com *o* fechado (*rómpes rómpe rómpem*, *rômpo rômpas rômpa rômpam*); as 45 restantes no fallar corrente pronunciam-se com o som de *u*. Apesar d'isso os etymologistas mandaram escrevel-as todas com *o* sem accento, de modo que em quarenta e cinco offende-se a etymologia sem motivo, e offende-se em todas a razão e a logica.

Por estas simples amostras, comprehende-se bem o respeito que merece a orthographia em uso, assim como o que tem tido pela etymologia os que se proclamam etymologistas. E isto e o que já dissemos a paginas 15, dispensa outras considerações geraes: vamos ao especial.

Temos dous sons de *a*, e um signal para cada um d'elles; parece pois que não havia a fazer mais do que usal-os respectivamente. Entretanto não se faz assim; só por excepção se emprega *a* accentuado; em geral emprega-se *a* sem

[1] Está retificado em nóta, a pájinas 20.

accento para representar ambos os sons, dando logar a duvidas e confusão. Qual seja a razão d'isto, não sabemos: se nos disserem que o uso do accento embaraça, respondemos que isso poderá allegar-se quando muito para o manuscripto, mas não quanto aos impressos; tanto custa ao compositor tomar do respectivo caixotim um *a* como outro.

Temos tres sons de *e*, e outros tantos signaes; estamos pois no caso do *a*. Mas tambem se faz o mésmo que alli; quasi só se usa do *e* sem accento, augmentando proporcionalmente sem razão alguma as duvidas e a confusão.

Ha dous sons de *o*, e usam-se tres signaes. O signal de *o* sem accento é aquelle com que se representa o que dizem *o* quasi *u*, e que é simplesmente *u* breve; pois bem, é com este signal que em regra se representam, do mesmo modo, e produzindo a mesma confusão e duvidas, os sons de *o* aberto e fechado, e isto sem que se possa adduzir outro motivo que não seja a futil razão do embaraço do accento.

Ha um só som de *i* e vêmol-o representado por tres diversos signaes, *i y e;* assim como havendo signal que distinga o *i* longo, só por excepção se emprega, usando-se tambem quasi sempre do *i* sem accento para representar as duas inflexões d'esse som. E será justificada a triplice representação do *i*? O emprego do *y* já se vai mostrando que não tem justificação, pois que o vemos substituido por *i* em muito grande numero de casos; quanto ao de *e* não crêmos que seja mais justificavel.

Com effeito o que dissemos dos prefixos *en em,* é d'isto prova elequente; e não é a unica. Em muito grande numero de palavras começadas por *es* que se pronuncia *is,* só por capricho se empregou e emprega o *e:* exemplo d'isto dão *esbirro escala escrever esdruxulo esmaltar espaço esqueleto estado,* palavras derivadas de *sbirro scala scribere sdrucciolo smaltare spatium squeletus status.* Como se vê, as raizes d'estes vocabulos começavam por *s,* e para aproprial-os á indole da nossa lingua teve de se lhe antepôr uma vogal; ora se se adoptou *i* na pronuncia, a razão mandava que se não escrevesse *e*.

Ha outro muito grande numero de palavras começadas

por *es* que se pronuncia *is*. Os que se dizem competentes, consideram-n'as compostas, sendo primeiro componente o prefixo *es*; e asseveram que este se deriva da proposição latina *ex*, e tem força extensiva ou privativa. Mas se é inquestionavel que em muitas d'essas palavras é difficil descobrir tal força, e que se conserva inalteravel o *ex* em tantas palavras vindas do latim, das quaes elle é componente, é licito duvidar da alludida derivação; a qual pela nossa parte não julgamos poder aceitar, parecendo-nos que este prefixo *es* é puramente portuguez, tão portuguez como o prefixo *e* de *escala*, *escrever*, *esqueleto* e *estado*. E concedendo mesmo essa derivação, é claro que com a mesma authoridade com que se mudou o *x* em *s*, se podia mudar o *e* em *i*, pela forte razão da conveniencia de harmonisar a orthographia com a pronuncia.

Emfim nas outras palavras que tem *e* que sôa *i*, tomadas do latim ou de outra lingua onde tem *e*, a mesma razão da conveniencia de harmonisar a orthographia com a pronuncia authorisa a mudança, que aliás se tem feito em muitas palavras, e não ha razão para que se não faça em todas. Quem pôde mudar por exemplo *ecclesia* em *igreja*, *aetas* em *idade*, *aequus* em *igual*, *germanus* em *irmão*, *exemptus* em *isento*, *lectio* em *lição*, póde fazer essa mudança reclamada pela razão e pela logica.

Temos tambem um só som de *u*, e usa-se de dous signaes para o representar, *u ò*: e, cousa notavel! tendo o primeiro o nome d'esse som, e tendo o segundo o nome de um som diverso, é este segundo que se emprega mais geralmente. De sorte que o *o* sem accento, que podia e devia eliminar-se visto não ter som proprio que represente, é por ventura a letra mais usada na nossa lingua.

É qual será a razão por que se usa de *o* a representar *u*? Tambem o não sabemos. A quem dissesse que isso era necessario ao menos no caso em que ha seguidos dous sons de *u* como em *triduo*, apontariamos a palavra *cooperar* e semelhantes, e perguntariamos a razão por que esses sons podem ser representados por dous *oo*, e não podem sel-o por dous *uu*. Aquelles a quem repugnasse vêr *u* breve no fim das pa-

lavras onde hoje se põe *o*, diriamos que não ha razão para que se não possa fazer com *u* o que se faz com as outras letras vogaes,—para que se possa usar, v. g., *nora* e *Pará*, *Fafe* e *café*, *quasi* e *aqui*, e se não possa usar *peru* como se usa *perú*. E notaremos aos etymologistas que *triduo* vem de *triduum*[1]; que o *o* final das palavras portuguezas corresponde em muitos casos a uma raiz latina terminada em *us* ou *um*; que as vozes dos verbos que terminam em *os*, terminam em *us* no latim; e que portanto a etymologia está aqui d'accordo com a razão, mandando que se deixe d'empregar *o*. Assim como notaremos, que a substituição do *o* final já começou: em Lisboa e sul do reino toda a mestrança escreve *veiu* e não *veio*; e sem duvida que se póde fazer a mudança nas demais palavras com a mesma authoridade com que se fez n'essa voz do verbo *vir*.

[1] Disse que *tríduo* vem de *trîduum*; e assim dizem os dicionários, tanto neste como nos cazes análogos. Farei porem aquí uma advertência, que tem aplicação igualmente em outros pontos d'ésta memória.

É opinião jeralmente recebida, que os nómes portuguezes derivados do latim se formárão do ablativo e não do nòminativo. O ablativo éra muito uzado no latim; considéra-se que a proporção do seu uzo, comparado com o uzo dos outros cazos todos juntos, está na razão de 4 para 1: pelo que tem o nóme de cazo latino, por ecelência. E como os nómes latinos de nominativo terminado em *um* ou em *us* tinhão o mais das vezes ablativo em *o*, d'aí tomamos a terminação *o* dos nómes masculinos, escrevendo por ezemplo *tríduo cazo*, ablativos de *tríduum casus*, e *justo* ablativo masculino e neutro de *justus*.

Mas nem por isso a questão fica prejudicada. Os nóssos ómens de letras, formando a língua, julgándo-se autorizados a transformar *u* em *o* nos vários nómes em que o ablativo latino terminava em *u*, como sucedia em *cursus portus*, cujo ablativo éra *cursu portu*: aquí julgárão poder e dever ofender a etimolojia e a pronúncia. Depois terminárão tambem em *o* os muitos nómes jenuinamente portuguezes (ou vindos d'outras línguas onde o radical não o tinha), que se termínão em *e* na pronúncia, não duvidando ofender ésta.

Portanto a razão mandava que eles fizéssem o contrário do que fizérão, porque ofendião sòmente a etimolojia em determinados cazos. Assim ofendêrão ésta em outros e a pronúncia em todos, tornando irracional a ortografia.

Cumpre-nos pois emendar o seu erro.

Emfim com *u* succede o mesmo que com *i*, tambem tem duas inflexões e um signal que as distingue, mas só por excepção se usa d'esse signal. Assim não costuma distinguir-se *i* nem *u* longos, nem mesmo quando a distincção é indispensavel, como por exemplo no caso de *principio* e *pronuncia*, vozes verbaes que sem o accento se confundem com os substantivos *principio* e *pronuncia*, e das vozes *continúo* e *mutúa* que se confundem com os adjectivos continuo e mutua. E porque não hão-de *i* e *u* longos ser sempre representados pelo signal de accento agudo, evitando a confusão e as duvidas que d'ahi provém? Porque parece que entre nós ha horror aos accentos.

Eis-ahi pois como são debeis os fundamentos das imperfeições orthographicas no que toca ás vogaes simples oraes. Vejamos agora os diphthongos.

Já vimos que *ai au* são tambem representados por *ae ao*. E vai vêr-se, se esta orthographia, d'antes usada geralmente nas terminações, e ainda hoje quanto a *ao*, é justificavel ou não.

Temos nomes terminados em *ai* e *ais*; e examinando para exemplo *ai pae caes arraes*, acha-se: 1.° que o substantivo *ai* é a representação genuina d'este diphthongo, e portanto a sua orthographia é irreprehensivel; 2.° que *pae* poderão dizer que deriva de *pater*, mas quem póde eliminar *t* e *r*, tambem podia mudar o *e* em *i*; 3.° que *caes* deriva de *callis*, e que tendo os etymologistas mudado o *i* em *e*, deram prova irrefragavel da sua inconsequencia; 4.° e que *arraes* já tambem os diccionarios o trazem com *i*, e portanto não prova a favor do emprego de *e*.

Nas vozes dos verbos (que aliás já poucos escrevem com *ae*) acha-se que, por exemplo, em *amais recebais admittais*, derivados de *amatis recipiatis admittatis*, a etymologia condemna o *e*; e se a voz do imperativo *amate* authorisaria *amae*, a conveniencia de harmonisar a orthographia com a pronuncia authorisa a mudança de *e* em *i*.

Dizem os grammaticos que os nomes terminados em *al* formam o plural mudando o *l* em *es*: e porque assim, e

não d'outro modo? A immensa maioria dos nossos nomes em *al* é genuinamente portugueza: são vocabulos compostos de certas palavras com a desinencia *al*, que se diz collectiva ou extensiva. Quanto aos que derivam de nomes latinos em *al*, ha a notar que os substantivos são neutros e fazem o plural em *alia* como *animal animalia*, sendo aqui o *e* repellido pela etymologia; e se os adjectivos tem uma terminação em *ales*, tambem tem uma em *alia*, não offerecendo por isso razão sufficiente para que o empreguemos quando a harmonia com a pronuncia exige o contrario. Porque pois não havemos de estabelecer, que o plural dos nomes em *al* se forma mudando o *l* em *is*? Em *is* se muda tambem o *l* dos nomes em *el*.

Quanto á representação de *ai* por *ay*, escusamos de impugnal-a. O *y* não é mais sustentavel n'este do que nos demais casos.

Com *ao* acontece o mesmo que com *ae:* nada justifica o emprego do *o*, muito pelo contrario. Effectivamente, veja-se aonde conduz o exame dos seguintes exemplos: *gráo máo náo páo váo*. Estas palavras derivam das latinas *gradus malus navis palus vadum*; o que prova que a etymologia, em contrario do que fizeram os etymologistas, manda escrever *u*. E nas palavras propriamente portuguezas, é claro que devemos fazel-o, porque a genuina representação d'este diphthongo é *au*.

Vimos que *éi* se representa tambem por *ei*, sem que este segundo modo de representar esse diphthongo tenha razão nenhuma que o fundamente. Escusado é pois adduzir argumentos contra elle: é preciso que o diphthongo em questão seja representado sempre por *éi* a fim de evitar equivocos, que sem isso são inevitaveis, e que nada justifica.

Tambem vimos que *êi* é igualmente representado por *ey* e por *é ê e*. Ora, a representação por *ey*, que só poderia apoiar-se na derivação grega, não é sustentavel em boa razão, — aqui, como tambem em *oy* e *uy*, o *y* está condemnado; a representação por *é* e por *ê* repugna, porque cada um d'estes *ee* representa um som inteiramente diverso; e

deixamos á consciencia dos leitores o decidir, se é justa, logica e racional a representação por *e* mudo como em *exame* e *pretexto*. Diremos sómente que para nenhum dos dous primeiros modos de representação achamos a menor razão, e que no terceiro a etymologia latina não póde ter valor algum, quando a ella se queira recorrer.

O visconde de Castilho, partindo da indicação que lhe fez um amigo, affirmou na 2.ª edição do seu *Methodo*, que «o *e* antes de *i*, segundo a pronuncia da capital e de muitas outras partes do reino», sôa *a*, e por tanto o *ei* sôa *ai*, apresentando para exemplo *lei* e *manteiga*, que disse pronunciarem-se *lâi* e *mantâiga*; pelo que deu n'essa edição ao *e* mais o som de *a*, além dos quatro sons que lhe havia dado na 1.ª Na 3.ª edição, depois de lhe ter outro amigo notado o erro que havia commettido n'um dos sons que attribuíra ao *x* e por indicação d'elle, estabeleceu que o *e* antes de *x* sôa *ai*, dando para exemplo *excepto*; e asseverando que «a maior parte da gente culta» pronuncia *âisperiencia*, *âixcitante*, *âizato*, etc. e não *eisperiencia*, *eicitante*, *eizato*, d'onde se segue que tambem pronunciará *saisto taisto*, etc., e não *seisto teisto*. E por isso deu n'esta edição um sexto som ao *e*: o som de *ai*.

Mas um bocado de reflexão mostra que n'um e n'outro caso o illustre sabio se equivocou completamente, tendo-lhe por isso os seus amigos feito um pessimo serviço com as suas indicações. Com effeito, se n'aquelle som de *ai*, o *a* tem o seu primeiro som, segue-se que teremos um perfeito diphthongo de *ái*, e que o som vogal de *lei* é igual ao de *pai*; o ultimo de *fallei*, ao de *fallai* ou *fallais*; e o primeiro de *excepto* e *texto*, ao de *aivéca* e *taipa*: e julgamos poder affirmar que ninguem pronuncia assim nem em Lisboa nem em parte alguma do paiz. Se porém o *a* tem o seu segundo som, então o *ai* soará como o *ai* de *paizagem*, *arraial*, *alfaiate*, etc.; isto é, será um som breve, e as palavras *lei*, *fallei*, *texto* e semelhantes ficarão reduzidas á condição de particulas e postas ao nivel da preposição *para*, visto não terem som vogal longo nem syllaba predominante: o que seria uma offensa gravissima á

indole da nossa lingua, e comprometteria a sua belleza e força.

Como se viu, o diphthongo *éu* é tambem representado por *éo* e *eo*. Sobre o que diremos, que nenhum d'estes dous modos de representál-o tem a menor razão que o justifique, e razões muito fortes os condemnam: no segundo o *e* sem accento dá lugar a confusão e duvidas; em ambos está demonstrado que *o*, a representar *u*, é insustentavel. O exemplo de *cælum velum reus*, de que os etymologistas com a costumada inconsequencia fizeram *céo véo réo*, prova que a etymologia pede *u*; e pedem-no a logica e a razão, porque *éu* é a representação genuina d'este som composto.

Quanto á representação de *êu* por *eo* e de *iu* por *io*, apenas nos cumpre notar que a razão publica lhes tem ido fazendo a justiça devida. Hoje, com effeito, podem-se por assim dizer considerar quasi banidos.

É verdade que ainda se lê n'um lexicographo contemporaneo: «Ha duvida nas terminações em *o* ou em *u* das terceiras pessoas do preterito dos verbos que tem o infinito em *ar*, *er* ou *ir*; v. g. *deo*, *ardeo*, *verteo*, *abrio*, *ferio*, ou *deu*, *ardeu*, *verteu*, *abriu*, *feriu*; e igualmente nos substantivos que em latim terminam em *us*, como *Judeo Phariseo*, ou *Judeu*, *Phariseu*, nos pronomes *meo*, *teo*, *seo*, ou *meu*, *teu*, *seu*». Mas, como já notamos, o bom senso do publico vai tirando a duvida com banir o uso de *o*; e porque não ha-de o illustre lexicographo, e os demais com elle, tirál-a de todo com a sua authoridade de mestres que são? A duvida não tem razão de ser no primeiro caso, e desapparece inteiramente logo que os mestres digam, que se deve sómente escrever *eu iu*, porque são os signaes onomatopicos dos respectivos sons, e porque evitam a confusão entre as vozes dos verbos e os nomes como *pateo oleo*, *serio buzio*, *bugio bafio*: no segundo caso nem sequer devia existir, e os mestres só tinham a dizer, que não é permittido escrever *eo*, porque a etymologia e a pronuncia dão *u* e não *o* áquelles substantivos e pronomes. E o mesmo diremos, já que vem a proposito, da duvida que no mesmo lugar o author declara haver «no corpo das palavras que em latim se es-

screvem por *u*, como *agua*, *egua*, *lingua*, que outros escrevem por *o*». Com effeito poderá admittir-se que haja aqui duvida? Por exemplo em latim diz-se *lingua*, e nós pronunciamos *lingua*; deverá pois um lexicographo deixar de dizer, que tal duvida é sem fundamento, e de tiral-a declarando que nunca se deve escrever *lingoa*? Parece-nos que não. Deve sobre tudo fazel-o assim, quem, como o author, diz que «deve seguir-se quanto fôr possivel, a orthographia dos radicaes».

Temos para nós que é dever dos lexicographos corrigir este e os outros abusos, que ahi se tem coberto ou cobrem com o nome de uso.

A representação de *ói* por *óe* e por *oe*, que se usa nas terminações, é tão injustificada e injustificavel como vimos sêl-o as de *ai* e *au* por *ae* e *ao*; começando por ser muito notavel, que nos diccionarios se encontre *heroe*, e logo em seguida *heroico*. Porque não representam o diphthongo na primeira pelo modo por que o representam na segunda? Se não era de todo onomatopica a representação, ao menos não era irracional nem inconsequente. É por ventura digna de aceitar-se a regra de alguem: que *ai* se representa por *ae*, *au* por *ao*, *ói* por *oe*, *ui* por *ue* no fim das palavras, e que no principio e no meio se representam por *ai*, *au*, *oi*, *ui*?... Com relação ao plural dos nomes em *ól*, lembramos o que fica dito dos nomes em *ál*, pois que tem toda a applicação. Nas vozes do verbo *dóer* e semelhantes não nos parece haver excepção; todos dizem por exemplo: tu *dóis-te*, elle *dói-se*, *dói-lhe*, elles *dóiem-se*, etc. E porque se não ha-de escrever assim? Qual é a razão attendivel que a isso poderão oppôr? Nenhuma.

No que toca á representação do diphthongo *ôi*, pondo de parte a representação por *oy* julgada já, não se nos offerece que dizer. Apenas notaremos que se não póde aqui prescindir do accento circumflexo no *o*, visto que sem isso a representação do diphthongo seria imperfeita e que o sem accento deve ser banido[1].

[1] O parecer da commissão de reforma ortografica propõe que, quando *o* sem acento deixe de representar *u*, passe a representar *o* fexado,

Do diphthongo *ôu* diremos, que a sua representação por *ô* e por *o*, a nosso vêr, não tem razão em que se apoie ou que possa allegar-se em seu favor; sobre tudo a representação pelo *o* sem accento. Quanto a *ô*, é verdade que no sul dando a este diphtongo uma pronuncia abafada, o approximam d'elle alguma cousa; mas tal pronuncia não deverá ser seguida, porque prejudica a euphonia e belleza das palavras respectivas. O som de *ôu* é mais sonoro e mais bello que o de *ô*, e deve ser-lhe aqui preferido.

Em fim, a respeito da representação de *ui* por *ue*, não achamos sombra de razão em seu abono, nem sabemos que se allegue; e já se julgou a representação por *uy*.

Ora, tudo isto prova que as imperfeições na orthographia dos diphthongos oraes não tem melhor fundamento que as das vogaes.

Devendo agora fallar do modo de representar a entoação nasal, diremos que, se a sua imperfeição se demonstrou ser muito grande, não é menor a sua falta de fundamento. Sem duvida todos concordarão em que, sendo o *til* ou accento nasal unicamente signal de nasalidade, deveria ser o unico empregado, servindo o *m* e o *n* unicamente como consoantes; e estranharão que o usemos tão sómente no *a* nasal que termina algumas palavras e no *a* e no *o* que entram em certos diphthongos nasaes, e que sendo muito usado d'antes, o seu uso se restringisse em vez de se generalisar. E sem duvida se admirarão da importancia que n'este ponto tem o *n*; pois que, afóra os referidos casos em que se dá lugar ao *til*, e aquelles em que a vogal nasal é seguida de *b* ou *p*, bem como o de certas terminações, os quaes são reservados ao *m*, é sempre o *n*, que se emprega para indicar a entoação nasal. Deve com tudo notar-se que nas palavras acabadas em *n*, como *iman joven canon*, o *n*

sendo banido o com acento circunfléço. O que é mais racional efètivamente, porque é um carátèr mais simples, e porquè já reprezenta esse som quázi jeralmente na ortografia nórmal provizória, propósta no mesmo pareçer e praticada nele, néstas nótas e noutras partes d'ésta publicação.

ão é signal de nasalidade, mas simples consoante e sôa e; assim como que essas palavras se pronunciam afatinaamente, dando á vogal precedente som aberto apesar de ão ser a syllaba longa. E tambem deve notar-se que em ontraposição, o m é signal de nasalidade e não consoante m *uma umas alguma algumas nenhuma nenhumas*[1].

Qual a razão d'esse abandono do *til*? perguntarão. Em ertos casos é a etymologia latina; em outros, a analogia.) *til* é portuguez, muito portuguez; e apesar d'isso sacrifiaram-no até á analogia latina, sacrificando tambem a esta á etymologia a simplicidade e uniformidade orthographia, assim como a boa razão, que não póde approvar que se ise de letra consoante posta depois da vogal para indicar a ua nasalidade havendo para isso accento chamado mesmo ıasal, e que não serve para outra cousa.

Em verdade, sendo o som das vogaes nasaes o mesmo que o das oraes, só com a differença da entoação, a idéa de distinguir esta entoação por meio de um accento proprio, posto em cima da mesma vogal, foi uma idéa muito feliz: tal orthographia é tão simples como racional. Pelo que não póde deixar d'estranhar-se e de lamentar-se que não fosse adoptada.

Não tem pois aceitavel justificação a imperfeição da representação das vogaes nasaes: vejamos se a tem a dos diphthongos.

Quanto a *ãi ãu* representados por *ãe ão,* diremos primeiro, que condemnados tanto *e* como *o,* nos diphthongos oraes, condemnados estão nos nasaes. E essa condemnação já se tornou effectiva em *mãe* apesar de derivar de *mater,* pois que já nos diccionarios se acha *mãi,* como se acha *cãiba* e *cãibras* ou *caimbras;* mas todo o mundo escreve por exemplo *cães pães,* allegando talvez que em latim é *canes panes,* sem attenderem a que quem póde mudar *n* em ˜,

[1] Com efeito ésta pronúncia é a comum aínda oje; mas como abandonando-a teríamos uma alteração de menos a fazer, e diminuirião as palavras com vogal nazal, as quais tanto superabúndão na nóssa língua, paréce-me que será melhór dar aquí ao *m* o valor de consoante, e continuar a escrever éssas palavras do mesmo módo.

tambem podia mudar-se em *i* por harmonia com a pronuncia, e que não ha razão para que o não fizesse. E não deixaremos de notar aqui a singularidade de se usar *ão* nas terminações *e* e *ãi* ou *aim* fóra d'esse caso, como se vê dos exemplos acima; singularidade já notada a proposito do diphthongo *ói* e exemplificada com *heroe* e *heroico*, e que não vêmos em que posse fundamentar-se.

No caso da representação de *ãu* por *ão*, ainda ninguem ousou tocar na imperfeição; todos empregam *o*, e não *u*, em certas vozes dos verbos em que a maior parte substitue *ão* por *am*. Ora, pelo que toca a nomes, o exemplo de *mão são vão*, cuja raiz latina é *manus sanus vanus*, mostra que a etymologia reclama *u*; o de *cão pão*, que vem de *canis panis*, faz ver que ella o não repelle; e o de *melão sermão*, derivados de *melo sermo*, nem póde sequer tornar o *o* obrigatorio em tal caso, quanto mais exigir que o empreguem em todos os outros. E pelo que respeita ás vozes dos verbos, examinem-se as raizes latinas e achar-se-hão alli sómente as terminações *ant ent unt* que nas aulas mandam pronunciar *ánde énde únde*, nas quaes não ha diphthongos mas simples vogaes nasaes, e nenhuma authorisa que se empregue *o* nem *m*.

A representação de *ẽi* por *em en* não se apoia em nenhuma razão de etymologia ou analogia; é filha do uso e nada mais. Para exemplo das vozes dos verbos, citaremos *dem, tem, vem, vêem amem amassem amarem* cujas raizes são *dent, tenet tenent, venit veniunt, vident ament amarent amaverint*, devendo advertir-se que tambem aqui a terminação *ent* se pronuncia *énde*: para exemplo das demais palavras, citaremos *bem porém vintem imagem desdens origens*, de que são raiz *bene proinde viginti imago dédains origines*. Ninguem dirá pois que tem fundamento essa representação, inteiramente contraria á pronuncia. E cabe aqui dizer a proposito de *tem* e *vem*, que nos parece inquestionavel que todo o mundo na linguagem corrente pronuncia do mesmo modo a terceira pessoa do singular e a do plural, e que não ha razão para fazer distincção na escripta, como se faz muito a miudo, escrevendo para o plural *têem* e *vêm*; a primeira

las quaes distingue de *mais* e a segunda crêmos que não distingue nada.

Quanto á representação de *õi* por *õe*, em primeiro lugar reportâmo-nos ao que dissemos de *ãe*; isto é, que a condemnação do *é* no diphthongo oral envolve a sua condemnação no nasal. Em segundo notaremos que *ponis ponit*, raiz latina de *pões põe*, o condemnam nas vozes dos verbos; nas quaes tambem é inadmissivel a representação por meio de *õem* e *õem*, não só porque tambem em *pôr* e seus compostos não ha no fallar corrente differença alguma entre as terceiras pessoas do presente do indicativo, mas tambem porque a primeira representação iria igualar a terceira pessoa do plural á do verbo *sear* e semelhantes, o que não deve ser, e a segunda representa dous sons nasaes, um de vogal, outro de diphthongo, o que é inaceitavel. E em terceiro diremos que, se entre os pluraes em *ões* ha alguns como *melões* e *sermões* cuja raiz *melones sermones* poderia authorisar o *e*, não é isso razão para se contradizer a pronuncia em outros e n'uma multidão de nomes puramente portuguezes; antes devem aquelles harmonisar-se com ella. E a pronuncia é *õis* inquestionavelmente: quem pronuncia a voz verbal *pões*, bem sente que diz a palavra *pois* antes da pelo nariz, como já indicamos.

O diphthongo *ũu* existe inquestionavelmente em *bom dom som tom*, e no seu plural *bons dons* etc., cuja raiz é *bonus donum sonus tonus boni dona* etc., que não recommenda esse modo de represental-o. Mas em *cam*, quer figure de per si como preposição, quer figure nas seis ou sete mil palavras e vozes verbaes de que é primeiro componente, só existe no fallar elegante e nos discursos academicos. Os latinos tinham a preposição *cum* e com ella formaram muitas palavras, onde a escreveram com *o* e se não sabe como pronunciavam este; nós portuguezes adoptámos muitas d'essas palavras assim como a preposição, e com esta formamos tambem muitas palavras compostas; e o uso geral deu em tudo á preposição, no fallar corrente, o som de *u* nasal. Que haviam os etymologistas de fazer em tal caso? Desattendendo esse uso, mandaram pronunciar *cõu*; e des-

attendendo á etymologia, mandaram que, não só nas palavras latinas, mas nas portuguezas, e na mesma preposição escripta em latim com *u*, se escrevesse *o!* Ahi está pois o fundamento que tem a representação de *õu* por *om* ou *on*, e o emprego do *o* em *com* e seus compostos: avaliem-no os leitores [1].

Emfim, aquelles que acceitarem a existencia do diphthongo *ũĩ* em *muito* e seus derivados, concordarão em que a sua representação por *ui* ou *un* não é apoiada pela etymologia visto a raiz ser *multus*, nem o é pela pronuncia porque não indica o verdadeiro som. Quanto á *ruim* e *ruindade* a representação é boa, salvo o emprego do *m* e do *n* em lugar do *til;* e só temos a dizer a tal respeito, que os que aqui não fazem diphthongo, porque julgam que a raiz é *ruina*, são em numero infinitamente pequeno comparados com os que o fazem. O que ha, é que entre o povo uma parte diz *rũĩ* e não *rũi* [2].

Tambem pois na entoação nasal as imperfeições orthographicas offerecem debilissimos fundamentos. E assim parece-nos bem demonstrado, que quanto aos sons vogaes os modos de representação, fóra os onomatopicos, não tem justificação.

Temos agora de apreciar a representação das articulações; e nada tendo a dizer do *v*, fallaremos do *h*, seguindo a ordem em que atraz as consideramos já.

Entendemos que é sem razão que se colloca o *h*, entre as consoantes, porque a verdade é que elle não representa nenhuma articulação. Effectivamente esse signal, ou não tem valor, ou tem apenas valor de posição como a *cifra* entre os algarismos.

O *h* não tem valor nenhum em muitos casos, e n'um d'elles até o seu uso tem o inconveniente de induzir em erro; pois que em *inhabil inherente* e semelhantes fará pronunciar o *n* como em *manha*, e não é assim. E tem valor de

[1] Veja-se o que fica dito em nóta a pájinas 10.
[2] Veja-se o que fica dito em nóta a pájinas 11.

posição no seguinte pela seguinte fórma: nos casos como em *ahi*, em que evita que se faça diphthongo, para o que porém bastava pôr accento no *i*; nos casos como em *malha* e *manha*, onde dá ao *l* e ao *n* o som da articulação respectiva, de modo que só é necessario em quanto se não criarem (o que já se deveria ter feito) signaes que representem essas articulações; e nos casos como em *pharol chapéo cherubim*, em que dá a *p* o som de *f* e a *c* o som de *x* e de *q*, onde por tanto só é preciso por se não empregar o signal proprio da respectiva articulação.

Mas sobre este terceiro ponto cumpre observar que o bom senso publico vai substituindo a miudo o *ph* por *f*, assim como já quasi todos eliminam o *h* de *ch* nos casos como o de *monarcha parocho*, etc.; e deve ter-se em vista que *ch* com som de *q*, se se attender á rigorosa etymologia, deve considerar-se na maioria dos casos uma offensa a esta. Examinando-se bem, acha-se que os latinos, ao adoptar as palavras gregas em que encontramos o *ch* com o som de *q*, puzeram de parte o *qi* que ellas tinham, e substituiram-lhe *ch*: e assim por exemplo se fez *archanjo* de *arkhé*, *cachexia* de *kakhexia*, *rachitico* de *rakhis*, *chloro* de *khloros*, *cholera*, de *kholera*, *Christo de khristos*[1]. E com o *ch* passaram essas palavras para o portuguez. O que póde dizer-se afoutamente que foi um erro grave: pois se os latinos tinham por ventura razão para fazer aquillo, podiam fazel-o; mas nós não precisavamos fazel-o, nem o podiamos fazer racio-

[1] Cumpre advertir que o emprego de *kh* não é bem a propózito nésta e nas outras palavras. Uzei a reprezentação do *qi* grego, que encontrei no meu lécicòn; mas o *k* reprezenta em grego som divérso de *qi*. *K* é letra *muda ténue;* o *qi* é letra *muda aspirada.* E o alfabéto grego não tem *h;* o *h* é latino; e é sinal d'aspiração.

E aproveito a ocazião para advertir de um erro, em que está muitíssima jente entre nós.

Jeralmente considérão-se etimolojia grega as reprezentaçõis *ph rh th*, e *ch* quando soa *qe.* Mas para reconhecer que não é assim, basta notar que os gregos não tínhão *h*. Aquilo é etimolojia latina: tais reprezentaçõis são respètivamente a reprezentação latina de uma consoante aspirada, dos gregos, — consoante que éra formada por um só sinal.

nalmente, visto que tinhamos applicado o *ch* á representação d'outro som.

Eis pois o que é e o que vale esse signal orthographico. Mas cumpre a proposito d'elle examinar aqui a orthographia e a prosodia dos verbos *sahir* e *cahir* onde muitos o empregam.

Estes verbos derivam dos latinos *cadere* e *salire*, que não tem *h* em nenhuma das suas vozes; haveria motivo para o introduzir? Entendemos que não; e a razão é simples: o *h* evita em certas vozes que *a* faça diphthongo com *i*, como em *sahi sahimos*, mas para isso bastava accentuar o *í*; e evita que o diphthongo se faça em vozes onde elle existe realmente. Effectivamente, escrevendo-se *sahes sahe* transtorna-se a pronuncia d'essas vozes, pois que ellas se dizem *saís sai*, como se diz *vaís vai*: o que succede tambem com *caír*. E o mesmo se póde dizer de *traír*, que deriva de *tradere*. Pelo que até já os diccionarios começam a eliminar o *h*, fazendo desapparecer mais uma inconsequencia dos etymologistas.

O *b*, o *d* e o *p*, como indicamos, representam sempre e unicamente uma articulação (á parte o que o ultimo representa seguido de *h*); mas todos se costumam dobrar, e *b* e *p* muitas vezes são nullos. Vejamos pois com que fundamento estas e outras letras se dobram, ou se empregam sem nada representar.

Temos á vista um mestre da lingua, onde lêmos que «ha umas palavras, que se escrevem com letra dobrada de sua natureza, outras por analogia com as latinas e outras por causa da sua composição»; e diremos já que a primeira razão é d'aquellas que não precisam ser refutadas, pois que não póde tomar-se a serio. Lemos ahi tambem, que o uso das letras dobradas nos veio do latim, e que a nossa regra e razão para dobral-as é a observação do modo como se escrevem as palavras latinas d'onde as nossas se derivam; e que o dobrar as letras no latim, «se as palavras forem simplices, foi uso dos authores». Ora esta razão do uso dos authores vale tanto como a precedente, segundo se

vê dos seguintes exemplos, os quaes tambem mostram o que vale a regra da analogia com as palavras latinas, que o mesmo mestre manda seguir. Os lexicographos ensinam-nos que *effeito* deriva de *effectus*, e este de *efficere* formado de *e* e *facere*, e *effluente* de *effluens* e este de *effluere* formado de *e* e *fluere*; ensinam-nos tambem que *anno* vem de *annus*, e este do grego *enos* ou *ennos*; assim como indirectamente nos ensinam que foram os authores que crearam as taes letras dobradas *de sua natureza*.

Eis-alli uma prova de como era racional o uso dos authores a que mandam que nos sujeitemos, e da attenção que merece a analogia que nos mandam seguir. Como se vê, não havia alli razão para dobrar o *f*: deveremos nós dobral-o em *effluente*, para ter o gosto de enfileirar tres consoantes? Deveremos dobrar o *n* em *anno* e seus derivados, só porque os latinos quizeram derivar o seu *annus* do grego *ennos* e não de *enos*?

Resta pois o argumento da composição das palavras. Sobre este ha a notar que os latinos, na composição das palavras, deram a muitas uma preposição por primeiro componente: e em alguns casos mudaram a consoante final da preposição na consoante inicial do outro componente, a qual por isso ficou dobrada, ignorando-se, se n'este e nos outros casos faziam differença entre a prenuncia da letra dobrada e a da letra singela. Mas, se assim fizeram n'uns casos, em outros conservaram essa consoante, e n'outros supprimiram-n'a: sirva de exemplo a preposição *cum*, que só mudou a consoante nas palavras em que o segundo componente começa por *l* ou por *r*, que a perdeu nas que começam por vogal e por *h*, e que a conservou nas demais. D'onde se vê que fica reduzido a muito pouco o valor d'este argumento a favor da duplicação das letras.

Não obstante querer-se que n'este ponto sigamos á risca os latinos, dobrando as letras em todas as palavras em que elles as dobraram; e dizem-nos que assim é preciso para se conhecer a origem e apreciar bem a significação d'ellas. Mas isto leva a perguntar, como é que aqui é isso necessario, e se dispensa nas palavras em que a consoante em

vez de ser dobrada é supprimida. De por nós confessamos que nos parece que, do mesmo modo que se eliminou o *m* da preposição *cum* em *coadjuvar coexistir coherente* etc., o *d* de *ad* em *ajudar*, o *b* de *ob* em *omitir* e o do *sub* em *sujeitar*, se podem eliminar por exemplo em *colligir accusar oppor soffrer*, em lugar de se substituirem.

Emfim a questão de dobrar ou não as letras antolha-se-nos muito clara e facil, e parece-nos resolvida pelo seguinte raciocinio: ou os latinos faziam differença entre a pronuncia da letra dobrada e a da letra singela, e por isso dobraram as letras em certos casos, ou não faziam differença e dobraram-n'as por mero capricho; no primeiro caso não devemos dobral-as, porque pronunciamos a letra dobrada do mesmo modo que a singela; no segundo caso não devemos fazel-o, porque seria loucura respeitar o seu capricho com grave prejuizo da simplicidade e racionalidade da nossa orthographia. Só tem razão de ser a duplicação do *r* e do *s*, quando estando entre vogaes não devam ter, o primeiro o seu som dôce, o segundo o som de *z*.

Agora examinemos se as outras letras, que em certas palavras são nullas como é uma das letras dobradas, se empregam com mais justificado motivo.

É nullo o *b* no fim de algumas palavras tomadas do hebraico. Mas assim como, por exemplo, de *Josephus* se fez primeiro *Joseph* e depois José, não se poderá de *Job Jacob* fazer *Jó* e *Jacó*? E assim tambem quanto a outras palavras, como *subtil substancial* etc., não se lhe poderá tirar o *b* como se tirou em *sujeito* e outras?

É nullo o *c* nos casos como *acção electivo*. Mas se de *lectio* pudémos fazer *lição* e de *elector* se fez *eleitor*, porque não poderemos escrever *eletivo*? Aos que dissessem que o *c* serve para indicar que a vogal antecedente tem som aberto, responderiamos que os que escrevem *amanhã credor arrefecer mordomo* etc., sem fazer a indicação respectiva, não podem allegar esse motivo para empregar a letra nulla.

É nullo o *g*, como em *augmentar assignar* etc. E por ventura haveria necessidade de conservar o *g*, para sabermos que o primeiro vem de *augmentum*? Quanto a *assignar*

não ha tambem uma razão especial para o supprimir, no facto de *g* ter som em *signo significar* etc., e convir muito evitar confusões?

É nullo o *m* em *damno*, em *solemne* e em varias outras palavras. E porquê? Porque nas raizes latinas o havia; mas onde talvez o pronunciavam.

É nullo o *p* em *psalmo* e seus derivados; e nos casos como *accepção inscripção adoptar prompto symptoma*. E tambem aqui não ha outra razão senão a imitação do latim; mas a prova do seu pouco valor está em que já nos diccionarios mesmo se não respeita, que ahi se authorisa a escrever por exemplo *salmo adotar assunto cativo escultor redentor*, e que alguns trazem já sómente *escrito sete*, etc.

Igualmente é nullo o *s*, como em *scena crescer sciencia scintillar*; e nullo é o *x* em *excepto excitar* e semelhantes, onde valle como o *s* de *scena*. E não crêmos que haja aqui mais fundamento do que nos casos precedentes para o respeito pela etymologia; tanto assim que já desde muito se tem faltado a esse respeito. Effectivamente com o mesmo direito com que, v. g., todos escrevem *enrubecer* que deriva de *erubescere*, e quasi todos *florecer* derivados de *florescere*, deve poder escrever-se por exemplo *crecer* que vem de *crescere*. E que maior falta faria o *s* nas demais palavras, ou *x* nas que lhe respeitam?

Em fim é nullo *u* n'uma infinidade de palavras; quando precedido de *q*, ou precedido de *g* e seguido de *e* ou de *i*. Ora isto é mais para notar: que fosse nullo o *h*, importava pouco, visto que nada representa; já importava alguma cousa a nullidade das consoantes visto representarem as articulações; mas ser nulla uma letra vogal, que representa som claro, distincto e perfeito!... E haveria razão sufficiente para esta anomalia? Parece-nos que não.

Dir-nos-hão que os latinos sempre usaram do *u* entre *g* e *e* e entre *g* e *i*: mas é porque assim era forçoso, visto que o pronunciavam. Dir-nos-hão que elle serve para que se dê o som guttural ao *g*; isto é, que tem valor de posição como o *h* em *ahi cahi sahi*: mas então porque não usa-

remos tambem do *h* n'este caso, visto usarmol-o já assim nos casos como *cherubim chimica*, etc.? É o que fizeram os italianos, e crêmos que fizeram bem.

Dir-nos-hão que os latinos nunca deixaram de empregar *u* depois de *q*. É verdade: mas tambem nos ensinam nas aulas, que elles pronunciavam sempre esse *u*. Nós pois, que o não pronunciamos sempre, será justo e racional que nunca deixemos de o escrever? Por certo que não. Nós por exemplo dizemos *quadro equador obliqua quinnula delinqui equidade quota iniquo*; e dizemos *qabône qéro paqêno despiqe aqi qizéru qotidiáno*.

Por tanto a logica e a boa razão mandam que usemos de *u*, depois de *g* e *q*, nas palavras em que o pronunciamos, e nas outras não. Já lá vai o tempo em que se dava valor a esta proposição de um mestre da lingua: «o *q* chama-se letra imperfeita, porque sem um *u* adiante nunca serve na composição das palavras».

E de todo o exposto se deduz, que o emprego das outras letras nullas não é mais justificado que o das letras dobradas. Apenas se apoia na pobre razão da derivação ou da analogia. Porque os latinos punham ás palavras esses trambolhos (se é que o eram), querem que lh'os ponhamos tambem, e até que lhes ponhamos trambolhos que elles não punham.

Tambem *ç j k q* representam unicamente cada uma um som; mas ha ainda outro modo de representar esse som. Pelo que cabe aqui perguntar, se haverá razão para que certas articulações sejam representadas de mais de um modo, tornando a orthographia complicada e irracional; embora a resposta esteja dada em parte no que dissemos sobre letras dobradas e nullas.

Temos uma letra chamada *cê*, e uma articulação *ce*; parecia muito natural e muito logico, que este som fosse sempre representado por aquella letra que tem o seu nome; e não obstante, eis o exemplo dos onze modos por que o representamos: *doce succeder conça acção adopção falso esso maximo psalmo sciencia schisma*. Será isto admissivel?

O mesmo acontece com a letra *qê* e o som *qe*; de cujos

sete modos de representação dão exemplo *quasi quero casa occaso chimera kalmuko Khiva*. E ninguem tambem dirá que isto seja aceitavel.

Temos um som *ze* e uma letra *zê*. Era natural que esta letra representasse sempre esse som; mas tambem não: representa-o só algumas vezes; algumas representa-o a letra *x*, como em *exemplo*; no geral é representado por *s*. E note-se que nos dão como regra, que «o *s* entre vogaes sôa *ze*», e que desde logo faltam a ella de dois modos: 1.° nas palavras compostas de *de pre pro re*, como se vê por exemplo do *resurgir presentir proseguir dessecar*, em que não sôa *ze* apesar de estar entre vogaes, ao passo que o sôa em outras como *resignar presidir* etc.; 2.° no caso das vozes do verbo *obsequiar* e de *obsequio* e seus derivados e nos compostos da preposição *trans*, como *transitar transigir* e seus derivados, *transeunte, transido* e semelhantes, em que sôa *ze* apesar de não estar entre vogaes. Não é tudo isto cousa muito singular?

Já se viu que o som de *s* no fim das syllabas, que aqui denominamos *es*, é representado de tres modos, como em *lapis, nariz* e *Felix*. E não vemos que isto se fundamente em razão alguma attendivel.

Ha uma articulação *je*, que se representa umas vezes por *j* outras por *g*. Esta segunda letra chama-se *gê*, e a razão onomatopica mandava (como em *ce qe ze*), que esta letra representasse sempre esse som; porém ella é o unico signal de representação do som guttural que temos, e que sôa em *fogo*; e em tal caso era logico que a representação de *ge* ficasse ao *j*. Mas não se attendeu a isso; e o *g* ficou o representando, na grande maioria dos casos, antes de *e* e de *i*, constituindo a maior difficuldade para os meninos a distincção na pratica entre os dous sons d'esta letra.

E note-se que os etymologistas, com a sua costumada inconsequencia, não se contentaram com empregar o *g* onde os latinos o empregaram: em palavras que no latim tem *j*, mudaram-n'o em *g*, exemplo *magestade* que vem de *majestas*. Assim como os de hoje, ao fallarem-lhe em mudar o *g* em *j*, de certo hão-de argumentar com a raiz latina, por

exemplo, de *eleger proteger cingir pungir*, dizendo que vem de *elegere protegere cingere pungere*, e que por isso não deve fazer-se a mudança; sem que se lembrem, que a isso se responde facil e triumphantemente. É verdade, a raiz de *proteger* por exemplo, é *protegere;* mas os vossos predecessores puderam mudar o *g* em *j* em *protêjo*, *proteja*, etc., e com a mesma auctoridade póde agora fazer-se a mudança nas outras vozes; e se entrarmos mais a fundo na etymologia, talvez se possa dizer que a raiz de *protejo* e *proteja* é *protego* e *protegam*, e que quem pôde mudar o *g* guttural em *j*, melhor póde mudar o *g* dôce que tem o som do mesmo *j*.

Os sons *fe* e *te* são racionalmente representados por *f* e *t:* mas para complicar a orthographia, os etymologistas não querem prescindir de *ph* para o primeiro como em *phosphoro,* e de *th* e até de *phth* para o segundo como em *thesouro* e *phthisica*. E não vêmos disposição para acabar este capricho; verdadeiro capricho com effeito a respeito de *th phth,* como é obvio, e pouco menos a respeito de *ph*.

O lexicographo contemporaneo já alludido diz: «Nas pa-«lavras derivadas do grego, directamente ou por meio do «latim, e em que os romanos empregavam o *ph* para re-«presentar o *phi* grego (que era não *f*, mas um *p* aspirado), «devemos conservar o *ph,* e nunca mudal-o em *f,* sem o «que perderemos inteiramente o conhecimento do radical.» E mais abaixo diz: Escrever *philosopho, filozofo,* é absurdo, «não só em quanto á substituição de *f* por *ph,* mas re-«lativamente á de *z* por *s*, porque em grego *zophos* signi-«fica *tempo escuro,* e *sophos* sabio». Ora, quem ler isto será levado a crêr que aquelle author escreveu algum pobre vocabulario, e que não temos diccionarios que satisfaçam ao seu fim, dando a origem e derivação das palavras: entretanto tal crença não seria verdadeira, pois temos diccionarios que satisfazem ao seu fim, e o do author referido é um d'elles; embora elle fallando como falla, lhe tire o valor assim como aos outros. Por isso nós diremos, com a devida venia, o contrario do que diz; diremos que se escreva *filozofo;* e lá está o diccionario d'elle, e os dos outros, para salvar dos males que vaticina no caso de assim se fazer.

No seu diccionario lê-se: «*Philosopho*, s. m. (Lat. *philosophus*), cultor da philosophia», etc. Mais acima lê-se: «*Philosophia*, s. f. (Lat., do grego *philos*, amor, e *sophia*, sapiencia) amor da sapiencia», etc. Diga-se pois: Se n'esses artigos dos diccionarios se escrevesse *Filozofo* e *Filozofia*, escrevendo-se tambem assim geralmente, não ficava do mesmo modo garantido o conhecimento do sentido das palavras em relação aos seus radicaes? De certo que sim. E o proprio author assim mostra entendel-o, quando no mesmo diccionario nos dá: «*Aceitar*, v. a. (Lat. *acceptare*, freq. de *accipere*, receber; radical *ad*, e *capere*, tomar), receber o que se dá», etc. *Isenção*, s. f. (Lat. *exemptio, onis*), o ser isento, etc. E como estes mil outros.

Não temos por tanto toda a razão em dizer, que é por capricho que se conserva o *ph* grego a representar *fe*, demais a mais não tendo elle o som de *f*, segundo confessa o author?

Quanto aos sons *le me ne*, bem representados pelas respectivas letras, já fizemos sentir a sem-razão com que *m* e *n* são signaes de nasalidade; e é obvia a boa razão com que se creariam caracteres privativos para representar *lhe* e *nhe*, desembaraçando o *l* e o *n* da dupla representação que hoje tem por falta d'elles. E note-se que para isso temos plena liberdade: o modo actual de representar essas articulações é puramente nosso; aqui não póde entrar por nada o fraco argumento do respeito á origem das palavras, unico com que se póde vir a favor da dupla e multiplice representação das articulações precedentes, que ainda assim nem a todas aproveita.

Ha os dous sons *rre* e *re*, como em *rato cara*, que representamos por uma mesma letra. Entretanto elles são distinctissimos; e seria por isso racional e logico que cada um tivesse o seu signal. Será motivo sufficiente para o não fazermos, o suppôr que esse signal representava exactamente os mesmos dous sons em latim? Crêmos que o não sustentarão.

Finalmente temos o som de *xe* e a letra *x* que lhe corresponde; mas tambem é representado por *ch*. Ora já indi-

vimos a pag. 7 que este segundo modo de representação corresponde propriamente a uma articulação que já se não admitte na linguagem culta. Essa articulação é privativa do povo de alguma parte do paiz, que faz notavel differença entre a pronuncia de *chapéo* e *xadrez*, *caixa* e *rocha*. Tendo pois esse som deixado de admittir-se na linguagem culta (e mesmo na de muita gente não culta) deverá a sua representação continuar na orthographia? Parece-nos que não.

Eis-ahi pois o que é a representação das articulações; o que ella vale, dil-o esta simples consideração: ha uma articulação, o *cê*, que se representa de onze modos; e ha uma letra, o *x*, que representa quatro articulações, e que em algumas palavras representa tambem duas articulações juntas, como em *sexo*, que os doutos pronunciam *secço*. E as suas imperfeições não são mais justificadas que as da representação dos sons vogaes.

Demonstradas portanto as imperfeições da orthographia e a insufficiencia das razões com que se tem pretendido ou pretende justifical-as, poderemos responder á pergunta feita a pag. 16, e dizer afoutamente que nos parece que as cousas não devem continuar assim.

Temos uma linguagem portugueza e uma pronuncia portugueza; é pois preciso estabelecer tambem uma orthographia portugueza, desembaraçada de velharias improprias de uma lingua civilisada, e de sujeições improprias d'uma lingua independente.

É tempo de nos lembrarmos que as palavras que se trazem de uma lingua para outra, se devem traduzir ao uso d'esta e não ao uso d'aquella; e que tendo-se feito o contrario ao trazer para o portuguez as palavras exoticas, é preciso emendar esse grave erro.

É tempo, cremos nós, de desattender as pretensões d'aquelles que, porque estudaram latim, defendem a sombra de orthographia etymologica que ahi existe, alguns talvez só porque isso lhes fornece ensejo de alardearem conhecimentos, e de poderem chamar ignorante á immensa maioria dos

E, será muito difficil realisar a necessaria reforma? Temos por de fé que não: seria mesmo facil até certo ponto, se os que tem authoridade para isso, se quizessem impôr semelhante tarefa. A verdade é, que grande parte d'essas imperfeições orthographicas estão pedindo que as condemnem de facto como estão condemnadas de direito, e que a sua correcção seria recebida sem a menor repugnancia; e com a outra parte succederia o mesmo com o andar dos tempos.

Exporemos pois como, na nossa opinião, a reforma podia e devia fazer-se.

Para o preciso aperfeiçoamento da nossa orthographia, parece-nos que, em materia de representação das vogaes, havia a fazer as seguintes reformas.

1.ª *Accentuação*.—O uso dos accentos é um importantissimo recurso; entretanto póde dizer-se que estamos privados d'elle. Só por excepção se empregam: nem mesmo se usa d'elles quando são indispensaveis, como nos casos de *amanhã ageis, freguez debeis aquecer, oxalá meneis* (nome), em que nada indica que são abertos o *a*, *e*, *o* respectivos. Nem tambem se empregam para designar a syllaba longa da palavra, cuja determinação tantas vezes constitue uma difficuldade. Quem ensina a lêr, está dizendo a cada passo: menino, esse *a* é aberto; esse *e* é surdo; esse *o* é fechado; essa não é a syllaba longa, etc.; e tudo isto porque as letras não tem o devido accento. E o emprego dos accentos será o unico remedio, porque as regras geraes que se dem, serão sempre insufficientes.

Deverá por tanto estabelecer-se, que as vogaes *a e o* abertos, assim como *i u* longos, serão sempre representadas pela respectiva letra com accento agudo, e que as vogaes *e o* fechados serão sempre representadas pela respectiva letra com accento circumflexo.

Mas dá-se o caso de *a e o* abertos não serem a syllaba longa da palavra; do que dão exemplo *Setubal iman ambar, amavel joven caracter, canon junior; acerca almoço,*

freguez arrefecer, *sómente mordomo*; e *avidamente*, *eborense*, *omnipotente*. Ora, se n'este ultimo caso a accentuação d'essas vogaes não póde ser causa de duvida, porque a syllaba respectiva nunca é a syllaba longa, póde sêl-o nos outros. No segundo caso essa difficuldade desapparece, estabelecendo-se em principio (como deve estabelecer-se), que quando duas vogaes possam constituir a syllaba longa da palavra, será a ultima quem a constitua; mas subsistirá para o primeiro caso.

Por isso deverá tambem estabelecer-se que, quando as syllabas de *a* e *o* abertos não forem a syllaba longa da palavra, o accento não se porá, como agora, suspenso sobre a letra, mas pousará n'ella penetrando-a [1].

Esta reforma é tão racional e logica como simples e efficaz; com ella fica clara e segura a orthographia n'este ponto. Não haverá duvida alguma a respeito de *a i u*. A respeito de *o* tambem a não haverá mesmo em quanto se não puzer de parte o tal *o* quasi *u*, visto que este será representado exclusivamente pelo *o* sem accento, e que não é possivel continuar o absurdo d'empregar este *ó* a representar o diphthongo *ôu*. Resta por tanto *e*, por causa do *e* sem accento; a cujo respeito ficará a duvida, se representará *e* surdo ou *i*.

Segundo o fallar natural e corrente de doutos e indoutos, *e* representa o som de *i* sempre que começa as palavras (fóra o caso de *ex*) por si mesmo ou precedido de *h* e das preposições *des pre re* e *sub*, não sendo a syllaba longa da palavra. Isto se prova com os seguintes exemplos, além d'outros já referidos: *edição embora enterrar ermida estudo herança Henrique herdade Hespanha desempenhar desenvolver preeleger preencher reedificar reenvidar subemphyteuta subentender*; fazendo sómente excepção as palavras *então entidade ensiforme eborense endecasylabo ebrefestivo* e semelhantes onde forma uma especie de syllaba semi-longa. E além d'este caso representa o som de *i* quando está antes de *a e o u*,

[1] Como adiante se verá, no parecer da comissão de refórma ortográfica propõi-se o emprego do acento grave neste cazo. O que na verdade é preferível, visto não ser este acento couza nóva.

nos casos, de que são exemplo *codea realidade passear beatus*, *[illegible] theologos reunião [illegible]*.[1]

São pois muito numerosos os casos em que *e* representa o som de *i*; e tanto, que se lhe juntarmos os casos em que (aberto, fechado ou mudo) representa o som de *ei* oral ou nasal, poderá dizer-se que é tão empregado a representar sons estranhos como a representar os tres que lhe são proprios. E não venha dizer-se-nos que não tem alli o som de *i*; poisque só uma pronuncia muito affectada póde dar-lhe o som de *e* surdo, em quanto que a pronuncia natural lhe dá o som de *i* puro e simples. O som de *e* surdo que se ouve por exemplo em *bebê molle dedal longe*, é muito diverso do som que o *e* tem em *efficaz herdeiro area leal passear leão oleo archeologo* etc.; em quanto que este é identico ao som de *i* em *illação irmão varium pallio*, etc.

Portanto, que fazer n'este caso? Quanto a nós, demonstrado como deixamos que na maioria dos casos não há razão nenhuma para escrever *e* pronunciando *i*, é claro que deveria passar-se a escrever *i* n'esses casos; e tendo tambem demonstrado, que nos outros casos as razões adduzidas não são sufficientes para justificar a differença entre a orthographia e a pronuncia, não nos parece que ella deva subsistir.

Emfim resta uma difficuldade, que comprehende *o*: é o caso de se ficar em duvida, se *e* aberto, fechado e surdo representam o seu som proprio ou o do diphtongo *ei*, e se *ô* representa o som de *o* fechado ou o do dipthongo *ôu*.

Quanto a este basta, depois do que dissemos a pag. 17, acrescentar o seguinte. Não é admissivel duvida na differença entre *ôu* e *ô*: é bem diverso o som da ultima syllaba em *lavou* e *avô*. Do infinito *dar* fizemos *dou*; perguntaremos, se de *doar* deveremos fazer *doou* ou *dôo*. *Dôas dôa dôam* são vozes do presente do conjunctivo do verbo *doer* e do indicativo do verbo *doar*: perguntaremos se o som

[1] Quem ezaminar com atenção a nóssa pronúncia, axará que o som de *e* surdo só quadra bem entre consoantes, ou depois de *i* ou de *u* como em *espécie ténue, aprecie atenue*. Fóra d'isso a sua pronúncia é forçada, e por isso dizemos *i* bréve em lugar d'elé.

d'ellas é identico em ambos os verbos. Pela nossa parte crêmos que a pronuncia no verbo *doar* tem *ôu* e não *ô*; crêmos que este verbo, assim como os demais, cujo infinito tem no fim *oar*, como *apregoar, corear encordoar povoar, soar toar*: e outros, são irregulares, pela mesma fórma por que em certas vozes o são aquelles cujo infinito tem no fim *ear*. Estes em certas vozes tomam um *i* entre a raiz e a terminação, aquelles tomam um *u*; e assim diz-se por exemplo: em *passe-ar*, *passeio passeias passeia passeiam passeie passeies*, *passeiem*; em *coro-ar corouo corouas coroua corouam, coroue coroues corouem*. Quanto aos nomes (e são poucos), como *boa, coroa loa, pessoa, noa* que derivam dos latinos *bona corona laus persona nona*, a etymologia não pede *ô*, e a razão manda que tenham *ou* como as vozes verbaes. Emfim, quem escreve *bôa lôa corôa corôas* etc., não crêmos que represente a pronuncia da capital; crêmos que representa só a genuina pronuncia saloia.

É verdade que a auctorisada opinião de J. Soares Barbosa é por essa pronuncia saloia que julgamos inadmissivel. Elle proscreve o diphthongo *ou* e diz cathegoricamente por exemplo: que o primeiro som vogal de *louvor* é igual ao segundo, e o de *ouço* ao de *osso*. Quanto ao visconde de Castilho, o seu bom ouvido (ouvido de cego) achava a differença que Soares Barbosa negára, e n'esse sentido escreveu na 1.ª e 2.ª edições do seu *Methodo*; mas na 3.ª, ainda por indicação d'um amigo, aceita a idéa de que *ou* sôa *ô* e para exemplo diz que *outro* se pronuncia *ôtro*. Devendo comtudo esperar-se depois d'isto, que, como aquelle fizera, elle proscrevesse o diphtongo *ou*, tres paginas adiante escreveu: «Finalmente depois dos diphthongos *ai ei*; *eu ou* val (o *x*) tambem *ch*, v. g. *caixa peixe Euxino rouxinol*».

Nem todavia a auctoridade d'esses dous grandes nomes nos faz mudar de opinião. Para nós os respectivos sons são mui diversos. Achamos muita differença nos sons dos exemplos acima que Soares Barbosa diz identicos, e achamol-a do mesmo modo por exemplo entre o *ô* de *coro coto, Lobo, popa, soro*, e o *ou* de *couro, couto, louvo, poupa Soure*, assim como entre o ultimo som vogal de *avô, Urrô, Passô*,

e o de *lavou, urrou, passou*, etc. E repugnam ao nosso ouvido *dô sô vô* em lugar de *dou sou vou*.

Por tanto a questão parece-nos decidida. É de esperar que se não queira impôr ao paiz, como regra a seguir, a pronuncia do povo de Sacavem, de Loures ou de Bellas. Não haverá aqui lugar para duvida, porque *ô* deixará de empregar-se a representar *ôu*[1].

No que respeita ao *e*, a difficuldade que offerecem *é ê*, ficando-se em duvida se representam o som proprio ou o do dipthongo *êi*, resolve-a a boa razão, que exige que não sejam empregados n'essa representação; e assim deve ser. Para o fundamentar baste-nos acrescentar ao já dito estas reflexões, os leitores conhecem a expressão *lé com lé*, *cré com cré*, assim como as vozes verbaes *lê crê;* apreciam a differença que ha entre *lé lê* e *lei*, e não comprehendem que este possa ser representado por qualquer d'aquelles. Repugna-lhes de certo que as vozes verbaes *leio creio* sejam representadas, já não dizemos por *léo créo*, mas mesmo por *lêo crêo;* e terão a mesma repugnancia em que as vozes *leias leia creias creia*, se escrevam *léas léa créas créa* ou *lêas lêa crêas crêa*. Por tanto deverá repugnar-lhes do

[1] Consérvo a mesma opinião sobre o assunto. O ditongo *ôu* eziste: próvão-no os ezemplos que aprezentei. Tem um som mais fórte e eufónico do que o som de *o* fexado, que por isso não déve ser-lhe preferido. A jente do sul deverá pois, a meu ver, abituar-se a diferençar os dois sons; e não empregar *ou* onde não á ditongo, como oje fás escrevendo *poude*.

Mas entendo por outro lado, que a jente do nórte deverá corrijir a sua pronúncia num ponto da questão.

Disse que se devia escrever *Lisboua pessoua coroua voua*, etc.; disse que os vérbos terminados em *oar* érão irregulares como os que termínão em *ear*. E com efeito por este módo, uzado no nórte, as palavras fícão mais eufónicas.

Para isso porem tínhamos d'alteral-as, tínhamos d'acrecentar uma letra; diríão que, em lugar de simplificar, complicávamos; e a razão da simplificação e a vantájem de não inovar, lévão-me a votar porque neste cazo prevaleça a pronúncia do sul, e digamos *Lisbôa pessôa corôa vôa*, etc. Àlem de que, se atendermos á oríjem das palavras, é assim que déve ser: *boa* e *voa*, por ezemplo, são as palavras latinas *bona* e *vola* com a quéda da consoante média.

mesmo modo que se escreva *Moréa platéa corrêa vêa* etc. E note-se que os diccionarios que nos dão esses nomes assim escriptos, apresentam-nos por exemplo *veio correio passeio enleio*. Estranha contradicção!.... Como que o som não seja o mesmo nas palavras dos dous generos!...

A difficuldade proveniente de se ficar em duvida se *e* surdo representa o seu som, ou o de *êi*, como em *exame expôr pretexto*, tambem nos parece resolvida pela boa razão. As palavras respectivas vem do latim, e não sabemos que som os latinos davam alli ao *e*. Nas aulas, uns mestres, mandam dar-lhe o som de *êi;* outros, o som de *e* aberto: o nosso era d'estes. Os francezes, nas palavras que tiraram do latim dão-lhe tambem o som de *e* aberto. Entre nós, os doutos querem que seja sempre *êi;* o geral pronuncia *i*, menos nos casos como *pretexto*. E já indicamos que nos diccionarios apparece *isento* (e ainda outros), abrindo caminho para que se siga o uso do povo, e de certa gente que se crê acima do povo, que diz *isperiencia, isame, reisportar, preisistir* etc.

Por tanto que é absurdo empregar *e* surdo a representar *êi*, crêmos que ninguem o negará: deverá elle ser substituido por *ęi* nos casos como *pretexto* e por *i* nos outros casos, segundo o uso geral; ou deverá ser sempre substituido per *ei*, segundo a pronuncia dos doutos? Os competentes que o decidam. Nós votamos pelo primeiro[1].

[1] Depois de publicada a memória tive ocazião de ver, na gramática do conimbricense sr. Bento Jozé d'Oliveira, emitida a opinião de que no *ex* inicial seguido de vogal a pronúncia éra *i*, e dados para ezemplo *exacerbar exemplo existir exordio*, que lá dis pronunciáremse *ezacerbar ezemplo ezistir ezórdio*.

Óra a opinião do referido gramático de por si é já valióza; mas o seu valor àumenta notàvelmente, atendendo-se a que é opinião recebida que ele proféssa as mesmas ideias que o sr. Joaquim Alves de Souza, ilustre professor em Coímbra, filólogo distinto, onrado á pouco com a escolha que d'ele se fês para méstre de SS. AA. os filhos d'El-Rei. E em vista da opinião dos dois acreditados especialistas de Çoímbra, conclue-se a meu ver com toda a razão, que a màioria dos ómens de letras pronuncia segundo o uzo jeral; ficando por conseguinte a questão decidida a favor d'este, visto não ser duvidozo que em jeral no *ex* inicial antes de consoante o *e* soa *i*.

2.ª O *i grego* ou *y*. — Esta letra empregada pelos latinos nas palavras que tomaram dos gregos, e nas que formaram com feição grega, foi applicada a grande numero de palavras portuguezas; mas já foi banido d'essas palavras, e vai-o sendo até de muitas que o tem pela etymologia. Um mestre da lingua diz: «o uso precisamente necessario do *y* é nas palavras gregas ou greco-latinas, para que a sua perfeita orthographia nos encaminhe á sua origem, para lhe sabermos a propria significação». Eis a *grande razão*, sempre a mesma: quer-se que se escrevam as palavras de modo a dispensar as explicações dos diccionarios, o que é uma sem razão manifesta.

Por tanto o *y* deverá ser eliminado, menos nos nomes proprios d'outras linguas, que os naturaes escrevam com essa letra; razão pela qual devemos adoptar o *w* inglez, para os mesmos casos. Aos lexicographos pertence consignar nos diccionarios o que respeita á etymologia dos respectivos vocabulos, e tornar fixa assim a sua significação propria.

3.ª *A vogal* e *nos diphtongos* ai ôi ui. — Depois do que já dissemos a este respeito, não cremos que haja quem sustente que *e* seja bem cabido n'esses diphtongos, quer oraes quer nasaes; sendo certo que já está quasi ou de todo banido do diphtongo oral de *ó* fechado com *i*, e o vai sendo no de *ui*. Mostramos que em muitos casos até a etymologia o repelle; e condemna-o em todos a razão e a logica. Não póde por tanto haver duvida em banil-o inteiramente.

4.ª *A vogal* o *nos diphthongos* au ái eu iu ãu. — A posição do *o* n'estes diphthongos não é melhor que a do *e* nos

Assim o entendeu tambem a commissão do Porto: apenas julgou que fizessem eicèção os cazos em que o e do *ex* fórma a silaba predominante, e aqueles em que ao *x* se segue *ce* ou *ci*. Nos primeiros, para todos *e* se pronuncia *ei*, como em *exito extaze*; nos segundos o *e* soa *ei* e não se pronuncia o *x*, como em *excepto excitar*. A pronuncia das quatro palavras é, inquestionavelmente, *eizito eistaze eicèto eicitar*.

Pelo que, decidiu-se que no *ex* inicial, ou precedido de prepozição, o *e* soa *ei* quando é silaba predominante ou quando ao *x* se ségue *ce* ou *ci*; e que fóra d'isso soa *i*. E creio que foi bem rezolvido.

precedentes. Nenhuma razão valiosa o sustenta: razões ponderosissimas o rejeitam. Por isso está banido quasi de todo do diphthongo *iu* assim como do de *e* fechado e de *u*; e tambem vai havendo quem o não use em *au* e *éu*. Onde porém ninguem deixa de usar *o*, é no diphthongo de *á* e de *u* com entoação nasal, que se escreve *ão*, e *am* em certas vozes dos verbos.

Ora, aqui reportámo-nos inteiramente ao que dissemos em outro lugar, e que é em resumo: não ha nada que justifique o emprego de *o*, nem nos diphthongos d'onde já foi banido ou começa a sêl-o, nem n'aquelles onde o conservam. E por conseguinte parece positivo que não deve continuar a usar-se.

5.ª *Os diphthongos e a dieresis.*—As grammaticas dão conta de um signal orthographico a que chamam *dieresis*, que dizem servir para indicar que duas vogaes não formam diphthongo; mas o certo é, que ninguem usa d'esse signal, e os principiantes não sabem como hão-de lêr, quando encontram por exemplo *Athaide paraiso macaista saude balaustre egoismo conteudo miudo ruido, arraial saudação reunido* etc. Como pois remediar isto? Como indicar que as duas vogaes, se não formam diphthongo, formam ou uma syneresis ou duas syllabas distinctas?

Parece-nos que tudo se resolve, e bem, do modo seguinte:

1.º Creando um signal privativo que represente cada um dos diphthongos oraes, formado dos signaes dos dous sons, ligados mas sufficientemente distinctos; com o que cada diphthongo se mostrará por si mesmo tal qual é, não sendo possivel duvida ou equivoco a seu respeito. E este é o ponto deveras importante do assumpto; a questão das syneresis é secundaria.

2.º Estabelecendo que ha syneresis, sempre que estão juntos dous sons vogaes breves, os quaes são os de *a e i u*; sempre que *u*, precedido de *g* ou *q*, precede um som vogal da natureza longa, os quaes são as vogaes oraes *á é í ó ú ê ô*, as vogaes nasaes, e os diphthongos; e sempre que um

dos quatro sons breves precede um dos de natureza longa nas palavras de muitas syllabas, e algumas vezes nas de poucas. O que tudo se deprehende dos exemplos de pag. 13[1].

6.º *O signal de nasalidade.*—Ficou atraz demonstrado, que os sons nasaes, simples ou compostos, não são mais do que certos sons oraes a que se dá a entoação nasal; assim como deixamos consignado que a idéa de indicar esta entoação por um signal posto por cima d'aquelle que representa o respectivo som oral, foi uma idéa feliz. E assim, se um uso irracional desprezou o *til*, é preciso rehabilitar este: o *til* é o signal portuguez de nasalidade, e n'uma orthographia portugueza é dever dar-lhe o lugar que de direito lhe compete.

Por conseguinte deverá haver um unico signal de nasalidade, o *til*: o *m* e o *n* serão simplesmente consoantes, representando só as respectivas articulações.

Haverá para cada uma das sete vogaes nasaes um signal privativo, constando do signal da vogal oral respectiva com o *til* a cortar o accento[2]: do mesmo modo haverá um signal para cada um dos seis diphthongos nasaes, constando do signal do respectivo diphthongo oral com o *til* por cima; mas este abrangerá ambas as vogaes, visto que os dous sons recebem juntamente a entoação nasal. Com effeito não a recebe só o primeiro; como erradamente dizem alguns, apesar de dizerem que o diphthongo é «a intima união de dous sons vogaes[3].»

[1] Veja-se o que fica dito em nóta a pájinas 4.

[2] Como as vogais nazais ficão reduzidas a cinco, os caratéres actuais bástão.

[3] Tive recentemente em correspondência particular larga discussão com um erudito cavalheiro, que ainda sustentou que nos ditonges nazais só a primeira vogal tinha entoação nazal; mas com o devido respeito por ele, e por quem porventura pense como ele, insisto em que tal opinião é insustentável.

O ditongo é um som em que as duas vogais se confúndem mais ou menos, e a união íntima para isso necessária não é possível entre vogal nazal e vogal oral: as sílabas *mã is* não são sucètíveis de se unir de módo a dar *mãis*, como pronunciamos ésta palavra. Segundo disso já, éla é a palavra *mais* entoada pelo narís; quér dizer, dando-se ae

Como perém os diphthongos *ãu* e *ãi* são umas vezes syllaba longa outras não, o que se vê de *bordam cantam pensam montam, bordão cantão pensão montão;* assim como de *lambem pintem contem* e *tambem vintem contém,* deverá fazer-se a competente distincção. Esta provirá de um accento agudo cortando o *til* no centro, que distinguirá o signal a empregar quando o diphthongo fôr a syllaba longa da palavra; de modo que haverá *ãu ãi,* assim como *á é ó,* longos e não longos, como haverá *i u* longos e breves [1].

Em materia de representação das articulações, parece-nos que ha a fazer estas reformas:

1.ª *As letras nullas.*—Depois do que dissemos no lugar respectivo a respeito do dobrar as letras, parece-nos impossivel que em principio não aceitem todos, de bem grado, a eliminação da letra dobrada. Com as demais letras que se empregam sem nada representarem, crêmos que não póde deixar d'acontecer o mesmo. Não podemos acreditar que haja quem quebre lanças pela conservação d'essas letras, ao menos onde unicamente se possa allegar a razão da etymologia das palavras, cujo diminutissimo valor todos podem reconhecer. Não será talvez assim com relação ao c como em *transacção* e *collecção,* e ao *p* como em *percepção* e *adopção:* aqui póde tambem allegar-se, que a letra não é de todo nulla; que se não representa som, indica que a vogal antecedente tem som aberto. Mas este mesmo argumento fica sem valor, feita a reforma atras proposta; pela qual a propria letra vogal indicará que o seu som é aberto. Por tanto não haverá letras dobradas, e supprimir-se-hão as demais letras nullas.

2.ª *As articulações lhe e nhe.*—Deixamos demonstrado

ditongo oral a entoação nazal. E o mesmo sucéde em *mão sem põis,* que são respètivamente *mau sei pois* entoadas pelo narís.

Isto paréce-me evidente.

[1] Veja-se a nóta de pájinas 45, a respeito de a e o que não são sílaba predominante.

ue os diccionarios trazem por exemplo *aissô* grego e *asoco assogta* arabes, como raiz de *açodar, açougue* e *açoute*; que authorisa a desprezar os *ss*, o *s* e o *x* das raizes latinas, como se desprezaram os *ss* das raizes grega e arabe.

Porque pois não subordinar tudo ás exigencias da logica e da razão, estabelecendo que o som *ce* seja sempre representado pelo seu signal onomatopico?

Conseguintemente o som *ce* será sempre representado por *c*. Provisoriamente o *c* terá cedilha antes de *a*, de *o* e de *u*, devendo perdel-a quando tiver esquecido que elle tinha ahi o som de *q*; e não possa haver equivoco.

4.ª O som je.—O que já dissemos a este respeito, dispensa a nosso vêr qualquer outra allegação a favor da respectiva reforma; a que ninguem de boa fé poderá, crêmos nós, pôr obstaculo nem mesmo objecção.

Deverá pois o *je* ser sempre representado por *j*; e *g* deverá tomar nome apropriado ao som que exclusivamente passa a representar; e durante o tempo necessario, para que não haja equivoco pela suppressão do *u* nullo, será seguido de *h* antes de *e* e de *i*.[1]

5.ª O som ze.—Parece-nos inteiramente escusado procurar aqui tornar mais patente a sem razão com que o *s* é geralmente o representante d'este som, e quanto é racional e logica a sua representação por *z*. Os maniacos pela etymologia latina disseram: o *z* veio do grego, os latinos usaram-no raras vezes; logo desprezemos o *z* e usemos do *s* em homenagem ao latim. Poderão razões d'estas prevalecer ainda hoje? Não o crêmos.

A representação por *z* no caso de *exame exemplo*, etc.

[1] O parecer da comissão do Porto, como se verá, propõi que continue a empregar-se *u* nulo; dá porem uma régra para se saber quando é nulo e quando não. E realmente isto é melhór, porque se evita uma inovação; e porque ésta transtornaria bastante o aspéto da escritura, visto aver d'aplicar-se frequentemente, ao que convém fujir para tornar a refórma mais fácil de realizar.

ainda é menos justificada, se é possivel, em vista do que já dissemos, e diremos fallando do som d'esta letra.

Deverá pois o som *ze* ser unicamente representado pelo seu signal onomatopico, a letra *z*.

E não venha excommungar-nos por esta opinião o lexicographo contemporaneo já alludido; o qual primeiro escreve, que «é absurdo usar de *z* no meio de palavras em que «o radical grego ou de lingua estranha o não encerra», e depois diz, que «o *z* de mui pouco uso em portuguez, «deve unicamente empregar-se no principio das vozes que «têm este som como *zunir* e derivados, *zurzir* etc., e no fim «das palavras em que substitue o *x* latino»: em nossa consciencia não tem direito para o fazer, porque não justifica taes asserções, antes se contradiz alli mesmo pondo *z* em *trazer trazes, dizemos dizia, fizestes fizeram, quizesses quizerdes*, etc. A nós não deve importar para nada como os latinos usaram do *z*: tomaram-no do grego e empregaram-no nas palavras gregas ou derivadas do grego; estavam no seu direito. O nosso caso é diverso: o *z* é uma letra do nosso alphabeto, como qualquer outra, e signal onomatopico do som *ze*; a representação d'este por *x*, além de não ser racional, produz muita confusão; e o illustre lexicographo, dando-nos o direito de substituir *z* a *x* no fim de certas palavras, vindas do latim, dá-nos igual direito de o substituir a *s*. Como quer pois que não usemos d'elle?

Nós não tinhamos necessidade de substituir *z* a *e*, nem o deviamos fazer: deviamos substituir o *x* por *s*, que é quem representava o som que alli damos ao *x*, o qual já mostramos não ser o som *ze*. E não obstante, o author não se mostra contrariado pelo termos feito. Do contrario, temos necessidade de substituir *z* a *s*; elle não póde negar-nos direito de o fazer; e entretanto protesta contra isso?...

Perdôe-nos pois, não podemos seguil-o, visto que nos parece insustentavel a sua opinião em face da razão, da justiça e da logica.

6.ª O *som* qe.—Com a eliminação das letras nullas os modos de representar o *qe* ficam reduzidos a tres; isto é,

aos casos de *quasi casu kalmuco*. E sendo *q* o seu signal onomatopico, sendo obvio que o *k* só deve subsistir para o caso dos nomes proprios de linguas estranhas nos quaes o empregam os naturaes, resta o *c*. Deverá este continuar? Entendemos que não; pois do contrario nunca a orthographia portugueza deixaria de ter imperfeições injustificaveis.

O *q* deve pois ser unico representante de *qu*, do mesmo modo que o *c* deve sêl-o de *ce*.

Não nos parece que esta proposição possa ser contestada com fundamento e muito menos em favor da representação por meio de *c*, cujo inconveniente, derivado de ter este a representação de *ce*, de dar lugar a muita confusão e equivocos, ninguem póde desconhecer. Se devesse alguma articulação ser representada por dous signaes, aqui devia o segundo ser o *k*, visto que não daria lugar a nenhum equivoco sobre pronuncia: apenas haveria a duvida a respeito de saber quando se deveria usar *k* ou *q*.

7.ª *Os sons* rre *e* re.— A letra *r* representa dous sons consoantes mui distinctos, como se vê de *Russia* e *Pará*; e este duplo som de um signal orthographico, alem de não ser racional nem logico, é uma consumição para alumnos e mestres d'instrucção primaria, não menor que a do *c*, do *s*, do *g* ou do *x*. Tambem portanto aqui deverá ser emendado o defeito; o que se alcança facilmente do modo seguinte.

O caracter maiusculo do *r* representa *rre*; faça-se pois um caracter minusculo do mesmo feitio do maiusculo, e seja este o *érre*, e represente sempre o som aspero da letra. Reserve-se o actual caracter minusculo para o som dôce exclusivamente, e chame-se-lhe *êra*.

8.ª *Os sons de* x.— Já indicamos que o *x* não devia con-

(¹) Tendo refletido em que o caráter novo que propûs é de caligrafia difícil, lembrei-me de que o som áspero do *r* fosse representado por êste caráter, com o braço anterior dezandado para trás e para cima (r̔), formando uma vírgula ás avéssas que é o *espírito áspero* dos gregos. E assim o proponho.

O carátèr màiúsculo do *r* doce deverá ser o àtual carátèr màiúsculo do *r* com uma vírgula (R̓), que é o *espírito brando* dos gregos.

as palavras o *z* substitue um *x*, e mesmo um *s*, da palavra original, do que são exemplo *capaz feliz feroz luz mez Luiz albornoz arcabuz*, que derivam de *capax felix ferox lux mensis Luduvicus albõrnós arquebuse*; assim como é certo que a substituição do *x* por *s* já está realisada em muitas palavras, por exemplo em *estranho espremer destro calis*, derivados de *extraneus exprimere dexter calix*, e que já diccionarios trazem *seisto isento* etc.

Por isso pois, e porque *s* fica sem uso, a razão está dizendo que é este signal que deve representar sempre *es*: o qual passará a chamar-se *és*, com o que fica sendo verdadeiro signal onomatopico[1].

A estas julgamos dever acrescentar-se uma ultima reforma: a da denominação dos signaes representativos dos sons.

É sabido que as letras do actual alphabeto tem um nome usual, isto é: as vogaes *a e o* denominam-se pelo seu som aberto, *i u* pelo seu som longo, chamando-se *á é í ó ú*, e o *i* grego chama-se *ypsilon*, que é o seu nome original;

[1] Disse a pájinas 7 que ésta articulação não êra *ce* nem *se* nem *je* nem *ze*, embóra se aproximasse mais d'ésta última.

Á quem lhe dê os três primeiros sons, cada um segundo se lhe ségue determinada consoante. Creio porem que isto é um erro: éla é sempre a mesma, é isso que nós dizemos quando pronunciamos *ás ês is ós us*.

Tendo meditado mais sobre o assunto, paréce-me que devo oje dizer, que éla é *é se* em toda a sua pureza.

É princípio recebido dezignar as consoantes com *e* surdo adiante; e tem-se considerado essencial, para que élas se fáção ouvir, que tênhão adiante de si esse ou outro som vogal. Creio que fui o primeiro a aprezentar a ideia contrária, quando nésta memória lembrei que a consoante em questão se dezignasse com *e* surdo atrás, dizendo que éla não comporta som vogal adiante. Oje acrecentarei que o *le* não o tem em cértos casos, e que no *re* da fim de sílaba quázi se não sente o *e* surdo.

Com efeito quem, por exemplo, estudar bem a pronúncia das palavras *fale tal*, *faze fás*, *are ar*, axará a próva d'éssas minhas asserções, e de que o que eu xamei som *és* é a articulação *se* inteiramente livre do *e* surdo.

as consoantes chamam-se *bê cê dê éfe gê agá jóta qá éle éme éne pê qê érre éce tê vau xis zê.* Sabemos que desde pouco começou certa gente a denominal-as *be ce de* etc.; quer dizer, dão-lhe por nome o que não é senão o som que ellas devem tomar na boa soletração. Mas isto, a nosso vêr, é um erro crasso, alem de outras razões, porque não ha verdadeiro nome na nossa lingua, que tenha por vogal *e* surdo sómente: ha apenas algumas particulas como *e que de se,* particulas que se pronunciam sempre mais ou menos ligadas á palavra seguinte. Ainda mais: a não ser *cada,* que n'aquillo participa da qualidade de particula, crêmos que não ha verdadeiro nome, sem vogal longa; e, tanto, que as mesmas particulas tomam, algumas pelo menos, uma d'essas vogaes, quando se apresentam como nomes distinctos. Por isso se diz por exemplo: *isso tem seus* quês; e se escreve: *Porquê?* E com razão assim é; porque o nome que dá a conhecer uma cousa, deve ser devidamente sonoro afim de poder ouvir-se bem.

N'aquella serie de nomes das consoantes encontram-se tres grupos: um de 8 letras, cujos nomes constam de articulação seguida de *e* fechado; outro de 6, cujos nomes se compõem da articulação precedida de *e* aberto e seguida de *e* surdo; outro de 4, cujo nome é formado da articula-

Quando se pronuncia *fále*, para se dizer a segunda sílaba apoia-se a ponta da língua contra a parte anterior da abóbada palatîna, e despéga-se de repente; ao pronunciar *tal,* a ponta da língua apoia-se do mesmo módo, mas não se despéga e não á som de *e* surdo. Sucéde o mesmo pouco mais ou menos com a pronúncia de *faze* e *fás: faze* termina por *e* surdo bem sensível; *fás* termina por um cicio apenas sensível. Na pronúncia de *are* e *ar* dá-se uma couza muito semilhante, mas em *ar* a articulação não paréce ficar tão livre de *e* surdo.

Convencido pois d'isto repito, que o que xamei articulação *es*, é *s* sem *e* surdo adiante. E se não proponho que seja reprezentado pela letra *s*, ficando o nósso alfabéto com menos um sinal elementar, é porque éla é freqüentíssima na nóssa língua, só eicèçionalmente deixa de ser reprezentada por *s*, e a substituição d'esta tornaria o aspéto da escritura muito divérso e dificultaria a aceitação da refórma.

Que o fáção no futuro, se quizérem.

ção seguida das vozes *óia á au is*, ficando destacado o *h*, cujo nome é tão de capricho, como é a capricho que se usa do respectivo signal. Ora já lá vai o tempo das *mudas*, das *liquidas* e das *semi-vogaes*; hoje ninguem ousaria classificar as letras pelos seus nomes, em logar de classifical-as segundo o seu valor phonico; vê-se que as diversas articulações se subordinam inteira e igualmente a dous principios communs,— todas precisam de um som vogal para se fazerem ouvir, e todas se fazem ouvir pospondo-se-lhes um *e* surdo; e comprehende-se quão grande é o valor do nome tratando-se dos elementos da linguagem: d'onde decorre, que a formação do nome de todas as consoantes deveria subordinar-se a um só e identico principio.

E esse principio e esses nomes apresentam-se-nos naturalmente depois do exame dos nomes actuaes: ha a optar entre a articulação seguida de *e* fechado, e a articulação precedida de *e* aberto e seguida de *e* surdo. Pela nossa parte preferimos a segunda denominação: com ella os nomes das letras são mais sonoros e euphonicos, a articulação fica muito pura, pois que encostada ao *e* aberto anterior fere levissimamente o *e* surdo que vem depois, o qual quasi se não ouve; e quando se tratar de soletração, destaca-se muito naturalmente para ir sósinha ferir cada um dos sons vogaes [1].

Emfim, é claro que a grande differença, que tem entre si os dous sons de *a*, os dous de *o* e os tres de *e*, assim como não consente que sejam representados pelo mesmo signal, tambem não consente que tenham o mesmo nome. E por outro lado reconhecer-se-ha facilmente, que é preciso

[1] A éstas póde ainda acrecentar-se outra razão, tambem de valor; estes nomes são formados muito naturalmente, e póde-se fazer bem facilmente comprender essa formação.

Um mestre indica ao discipulo por exemplo um *m*, e diz-lhe: isto é *me*, e chama-se *ême*; mostrando-lhe o *p*, diz: isto é *pe*, e chama-se *êpe*. E assim por diante. E o discipulo comprehende bem a cousa, liga perfeitamente entre si a ideia do sinal, do som e do nome, distinguindo-os tambem com facilidade; e aprenderá a soletrar e a ler mais facilmente.

beto a entoação de cada som vogal, mas tambem fica directa e indirectamente determinada a sua quantidade. No caso das vogaes simples oraes, a figura da letra diz se ella é breve, semi-longa ou longa. As vogaes nasaes e os diphthongos são de natureza longos: se serão ou não a syllaba longa da palavra, dil-o-ha o acompanhamento de vogaes em que se acharem. Se não ha alli vogal que seja designadamente a syllaba longa, sel-o-ha a vogal de natureza longa; se ha mais que uma d'estas que possa sel-o, a ultima d'ellas é que será a longa.

Por outra parte este alphabeto parece-nos dever ser da maior vantagem no ensino primario; uma criança é toda olhos e toda ouvidos, e elle falla claramente a uns e a outros, devendo por isso ser bem e promptamente comprehendido. Deve ser de muito notavel vantagem na soletração, pela facilidade que lhe offerece: a grande difficuldade que hoje se encontra para a soletração dos sons nasaes, por se não conterem os elementos d'esses sons nos signaes que os representam, desapparecerá completamente; e os meninos soletrarão *b ã bã*, *b ai bai*, *b ãi bãi* por exemplo, com a mesma facilidade com que soletram *b a ba*. E a facilidade na soletração augmentará ainda, se se ensinarem os meninos a identificar *l r s* com as vogaes precedentes com quem formam *syllaba*; com as quaes elles em verdade se identificam muito naturalmente, sobre tudo *l* e *s* que como que se derretem na vogal, e debaixo d'este ponto de vista se poderiam com effeito chamar letras liquidas: se se ensinarem a dizer bem, d'uma só emissão de voz, *al ar as ais ãis* por exemplo, e a soletrar *b al bal*, *b ar bar*, *b as bas*, *b ais bais*, *b ãis bãis*. Para o que deveria haver cartas de syllabas de todas essas especies.

Esperamos que sejam d'esta opinião todos aquelles que ensinam a lêr.

Eis-ahi pois como comprehendemos a reforma a fazer na orthographia, realisada a qual se nos antolha que chegariamos n'este ponto aonde é possivel chegar. Mas para isto cumpre-nos fazer ainda as seguintes reflexões.

1.ª Como se sabe, os pronomes *me te se nos vos lhe lhes*, e o artigo definido servindo como pronome, ligam-se muitas vezes ás vozes dos verbos formando quasi uma só palavra; e em certos casos não ha accordo sobre o modo de escrever essas palavras. Ha-o tratando-se de *me te se nos vos lhe lhes*, assim como do artigo depois de voz terminada em vogal ou diphthongo oral, os quaes se ligam por um hyphen á voz verbal; e póde dizer-se que o ha se se trata do artigo depois da terceira pessoa do plural, como em *amam o*, *amem os*, que se escrevem antepondo ao artigo um *n* euphonico e fazendo *amam-no amem-nos* [1]. Mas não o ha, quando se trata do artigo depois das vozes terminadas em consoante, como em *amar o*, *amas o*, *amamos o*, *amais o*, *amavas o* etc.; nem a respeito das vozes do futuro do indicativo e do condicional, com relação tanto ao artigo como aos pronomes. E é preciso que haja accordo tambem n'estes pontos, o qual nos parece que se estabelecerá logo que se decida: quanto ao primeiro, qual é o lugar de uma letra que se põe em substituição d'outra; quanto ao segundo, a que correspondem as vozes que geralmente se escrevem *amar-me-ha amar-te-hão amal-o-has amar-nos-heis amar-vos-hiamos amar-se-hiam amal-os-hia dar-lhe-hei dar-lhes-hieis*, etc.

Ora, a decisão no primeiro caso a nosso vêr é obvia e facil: parece-nos fóra de toda a duvida que, substituindo-se uma letra por outra, esta deve tomar o lugar d'aquella. E como no caso em questão a consoante da voz verbal é substituida por *l*, este tomará o lugar d'ella, e escreveremos *amál-o ámal-o amámol-o amail-o amával-o*, etc. Juntar o *l* ao artigo, isto é, a uma palavra diversa d'aquella cuja letra substitue, nada o justifica.

No segundo caso a questão fica resolvida com a reforma, a qual proscreve o *h*: sempre porém a trataremos, visto que não temos direito a esperar que se faça uma reforma só porque nós a propomos. N'esse caso, uns dizem que

[1] Do mesmo módo déve aver acordo nos cazos do *l* eufónico, como quando dizêmos — tu amaste-lo —, em lugar de — tu amaste-o —.

amar-me-ha amar-se-hiam dar-lhe-hei, por exemplo, correspondem a *amará-me amariam-se darei-lhe*; outros, que correspondem a *ha-de amar-me haviam de amar-se hei-de dar-lhe*. Como se vê, segundo os primeiros divide-se em duas partes a voz do verbo, e intercala-se o pronome separado por hyphen, o que é cousa simples; na opinião dos segundos supprime-se a preposição, o verbo auxiliar passa para depois do outro e tambem do pronome e em algumas vozes ainda perde algumas letras, processo muito complicado se se compara com o outro. Além d'isto, se é certo que ha quem escreva *amaria-me daria-me* etc., raro será encontrar conhecedores da lingua que escrevam *amarás-me, amará-se* etc.; o que parece indicar que esta expressão foi substituida pela outra: assim como deve notar-se, que o sentido das expressões de que se trata, se parece muito mais com o das vozes simples do futuro e do condicional do que com o das do tempo composto, e que ellas não são empregadas nos casos em que este o deve ser. Assim, julgamos boa esta phrase—Que vos parece? F. demorar-se-á muito entre nós?—; e n'ella, a nosso vêr, *demorar-se-á* corresponde a *demorará-se* e não a *ha-de demorar-se*, mesmo porque a resposta seria por exemplo—Não: creio que se demorará só tres dias. Nem nos parece que *ha-de demorar-se* tenha alli cabimento, segundo o sentido da phrase.

D'onde julgamos decorrer inquistionavelmente, que são os primeiros quem tem razão; que a ultima parte d'aquellas expressões é o final das vozes do futuro e do condicional; que não entra alli por nada o verbo *haver*; e que, portanto, nunca o *h* lá devia ter sido empregado.

2.ª É muitas vezes preciso dividir as palavras no fim das linhas, e essa divisão não podia ficar ao arbitrio de cada um: pelo que se estabeleceu e com razão, que a divisão se fizesse sem partir syllabas. Mas nas palavras compostas subordina-se muito geralmente essa divisão á composição; o que julgamos que dá logar, a que se offenda uma cousa mais respeitavel que o principio da composição, isto é, a indole da nossa lingua. Assim, em portuguez toda a consoante seguida de vogal se entende ferir essa vogal,

fazendo syllaba com ella; e segundo o principio da divisão subordinada á composição, por exemplo em *subentender* terá de separar-se o *b* do *e*; em *adoptar*, o *d* do *o*; em *superabundar*, o *r* do *a*; em *desilludir*, o *s* do *i*; nos casos de *ex* inicial ou precedido de preposição, apesar do som *ze* do *x* ferir a vogal seguinte, sempre se considera que o *x* pertence ao *e* precedente, e n'essa conformidade se deverá fazer a divisão; em fim nos casos como em *circumstancia inscripção conspirar adstringir subscrever*, apesar de repugnarem á indole da nossa lingua as syllabas que começam por *scr str sp st* (motivo por que nas palavras que começam por ellas em latim, lhes antepuzemos o prefixo *e*), não deixa de fazer-se a divisão escrevendo *circum-stancia in-scripção*, etc.

Ora, tudo isto nos leva a dizer que nos não parece que possa continuar em vigor um tal principio. Julgamos que em contrario d'isso se deve estabelecer, que as palavras compostas, quando os seus elementos não sejam separados por hyphen, se considerarão como simples para a divisão das syllabas. E não se considere um obstaculo por exemplo as palavras referidas, *circumstancia inscripção*, etc.; pois que o som *es* se harmonisa com um som nasal e mesmo com certas articulações tão bem como com um som oral; v. g. em *inscrever* e *conspirar* liga-se tão bem como em *sens* e *jasmins*; e em *subscrever*, sem duvida que, sendo *es* ligada a *be*, fica a palavra muito melhor do que se empregarmos a articulação *ce* e a ligarmos ao *qe*. Pronunciem-na de ambos os modos, e verão bem que no primeiro caso ella é mais agradavel ao ouvido.

Portanto, ao dividir as palavras no fim das linhas deverá escrever-se, por exemplo, *su-bentender supe-rabundar cons-pirar subs-crever*.

Ha porém palavras compostas, que se devem escrever de modo que a sua composição fique patente, não só para que isso influe na maneira de dividir algumas, mas tambem para evitar equivoco no modo de pronunciar todas. Ao que podem servir d'exemplo *bemfeito contudo* e *bemaventurado*: nas duas primeiras o principiante será mais natural-

mente levado a crêr, que nas primeiras syllabas ha som de *e* e de *o* fechados do que de *ei* e de *ou* nasaes; na terceira acreditará de certo, que o *m* é consoante e não signal de nasalidade.

Por isso n'estes e analogos casos entendemos que a composição deve ser marcada na orthographia, escrevendo-se *bem-feito bem-aventurado*, etc.

. . . .

3.ª Encontramos a miudo vozes verbaes escriptas de um modo que, na nossa opinião, encerra um erro de orthographia e indica um erro de pronuncia: são dos verbos terminados em *ar* precedido de *e*, como *passear*. Já a pag. 47 dissemos que esses verbos tinham sete vozes irregulares pela interposição de um *i* entre a terminação e a raiz; mas pelo que vemos, querem fazer alguns d'elles regulares, generalisando a irregularidade. Não é só em publicações ordinarias que se acha, por exemplo, *receiamos asseiava receiava asseiado:* encontram-se em diccionarios *assear recear* e *asseiar receiar*, mostrando-se que se tem mais consideração por estes que por aquelles, e encontra-se sómente *enleiar entremeiar*.

Mas nós crêmos firmemente que, assim no fallar corrente como no fallar elegante, todos pronunciam as vozes d'estes verbos sem o som do diphthongo *ei*, todos as pronunciam como pronunciam as de *passear*; e os mesmos diccionarios nos dizem que *asseiar receiar enleiar* vem de *essuyer recedere liar* que não pedem o *ei*, e se nos dizem que *entremeiar*, vem de *meiar* é certo que se póde dizer que este segundo é verbo que ninguem usa. D'onde, pois, as origens não pedem nem authorisam tal orthographia, e a pronuncia repelle-a.

Por isso entendemos que estes verbos não devem ser separados dos seus semelhantes, e que a sua orthographia se deve harmonisar com a pronuncia: todos são simplesmente irregulares como *passear*. Só nos occorre um, que julgamos dever ser exceptuado: é o verbo *afeiar*. Este sim:

a boa pronuncia dá-lhe o diphthongo *ei*, como lh'o dá a raiz *feia*.

Em vista pois do que fica exposto, parece-nos ter satisfeito ao compromisso que tomámos. Por isso vamos terminar, desejando que os competentes nos perdôem a ousadia que tivemos, e que, tomando a empresa em mão, com trabalhos seus preencham as lacunas e emendem os erros que o nosso contiver.

A reforma na orthographia não é só necessaria, é urgente; basta lembrar o que já referímos, isto é, que até se diz que não temos orthographia, e que cada um escreve como quer. Ella ha-de encontrar a opposição dos caprichos e dos preconceitos; ha-de encontrar a resistencia dos habitos. Ter-se-ha repugnancia a vêr, por exemplo, *ôu* onde se escreve *ô*; maior será ella ao vêr *ẽĩ* no lugar de *em* ou de *en*, e *õu* no lugar de *om* ou de *on*[1]; não será menor quando se vir *c* em lugar de *s*, sobre tudo no principio das palavras; e será grande principalmente ao vêr *q* sem *u* que o separe da vogal seguinte, ou posto em lugar de *c*. Mas a authoridade dos competentes, fundados na razão, na logica e no bom senso, tem poder para se impôr a caprichos, preconceitos e habitos; principalmente por que podem temporisar, e partindo do facil para o difficil, deixar para o fim as mudanças proprias a causar menos favoravel impressão. E o assumpto é digno d'elles; é digno mesmo da Academia das Sciencias, mais competente que ninguem, sendo até para lamentar que a sua respectiva secção o tenha esquecido por tanto tempo.

Parece-nos que s. exc.ª o snr. ministro do reino podia exercer aqui uma muito poderosa e util influencia, já chamando para o assumpto a attenção das instituições litterarias respectivas, já levando a Imprensa Nacional, que tem sob sua immediata dependencia, a fazer o muito que póde no sentido d'uma tão instante reforma; a qual em muitos pontos podia alli começar desde logo, assim como na im-

[1] Está rectificado o que se refere a *ôu* e *õu*.

prensa da Universidade e nas outras imprensas officiaes, atraz das quaes seguiriam as particulares. Por isso tomamos a liberdade de lhe offerecer este nosso pobre trabalho, no intuito de que lhe seja uma lembrança; esperando que s. exc.ª quererá fazer da sua parte para que a nossa lingua tenha orthographia digna d'ella.

Em fim, se os de cima não julgarem dever intervir, os de baixo mesmo podem fazer muito, se quizerem. Os professores de portuguez, os escriptores particularmente os de livros didacticos, e os directores de typographias podem aqui influir muito e muito proveitosamente. Oxalá pois que se convençam de que o devem fazer. A nosso vêr os directores de typographias, sobre tudo os d'aquellas onde se imprimem jornaes, podem influir tanto, que se nos antolha que embora com mais tempo e esforços, elles sós poderiam realisar a importantissima reforma. Por consenso tacito do publico, possuem a faculdade de ter *orthographia da casa*: se pois cada um fosse introduzindo cada innovação ao passo que o julgasse a proposito, e sobre tudo se os de cada terra, se não os de todo o paiz, se pozessem d'accordo n'este ponto para fazer cada innovação simultaneamente, não duvidamos de que veriam o fim á grande obra dentro de poucos annos.

Pela nossa parte, está feito o que dependia de nós.

Deus pois bafeje a idéa d'esse importantissimo progresso, realisado o qual será muito facil ensinar e aprender a lêr, nenhuma lingua terá orthographia tão perfeita como a portugueza, e nenhuma poderá como ella ser facilmente comprehendida pelos estrangeiros que quizerem estudal-a.

Em fim concluiremos por uma supplica. Se por ventura alguem nos der a muito grande honra de fazer pela imprensa alguma analyse d'este trabalho, rogamos-lhe que se digne fazer-nos tambem a muito grande finesa de nos dar conhecimento d'isso, por intermedio do snr. director da typographia onde elle é impresso. Desejamos n'esse caso confessar com toda a franqueza os erros que nos convencerem de termos commettido, e defender a nossa obra nos pontos que em nossa consciencia julgarmos terem legitima defeza.

ESPLICAÇÃO

Poucas pessoas acedêrão á súplica feita no último parágrafo da memória. A éssas dirijo aquí os meus agradecimentos.

Não os devo ao *Bèjense*: ao qual me cumpre lembrar, que ele mesmo tinha antes defendido a ortografia sónica por órgão da àutorizada pena do sr. dr. João de Deus.

Mas devo particularizal-os, quanto á ilustre redàção do *Instituto*, muito àutorizado periódico literário de Coímbra, a qual se serviu dizer, que a minha memória éra um trabalho *de véras notável*; e quanto ao sr. João Erméto Coelho d'Amarante, professor do liceu de Ponta Delgada, pela delicadeza com que tratou no *Diário dos Açores* o desconhecido àutor da memória.

Quanto a rètificaçõis, felismente não tenho que fazêl-as. A doutrina da memória ficou de pé.

Simplesmente farei a seguinte reflèção ao sr. Coelho d'Amarante.

S. s.ª pronunciou-se contra o *til*, que móstra dezejar ver banido da nóssa ortografia; mas nada do que escreveu, próva contra ele: os argumentos que produziu provarão contra os ditongos nazais, porem não próvão nada contra o uzo do *til*. O sr. professor móstra particularmente aversão ao ditongo *ão*.

Óra, cumpre-me fazer notar, que me não propús senão a proclamar a eicelência da ortografia sónica, e a concorrer para que éla fosse adòtada; e que aceitei a língua como éla é. Sei que muitos estranjeiros embírrão com os nóssos ditongos nazais; mas não me paréce que seja motivo para se procurar eliminal-os. E quanto ao ditongo *ão*, creio poder dizer que não é merecedor do ódio que s. s.ª lhe vóta. Este ditongo, pronunciado sempre como déve ser, isto

é, como todos o pronuncíão em *não tão irmãos* por ezemplo, é pouco fanhozo, e dá um som fórte e eufónico que me paréce não devemos desdenhar; e é de cérto muito preferível ao som de *om*, que o sr. Amarante propôi para o substituir em cértos cazos,—quér s. s.ª o considére ditongo *õu*, quér vogal nazal *õ*.

Mas isso em nada diminue o valor que dou ao *til*. Subsiste a minha afirmação a seu respeito, isto é: que déve ser o nósso único sinal de nazalidade. Quando por ventura se suprimíssem os ditongos nazais, ficávamos com as vogais nazais; e éstas deveríão ser nasaladas por meio d'esse nósso acento nazal, e só por ele.

Assim como direi o seguinte á redàção do *Bejense*.

A propózito d'eu dizer que não admitia o *a* fexado, esse periódico esclamou: «Acazo o anónimo deseja impor-nos a obrigação de falarmos minhoto em lugar de português? Pois que poder sobrenatural rojou, aos pés do Douro senhor, o Téjo, o Sado e o Guadiana escravos?!.....»

Óra a isto responde a já aludida afirmação, do ilustre àutor do *Jénio da Língua Portugueza*, o qual éra insuspeito porque éra natural do sul e vivera quázi sempre aqui: a pájinas 174 do 1.º volume, ele xamou á província do Minho *o país clássico da linguájem portugueza*.

A isto responde tambem a istória, ensinando que ali foi o berço da monarquia, e que o Douro falava português, quando o Téjo, o Sado e o Guadiana falávão ainda a língua dos mouros.

E éu respondo, que se não pretende impor o falar de nenhuma província; que não se quér rojar o sul aos pés do nórte, nem este aos pés d'aquele; que o que se quér, e déve querer, é que todos se submétão á razão.

REPREZENTAÇÃO

Á

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS

SOBRE

A REFÓRMA DA ORTOGRAFIA

Senhores.—Os abaixo assinados dirijem-se á Academia Real das Ciências em cumprimento de um dever.

Numa reunião pública, celebrada nésta cidade em 23 do corrente, fôrão encarregados de, em comissão, pedir a éssa real academia que ocorra a uma necessidade que quázi só d'éla póde esperar satisfação; e vem dezempenhar-se do onrozo encargo.

Paréce-lhès ociozo aduzir argumentos para justificar o pedido. Não tendo a língua uma gramática e um dicionário que póssão dizer-se oficiais, não avendo nórma para a ortografia, nem para a pronúncia, e sendo isso o que se péde á academia, déve considerar-se desnecessária qualquér justificação.

O parecer de que ésta reprezentação vai acompanhada, contem um sistema de ortografia e um método de o pôr em prática, os quais avaliareis como merecêrem. Os abaixo assinados apenas esprímem o dezejo e a esperança de que julgueis dever adòtal-os.

Dando pois ezecução á primeira parte da propósta que termina esse parecer, e que a mencionada reunião aprovou com escluzão das palavras—ou outro que julgue melhór, no cazo de rejeitar este—, os abaixo assinados pédem á Academia Real das Çiências que, publicando uma gramática e um dicionário ao mesmo tempo ortográfico e prozódico ou ao menos um vocabulário, se digne preenxer éssa lacuna e satisfazer éssa necessidade que todos reconhécem e sêntem,—a de uma ortografia normal.

Não pódem porem deixar de xamar a vóssa atenção para a alteração aludida, que a reunião onde fôrão eleitos,

fês no parecer da comissão. Por éla vê-se que a opinião d'aquéla assembleia é, que a refórma a realizar na ortografia déve ser em sentido sónico.

Dignai-vos acreditar, senhores académicos, em nóssos sentimentos de consideração e respeito.

Porto, 26 de dezembro de 1878.=*Adriano de Abreu Cardozo Machado*, prezidente=*Conde de Samodães*=*Manuel Felippe Coelho*=*Agostinho da Silva Vieira*=*Jozé Barbóza Leão.*

PARECER

COMISSÃO DE REFORMA ORTOGRÁFICA

Senhores! — Reconhecendo o estado anárquico da nóssa ortografia e que é precizo fazê-lo cessar, nomeastes em reunião de 27 de maio uma comissão, encarregada de estudar e propor-vos os meios de alcançar ésse *desideratum*; o qual só póde conseguir-se dotando a lingua com uma ortografia normal.

Aceitando cada um dos eleitos o espinhozo mas honrozo encargo, a comissão constituiu-se. E ao encetar os seus trabalhos ofereceu-se-lhe, como questão prévia, determinar qual o desenvolvimento que deveria dar-lhes.

Efètivamente alguem podia entender que éla teria satisfeito propondo simplesmente, que se reprezentasse á autoridade competente para que determinásse aquéla ortografia, e fizesse com que só éla fosse ensinada nas escólas, e empregada nas repartiçõis públicas, assim como nas tipografias e litografias da sua dependência; em tudo que tivésse caráter oficial. Outros podião julgar que se devia ao mesmo tempo pedir, que a ortografia determinada fosse o mais simples possível; a fim de que o aprender a ler e escrever se tornasse por esse módo tão fácil, como póde realmente. E podia também querer-se, que se lhe propuzésse a ortografia que devia ser adotada.

Teve portanto de rezolver ésta questão, depois de a estudar sob éste tríplice módo de ver.

Pareceu-lhe porem, que um pouco de reflexão bastava para se pôr de parte a primeira ideia. Todos sabem a consideração que em jeral merécem e os rezultados, que é costume alcançárem, reprezentaçõis désas em assuntos d'ésta natureza; e a comissão não podia acreditar que ficássem satisfeitos com uma propósta que não teria utilidade prática. Assim como lhe pareceu que a segúnda ideia, sendo su-

jeita aos mesmos inconvenientes, devia ser pósta de parte como a primeira.

Julgou pois, que éra seu dever tomar no sentido mais amplo a missão que recebera, e desempenhal-a néssa conformidade; isto é, no sentido de se indicar a ortografia, que deveria pedir-se que fosse estabelecida como ortografia normal. Éra árdua a taréfa, mas não podia declinal-a.

Neste ponto, a comissão teve de reconhecer que a ortografia portugueza não podia deixar de ser etimolójica, sónica ou mista.

Óra a mista é a ortografia que temos e cuja refórma se reclama jeralmente; e por mais que a sistematizássemos, pareceu á comissão que não seria possivel obter-se uma ortografia como déve dezejar-se que tenhâmos. Serião precizas múitas régras com múito numerózas escèçõis, ficando ainda múitas cousas sem ser reguladas; de módo que o conhecimento da ortografia tornar-se-ia tão difícil de alcançar, como é o de algumas artes e ciências. Suceder-nos-ia como aos francezes, que, apezar de tantos trabalhos e tão àutorizados como são os da sua academia, tem ainda uma ortografia que, em parte tambem pelas dificuldades peculiares da língua, se não considéra digna d'aquéla nação culta.

Restava portanto tomar por baze da ortografia que se propuzésse, ou a etimolojia ou a pronúncia.

A respètiva escolha éra o ponto mais grave da taréfa a cargo da comissão. Tratou por isso d'esclarecer-se bem a esse respeito; e entre outras couzas, procurou conhecer o jénio da língua além d'outros meios pelo da sua istória, a fim de guiar-se por ele.

Veja-se pois, que é o que sobre o assunto nos diz a istória.

A istória ensina, que o português primitivo, a lingua do berço da monarquia (Entre Douro e Minho), a que falárão os senhores e ómens d'armas que ajudárão Afonso Enriques a fundar este reino, éra uma mistura da linguájem rude dos aboríjenes (mistura tambem) e do latim bárbaro das lejiões românas, — mistura alterada com elementos introduzidos pelos conquistadores do nórte, principalmente os suévos e vizigódos, e tambem pelos sarracenos; e alterada ainda, depois de conquistado o sul, por motivo das relaçõis com os seus abitantes já meio árabes e outros árabes verdadeiros, e, depois de estabelecida a capital em Lisboa, por causa da colonização vinda de Marrócos e do grande número d'estran-

jeiros que concorrião ao seu porto, particularmente os cruzados muitos dos quais aí ficárão; bem que móstre que predominava o elemento latino, pelo muito que se encarnara na Península o módo de ser dos românos, por ser o latim a lingua dos átos relijiózos e das relaçõis com Roma e com os outros governos da Európa, e porque os sacerdótes érão quázi os unicos ómens de letras no país. Assim como nos ensina que esse amálgama éra apenas lingua falada, porque pouco ou nada se lia e escrevia, visto que o elemento burguês apenas se fazia sentir, e os senhores só cuidávão de armas desdenhando até o saber ler e escrever,— erro de educação que durou em parte até não muito lonje de nós.

Póde pois imajinar-se o que éra o português d'éssas épocas, e atésta-o o muito pouco que d'ele résta. Póde dizer-se que não se escrevia; e falava-se um português tão simples quanto érão simples os ómens e a vida que vivião.

A istória móstra que foi assim, até que no fim do século 13.° D. Dinis, esse modelo de reis, criou em Lisboa as *escólas jerais*, começo da *universidade*, que depois tanto se tem ilustrado em Coimbra. Mas móstra ao mesmo tempo que isto não fez mais que aumentar o predomínio do latim; porque para as escólas jerais e depois para a universidade viérão várias professores estranjeiros, jente muito versada no latim que éra a lingua dos ómens de letras, e viérão tambem os compêndios das universidades estranjeiras que érão todos em lingua latina. E as escólas que D. Dinis e seus sucessores estabelecêrão fóra d'alí, érão ou de primeiras letras onde só se ensinava a ler e escrever, ou de gramática latina, sendo lá absolutamente desconhecida a gramática portugueza,— circunstáncias que sòmente cessárão no fim do segundo quartel do prezente século.

E as escólas jerais e a universidade criárão os ómens de letras, que com o andar do tempo, fixárão a língua e lhe determinárão a ortografia, a qual, como era natural, aferírão pelo latim, dando lugar a Càmõis poder dizer:

> E na lingua na qual quando imajina,
> Com pouca corrução crê que é latina.

Se é que póde dizer-se que foi determinada uma ortografia, tendo cada clássico e cada lèccicógrafo ortografado a seu módo.

Com tudo a istória ensina tambem, que a nação continuou a falar a sua lingua, aceitando sòmente os aperfeiçoamentos que recebia a gramática, e modificando racio-

nalmente a prozódia. Ésa lingua alatinada pela ortografia que se estabeleceu, ficou circunscrita aos imprésos e á escritura dos eruditos, sendo apenas falada por alguem que queria afetar de sê-lo.

Em fim éla ensina que por isso, apezar do latim continuar dominando como senhor, apezar da gramática latina continuar a ser a única professada oficialmente, limitados sempre os professores d'instrução primária ás xamadas primeiras letras, a linguájem falada foi sucessivamente ganhando vitória sobre vitória contra a linguájem escrita. O que se escrevia e imprimia em 1836, aí está para demonstrar como já se axava alterada a ortografia estabelecida nos séculos 15.º e 16.º

E pela sua parte o prezente móstra a todos, quão fecundo foi o impulso dado pelas leis sobre instrução publicadas néssa época recente, e qual o rezultado d'élas e de outras que viérão depois, principalmente as de 1844. Oje temos nos liceus um curso műito dezenvolvido de portuguęs, e em quázi todas as escólas primárias se ensina alguma couza de gramática portugueza. Quanto á latina, de que em outro tempo avia uma cadeira quázi em cada concelho, basta dizer que, fóra dos liceus, os distritos de Leiria e Béja, por ezemplo, têm cada um a sua, e o de Lisboa tem duas; e os dicionários aprezentão próvas irrecuzáveis do quanto vai diminuido o respeito pela etimolojia latina.

Desde műito, finalmente, que o latim deixou de ser a lingua das relaçõis internacionais. Quando este âno o mundo católico acudiu ao Vaticâno a celebrar o meio centenário do venerável biepo d'Imola, oje assentado na cadeira de S. Pedro, fôrão bem raros os discursos e missivas em latim. Apenas de Roma vem ás nóssas xancelarias diplomas néssa lingua; mas que são dados ao público em portuguęs. Passárão de móda as apóstrofes e sentenças latinas, com que d'antes se apimentávão entre nós os discursos e escritos; e até já os prègadores quázi se limitão a dar em latim o tema dos sermõis. De módo que, se ele não fora a lingua dos officios divinos e preparatório obrigado para os estudos superiores, teria já partilhado a sórte das linguas mórtas; e vel-o-íamos em bréve a par do grego, de que temos apenas três ou quatro cadeiras, que műito poucos alunos freqüêntão: como o móstra a d'esta cidade, onde no âno passado se matriculárão *dois*, e este âno *nenhum*.

Em vista pois de tudo isso que diz o passado e móstra o prezente, a decizão da comissão axava-se determinada

por si mesmo. A influência do latim está mũi decadente, e o portuguêz afirma nóbre e dezassombràdamente a sua vitalidade e direito a pléna emancipação. A nóssa língua tem feito regulàrmente a sua evolução na pronúncia, constituindo-se aquí em compléta independência; tentou-se por vezes tornal-a tambem independente na escritura; e foi isto conseguido em parte pela própria fôrça das couzas. Parecia pois não se poder deixar de realizal-o complétamente, ao tratar-se de dar-lhe uma ortografia normal.

Entendeu portanto a comissão, que xegara o momento de estabelecermos a pléna independência da língua em matéria ortográfica; fazendo com o latim o que os latinos fizérão com o grego. O latim recebeu intato do grego, o que se julgou apropriado á sua índole e circunstâncias; o que o não éra, mas se julgou apropriável, aceitou-se apropriando-o; o que se considerou inapropriável, rejeitou-se. É o caminho que já seguírão espanhóis e italiânos, e que em França se tem instado e insta para que seja seguido; e não crê a comissão que possâmos seguir outro.

O jénio da língua portugueza definiu-se já bem na sua evolução; língua do meio dia, repúgnão-lhe as asperezas que a acumulação de consoantes tórna inerentes ás línguas do nórte; a pronúncia jeral admite quázi só as consoantes necessárias á articulação das vogais entre si. Esse jénio pois, as circunstâncias àtuais da língua, a conveniência de facilitar o seu ensino, as tendências da época, etc., tórnão impossível o retrocésso, e forçozo adòtar a pronúncia como baze da ortografia.

Nem podia impedir a comissão, de o fazer, a pretendida incapacidade para reprezentar esse importante papel, de que os etimolojistas tem sempre acuzado e continúão acuzando a pronúncia, atribuindo-lhe uma estrema inconstância. Neste mesmo momento acaba de publicar-se em Paris uma mũito erudita óbra, cujo àutor (G. Berthère), narrando os mũito grandes e mũitíssimo repetidos esfórços que em França se tem feito constantemente para estabelecer a ortografia fónica, se aprás em repetir todas as objèções que se lhe tem oposto, e nêla se diz que, «abandonada aos caprixos da pronúncia, a palavra é como um animal indócil sempre pronto a escapar-se», reclamando que, para se assegurar a estabilidade da língua, aquéla se consérve amarrada ao póste da etimolojia».

A comissão considéra ésta objèção sem valor. A pronúncia não é imutável; mas se nós vemos entrar a miúdo palavras nóvas na língua, não vemos que se mude sensivel-

mente a pronúncia das que néla ezístem. E contra a imobilidade natural da pronúncia já se mostrou com a istória na mão, que não é a etimolojia barreira competente. Mũito mais fórte barreira á-de ser o dicionário, onde éssa pronúncia seja determinada, assim como a ortografia; ele fixará uma e outra; ainda mais,—ele concorrerá para a unificação da pronúncia, porque na escola normal se ensinará a pronúncia normal, e os professores alí abilitados irão derramal-a em todo o país. Se a *Academia*, como assevéra o àutor citado, domina de tal módo aquéla volúvel França, que «a sua submissão é tão compléta que éla fás passar por ignorante e sem educação literária todo aquele que cométe uma falta contra a ortografia recomendada pelo *Dicionário*», podemos ficar cértos de que os nóssos compatriótas, mũito dóceis, menos vários e pouco recalcitrantes, se sujeitarão sem relutáncia e cumprirão fielmente as prescriçõis do dicionário que lhe dérem.

E não válem a seu ver, mais que este, os outros argumentos dos etimolojistas, que a comissão, como éra seu dever, ezaminou cuidadóza e conciencióżamente; entre os quais avulta o de se ficar inabilitado, adòtada a ortografia sónica, para utilizar os tezouros de saber encerrados nos livros escritos em ortografia etimolójica: com isso, esclâma o mesmo àutor francês, ficaria sendo uma mentira o pensamento de Pascal,—«que a umanidade é como um ómem, que, subsistindo sempre, aprenderia sempre ao passo que envelhecia». Em primeiro lugar quázi todos se limítão oje a ler as variadas publicaçõis da àtualidade; são da àtualidade quázi todos ou todos os livros por que se estuda nas nóssas escólas de todos os graus d'ensino; e os que vão consultar os vélhos abitadores das bibliotécas, enfádão pouco os reprezentantes da nóssa literatura. Em segundo lugar um passo mais, no caminho já tão trilhado da transformação da língua, não nos levava tão lonje do estado prezente que se não pudésse fazer o que oje se fás. Nos dicionários d'agóra as palavras são bem diferentes do que fôrão em outras éras, e os literatos nem por isso deixão de entender os livros respètivos: do mesmo módo aconteceria depois. A etimolojia lá estaria marcada no competente léccicòn; e num dicionário manual, bastaria pôr em parênteзis a palavra com a àtual ortografia, para ficar tudo remediado quanto aos livros modérnos: quem manuziava o dicionário, vendo sempre a palavra com ambas as ortografias, ficava conhecendo tão bem uma como outra.

Conseguintemente a razão e a lójica aconselhávão á co-

missão a ortografia sónica, que é o progresso; e decidiu adòtal-a em princípio.

Avendo aceitado e tendo de propor o princípio, a comissão julgou dever estudar e propor tambem um método para ele ser levado á prática. Ora, a ecelência da ortografia sónica deriva principalmente do seu princípio fundamental,—a unidade da reprezentação dos sons; isto é, cada som é segundo éla reprezentado sòmente por um sinal, e cada sinal reprezenta unicamente o seu respètivo som. Éra tal princípio, por conseguinte, um ponto de partida forçado; e para aplical-o, tornava-se tambem forçozo determinar o número de sons elementares que avia a reprezentar, e os sinais mais próprios para éssa reprezentação.

Passando pois a estudar este momentozo assunto, éla teve de decidir-se sobre a pronúncia que devia tomar por nórma; e pareceu-lhe que, para este e para quaisquér outros pontos relativos a pronúncia, devia pôr de parte tanto a d'aqueles que são mais ou menos analfabétos, como a dos eruditos apàixonados pelas raízes etimolójicas que quérem que a pronúncia se subordine á ortografia em vês d'ésta se subordinar àquéla, e que devia aceitar como pronúncia normal a dos que lêm e escrévem mais ou menos regulàrmente, a qual é tambem a da màiór parte dos eruditos. E do seu estudo, assim como do ezàme do nósso alfabéto, concluiu o seguinte:

1.° Que os elementos da nóssa prozódia são *10* sons vogais simples, isto é—*a* abérto, fexado e surdo,—*e* abérto, fexado e surdo,—*i*,—*o* abérto e fexado,—*u*—; os quais se fázem ouvir, o *a* fexado na primeira sílaba de *gâmo* e os outros no fim das seguintes *9* palavras: *òlá, cóva, café mercê vide, ali, cipó avô, tu.* (O som de —*o*— surdo é igual a—*u*—brévo)[1].

[1] Na memória não admití *a* fexado; devo por tanto ao público uma esplicação.

Persisto na opinião alí emitida: para mim o português não tem *a* fexado. Alem das razõis espóstas a pájinas 5 e 6, tenho ainda as seguintes.

Em nenhuma das línguas que conheço, encontro o dito som.

Não o axo onde vejo dizer que ele eziste: como sucéde em prezença d'uma régra pósta por alguem, isto é, que—*a* é sempre fexado nas sílabas não acentuadas; eicéto nas finais, em que é surdo—. Para o meu ouvido são iguais os dois últimos *aa* de *súfara*, o primeiro e o último de *batalha*, e os três de *cassaróla*.

E entendo que não póde ezistir, onde muita jente procura pronuncial-o.

O sábio sr. conselheiro Jozé Feliciano de Castilho (ultra-etimoló-

Que d'esses sons recébem a entoação nazal cinco, — *a* abérto, *e* e *o* fexados, *i*, *u* —, como se vê da primeira sílaba d'éstas 5 palavras: *lança*, *pênte*, *tinta*, *pônte*, *mundo*.

Que temos *11* ditongos ou sons vogais compóstos, isto é, *ái*, *áu* *éi* *éu*, *iu*, *ói*, *ui*, *ei* *eu*, *oi* *ou*; do que dão ezemplo as palavras: *ráiva* *Páulo*, *cordéis* *arpéu*, *feriu*, *bóia*, *ruivo*, *peito* *feudo*, *boi* *Vouga*.

Que não averá dúvida quanto á subjuntiva de todos estes ditongos, nem quanto á prepozitiva dos primeiros *7*, mas que póde avêl-a quanto á dos *4* últimos; a qual a comissão entende não ser *e* fexado para os 2 primeiros nem *o* fexado para os segundos, mas um som intermédio entre o som abérto e o som fexado de cada um.

Que d'esses ditongos recébem a entoação nazal *ái* *áu*, *ei*, *oi*, *ui*; como se obsérva por ezemplo nas palavras *mãi* *mão*, *bem*, *põi*, *mũi*[1].

E que, álem dos elementos vogais, temos 20 consoantes ou articulaçõis, que são — *be*, *ce*, *de*, *fe*, o som gutural de *g*, *je*, *le*, *me*, *ne*, *pe*, *qe*, *te*, *ve*, *xe*, *ze*, *rre*, *re*, *lhe*, *nhe*, e o som sibilante que o *s* reprezenta no fim das sílabas, o qual se aprocima müitíssimo de *ze*; articulaçõis que se áxão respètivamente na segunda sílaba das *20* palavras seguintes: *sébe*, *téce*, *póde*, *Fafe*, *dógue*, *oje*, *fóle*, *nóme*, *cóne*, *tópe*, *léque*, *póte*, *léve*, *peixe*, *onze*, *bérre*, *fére*, *molhe*, *ganhe*, *bàús*.

2.º Que o módo de reprezentar os sons vogais, racionalmente e em armonia com o princípio da unidade de repre-

jista), falando do som brando ou surdo do *a*, do qual dá como ezemplo o *a* de *róza*, dis: «tanto se aprocima esse som do circunfléço (ou com ele se confunde), que póde dispensar-se tal acento, eicéto nos vocábulos esdrúxulos. O *a* agudo revéla-se pelo acento agudo». Concórda portanto com seu falecido irmão António (ultra-sónico), que, como se viu, considéra iguais os dois *aa* de *ama*.

Para que pois avemos de admitir esse som, que é muito difícil, senão impossível, distinguir?

Se *a* predominante é abérto antes de todas as outras consoantes, não á razão para que o não seja antes de *m* *n* *nh*, como quérem muitos.

Empregar neste cazo esse *a* tão surdo que se confunde com o *a* surdo (se não é èsse mesmo *a* surdo), sérve apenas a contrariar a índole da língua, e a deturpar uma infinidade de palavras privando-as do bélo som de *a* abérto.

Em fim insistir em que tal som subsista, é tambem querer complicar a ortografia obrigando a mais um sinal elementar.

Cedí na comissão. Perdôem os meus ilustres colégas da maioria, se cá fóra me rebélo. É para mim uma questão de conciência.

[1] Propús em nóta a pájinas 11, a supressão do ditongo *ũi*. E ouzo esperar que os meus ilustres colégas da comissão concórdem nisso, á vista das razõis que o aconsêlhão.

zentação, é aquele por que vão acima dezignados nos ezemplos, á parte as vogais acentuadas e algum sinal por meio do qual se queira notar que *e*, prepozitiva de *ei eu*, e *o*, prepozitiva de *oi ou*, reprezêntão sons especiais; adòtando-se, como sinal de entoação nazal, unicamente o açento nazal ou *til*.

E que a maneira mais racional de reprezentar os consoantes ou articulaçõis, é tambem aquéla por que vão dezignados, isto no que tóca aos 15 primeiros e ao último e tambem ao som brando do *r*; pois que o som áspero d'ésta letra, assim como as articulaçõis *lhe nhe*, dévem ter sinais próprios e únicos.

Ora, em vista d'éstas concluzõis, a comissão julgou dever seu propor as duas seguintes colèçõis de régras, que constitúem um sistema compléto para levar á prática a ortografia sónica em toda a sua pureza, quando no futuro isto seja realizável, unicamente com ésta restrição: que os nómes de línguas estrânhas, em quanto não são nacionalizados, se emprégão tais quais são na língua respètiva, sendo os apelativos sublinhados no mànuscrito e póstos em itálico nos imprèssos.

E advérte que coordenou as régras de cada uma, segundo a facilidade com que entende que as alteraçõis que encérrão, pódem ser aceitas pelo público; isto é, em armonia como o módo, pelo qual a refórma se poderá ir ezecutando, que vai indicado no fim.

RÉGRAS RELATIVAS A VOGAIS

1.ª

Não se empréga — e — a reprezentar — i — nos ditongos; empréga-se — i —, escrevendo por ezemplo: *pai navais amais, mãi cãis; dói erói, dóis-te faróis; foi bois, põi põis ornaçõis; azuis.*

2.ª

Não se empréga — o — a reprezentar — u — nos ditongos orais; empréga-se — u —, escrevendo por ezemplo: *pau bacalhau, céu véu, meu deu, viu feriu.*

3.ª

Não se empréga — y — a reprezentar — i —; empréga-se — i —.

4.ª

Não se empréga — o — a representar — ei — nos cazos da terminação — ea — (que outros escrévem — êa — e tambem — éa —), nos de *sexto texto*, etc., e nos de — ex — inicial em que é sílaba predominante ou seguido de — ce ci —, e tambem em *ex-ministro*, etc.; empréga-se — ei —, escrevendo por ezemplo: *correia platéia, deistra seisto, eizito eicéto eicitar eis-ministro.*

5.ª

As vogais — a e o — abértos, que não são sílaba predominante da palavra, acentúão-se com acento *grave* (\`): ezemplo, *àcèrca esquècer mòrdomo.*

6.ª[1]

As vogais — a e o — abértos, bem como as vogais — *i u* —, acentúão-se com acento agudo (´), quando são a sílaba predominante; as vogais — a e o — fexados acentúão-se com acento circunfléço (^).

Eicètúão-se os cazos seguintes:

*1.*º Não se acentua a vogal em — al el — e nas terminaçõis — ar ol —, em que é abérta; menos nos cazos como *vêl-o fazêl-a perdêl-os comêl-as*, em que é fexada.

(Nos cazos como *ámal-o fázel-a pérdel-as, amal-o-ei sel-o-á perdel-o-ia*, etc., é surda)[2].

2.º Não se acentua a vogal nas terminaçõis — il ul ir ur —; e nas terminaçõis — er or —, quando é fexada, eicéto no vérbo *pôr*. (Acentua-se quando é aberta. É surda unicamente nas prepoziçõis *per por.)*

3.º Não se acentua o — a — dos ditongos — ái áu — nos monossílabos e na sílaba final; e na primeira sílaba, em palavras de duas, quando for surda a vogal da última, como em *caixa caixas baixo baixos baile bailes cauza cauzas auto autos fraude fraudes.*

*4.*º Não se acentúão, em penúltima sílaba, as vogais nazaladas nem — a — abérto e — e o — fexados nem — i u —, quando for surda a vogal da última; menos — i u — nos cazos como *saída faísca saúde balaústre reúne miúdo ruído* e semelhantes, para evitar que se faça ditongo.

[1] Esta régra e a precedente dévem considerar-se de carátèr provizório, visto que, feita toda a refórma, a acentuação será subordinada a outros princípios.

[2] Ésta eicèção ficará mais èzata e mais clara, sendo redijida de outro módo, que será indicado na conclusão.

7.ª

Não se empréga — u — depois de — g — e de — q —, quando é mudo.

8.ª

Não se empréga — e — a reprezentar — ei — nos cazos de — em en —, como em *bemaventurado bemdito Bempósta àlem-mar semsaboria, tem tens, desdem desdens, imájem imájens;* empréga-se — ei — nazal.

9.ª

Não se empréga — o — a reprezentar — u — em — au — nazal: empréga-se — u —, escrevendo por ezemplo: *mãu sótãu barãu âmãu amárãu amarãu.*

10.ª

Para reprezentar os ditongos orais emprégão-se carateres próprios, formados das duas respètivas letras ligadas convenientemente.

11.ª

Para reprezentar os ditongos — ai au ei oi ui — nazais, emprégão-se sinais próprios, formados das duas letras com o *til* a abranjêl-as ambas.

Dos ditongos — au ei — averá caratèr longo e bréve. O caratèr longo terá um acento agudo a cortar o til.

12.ª

Não se empréga — e —, a reprezentar — i —; emprégase — i —, escrevendo por ezemplo: *ifeito inférmo irmida, istudo iscavar, isposto izâme, rédia côdia ólio, passiar isbofetiar.*

13.ª

Não se empréga — o — a reprezentar — u —; empréga-se — u —.

14.ª

O som de — o — fexado será reprezentado por este mesmo sinal, e criar-se-ão sinais privativos para reprezentar — a e o — abértos e — a e — fexados[1].

15.ª

Não se emprégão — m n — como sinal de nazalidade; empréga-se sòmente o til.

[1] Já declarei que não pósso admitir *a* fexado.

RÉGRAS RELATIVAS A CONSOANTES

1.ª

Não se dóbra nenhuma consoante.

2.ª

Não se emprégão consoantes nulas; como são:

O — b — em *substancial, subtil, Job, Jacob,* etc.

O — c — em *acção factor, inspecção, insecto, interdicção afflicto,* etc.

O — g — em *augmento assignar, Emigdio Ignacio,* etc.

O — h — em *habito humido, inhabil inhumano, theatro rhetorica, epocha parocho chlamide,* etc.

O — m — em *damno solemne condemno hymno somno alumno,* etc.

O — p — em *psalmo recepção inscripção adopção corrupção, prescripto adoptar corruptivel,* etc.

O — s — em *scena sciencia, crescer nascer,* etc.

O — x — em *excepto excitar,* etc.

3.ª

Não se empréga — ph — a reprezentar a articulação — fe —; substitue-se por — f —.

4.ª

Não se empréga — s — a reprezentar a articulação — ze —; substitue-se por — z —.

5.ª

Não se empréga — x — a reprezentar a articulação especial que — s — reprezenta no fim das sílabas, como em *duplex Felix, mixto sexto texto, excluir exposto* etc.; substitue-se pelo — s —.

6.ª

Não se empréga — x — a reprezentar a articulação — ze —, como em *exame exemplo exito* etc.; substitue-se por — z —.

7.ª

Não se empréga — x — a reprezentar a articulação — ce —; substitue-se por — c —, escrevendo por ezemplo: *mácimo àucílio flècível, reflèção conèção, flèçor refléço flèçura.*

8.ª

Não se empréga — z — a reprezentar a articulação especial de que fala a régra 5.ª; substitue-se por — s —.

9.ª

Não se empréga — ch — nem — k — a reprezentar a articulação — qe —; substituem-se por — q —.

10.ª

Não se empréga — g — a reprezentar a articulação — je —; substitue-se por — j —.

11.ª

Não se empréga — ch — a reprezentar a articulação — xe —; substitue-se por — x —.

12.ª

Não se empréga — x — a reprezentar o som — qce —; substitue-se por — qc —[1].

13.ª

Não se emprégão consoantes compóstas; o — lh — e o — nh — serão substituídos, cada um por um sinal próprio e único.

14.ª

Criar-se-á um segundo caráter de — r —, para que cada um dos sons que ésta letra reprezenta, tenha o seu sinal privativo,

15.ª

Não se empréga — s — a reprezentar a articulação — ce —; substitue-se por — c —, conservando neste a cedilha antes de — a o u —, em quanto for precizo para evitar que se pronuncie — qe —.

[1] Tambem devo dar aqui uma esplicação, visto que na memória me pronunciei pela supressão d'este som duplo.

Não mudei d'opinião: entendo que tal som não deve subsistir. Ao que disse a pájinas 58 e 59, acrecentarei sómente que, se o repele o jénio da lingua e a pronúncia dos não letrados, não póde prevalecer o uzo dos letrados (ou dos que pretendem que o são), que áliás não se póde dizer o uzo de todos eles, pois que discórdão entre si a propózito de cada palavra.

Se em todas as vózes dos vérbos *anèxar* e *dezanèxar* e em todos os demais derivados de *nexo* os próprios doutos dão ao *x* o seu som próprio, que é o que tem em *peixe*, é irracional que lho não dem nessa palavra.

Se em todas as vózes do vérbo *vèxar* dão tambem ao *x* o som pró-

16.ª

Não se empréga — c — a reprezentar a articulação — qé —; substitue-se por — q —.

Senhores, paréce á comissão que, embóra póssa não ser este, ao menos a alguns respeitos, o único módo de realizar a ortografia sónica, esse sistema déve ser considerado mũito aceitável; paréce-lhe que quem o ezaminar com atenção, o admitirá sem relutáncia. Entretanto convem que diga alguma couza em apoio das alterações que póssão càuzar estranheza por qualquér motivo, ou parecer menos justificadas.

A respeito de vogais, entende que a sua reprezentação onomatópica, como propõi, não póde ser rejeitada em princípio; quando mũito poderá aver dúvida àcerca da ocazião de realizar uma ou outra das alterações respetivas.

Não déve com tudo deixar de dizer algumas palavras a respeito das règras 12.ª e 13.ª, por motivo do seu mũito alcance; pois que são inúmeras as palavras em que — e — reprezenta o som de — i —, e em que — o — reprezenta o som de — u —.

Todos reconhecerão que nos cazos em que — e — fás as vezes de — i —, acontéce que, se se quizésse dar-lhe o som de — e — surdo, a pronúncia éra forçada e dezagradável; dá-se-lhe pois o som de — i —, porque não póde ser de outro módo; escute-se a pronúncia, por ezemplo, de *escrever espaço, escavacar esgotar, enfermo enjenho, área óleo, cabecear passear,* e ficar-se-á certo d'isso. A pronúncia reclama pois o — i —; e sucéde que a etimolojia o não repéle. Nos cazos como *escrever escavacar cabecear,* nada tem que ver a etimolojia, puzémos ali — e — como podíamos pôr — i —; nos cazos como *área óleo,* é verdade que se ofende a eti-

prio, e se entre élas á *véxo,* porque se não ão-de pronunciar do mesmo módo os seus quázi amónimos *néxo* e *séxo?*

Se todos dízem *afichar* (um edital ou um cartás) e se o povo dis sempre *ficho,* porque não ão-de dizer todos *fichar ficho?*

Quando estudei anatomia, dizia-se = músculo *flecor* = e tambem *flèção flèçura.* Todos dízem *reflèção reflècionar* etc. *reflècivo:* porque se não á-de dizer *reflèço?*

Portanto só o uzo caprixozo de cértos erudítos (ou que o pretêndem ser) póde ser oposto á supressão. E se na comissão cedi ao vóto da maioria nesto ponto, perdôem os ilustres membros, tambem aquí a conciência me não permite deixar de rebelar-me.

Por isso entendo que ésta régra dêve ser substituída pela que apresentarei na concluzão.

molojia, sendo — e — substituído; mas nos de *enferma enjenho*, etc., a substituição vinga a etimolojia ofendida, visto que o latim éra *infirmus ingenium*.

Sucéde outro tanto com — u —, que é inquestionàvelmente reclamado pela pronúncia. Á parte os cazos de — o — reprezentando — u — no princípio e meio das palávras, em que algumas vézes se ofende a etimolojia com a substituição, temos a considerar o — o — da sílaba final, que é o cazo mais importante, com cuja substituição não será ofendida e em inúmeros cazos será dezafrontada. Dizem jeralmente que os nómes portuguezes, derivados do latim, se formárão do ablativo e não do nominativo, e que portanto em *filho reino*, por exemplo, a baze é *filio regno* e não *filius regnum*. Acreditâmos que é assim, e concedemos que por conseguinte escrevendo *filhu reinu* se ofende a etimolojia; mas em tal cazo escrever *pôrtu cúrsu* é dezagravar éssa etimolojia, porque éra terminado em — u — o ablativo de *portus cursus*; assim como será dezagravála, se escrevermos por exemplo *amâmus bebâmus vestímus*, porque no latim tínhão — u — na sílaba final todas as vózes da 1.ª pessoa do plural dos vérbos, o qual nós substituímos por — o —. Nóte-se porem que, escrevendo *filhu reinu*, não se ofenderá a etimolojia, averá a diferença da derivação se fazer do nominativo e não do ablativo. Donde se conclue que a substituição do — o — pelo — u —, não será uma *ofensa* mas um *dezagravo* da etimolojia, ao passo que é uma omenájem á pronúncia.

Segue-se pois que as duas substituições são justificadíssimas; e se a comissão propõi o seu adiamento, é só por evitar a impressão desfavorável que receia que produzíssem, sobre tudo pelo aparecimento muito frequente do — u — na sílaba final.

Alguém por ventura estranhará a eliminação do — y —. Tôdavia para justifical-a basta dizer, que éssa letra não reprezentava em grego o som — i —, mas sim um cérto som de — u —. Se nas respetivas palávras se mudou o som reprezentado, é racional que se mude o sinal reprezentativo. É em verdade singular, que se chame — i — grego, e se uze como — i — o que éra a letra — u — dos grégos.

Quanto á acentuação, a comissão está quázi cérta de que as suas indicações não serão vistas sem alguma estranheza; porque, como os latinos não uzávão dos acentos, entende alguem que tambem os não devemos admitir.

Com tudo, se eles fôrão proscritos do latim, os gregos empregárão-nos superabundantemente. Alem dos acentos

avia em grego os *espíritos*. É muitíssimo rara a palavra grega que não tenha acento em uma das três últimas sílabas; toda a vogal ou ditongo por que principia uma palavra, tem algum dos espíritos; nos ditongos põi-se o espírito e o acento sobre uma mesma vogal.

Vê-se portanto, que os gregos acentuávão tudo e que os latinos não acentuávão nada. A comissão julga pois, que faremos bem, se seguirmos um meio termo, acentuando tanto quanto for precizo; e por isso paréce-lhe que não déve ser rejeitada a sua propósta; tanto mais que as quatro eicèçõis poupão uma infinidade d'acentos, e se facilita assim a tranzição para o uzo dos caratéres nóvos propóstos na régra 14.ª: d'este módo, por meio de acentos e de régras que os dispênsão, fica determinado o valor de cada vogal. E com ésta inovação bem simples dezaparecerá uma grandíssima dificuldade que os estranjeiros encôntrão ao aprender a nóssa língua, e que nos mesmos nacionais é grande embaraço para aprender, e para ler corrètamente.

Em fim, quanto ao número dos sons vogais, cumpre á comissão dizer o seguinte.

Admitiu o som de — a — fexado, por entender que o — a — predominante antes de — m, n, nh — tem esse som segundo a pronúncia mais jeral, com eicèção da terminação *amos* do pretérito dos vérbos em — ar —. O som abérto que muitos lhe dão, e que ele tem antes de todas as outras consoantes, é mais eufónico e mais bélo, mas [illegible]; e a opinião dos que dizem que ésta e as outras vogais, naquele caso, têm todas som nazal menos — e o — abértos, não paréce á comissão que póssa nem déva ser aceita.

Não ignóra que alguns dizem — e o — abértos com entoação nazal, dizendo *estendes estênde rómpes rómpe, véndes vénde séntes sénte*; mas entende que ésta pronúncia não déve prevalecer, embóra — e o — abértos de entoação nazal sêjão menos fanhózos e portanto mais eufónicos que — e o — fexados; porque a pronúncia contrária é a do maior número e a supressão dos dois sons nazais é uma simplificação apreciável.

Sabe que á muito quem não queira admitir o ditongo — ou —, dizendo que nos cazos respètivos o som vogal é o de — o — fexado; mas não crê que seja assim, pois acha notável e óbvia a diferença de sons nas primeiras sílabas de *como lobo* e últimas de *avô Pará* por exemplo, e nas de *couve louvo, lavou pastou*: no primeiro cazo á som de — o — fexado; no segundo, de ditongo — ou —, muito mais eufónico e agradável que aquele. Bem como sabe, que á quem uze

este ditongo em lugar de — o — fexado nos casos como *bôa corôa, sôa povôa*; mas julga que este uso déve rejeitar-se por não ser o jeral.

E sabe igualmente que se tem sustentado, que nos ditongos nazais só a prepositiva tem entoação nazal; essa ideia porem, a seu ver, é errónea, — os ditongos nazais não se fórmão juntando uma vogal oral a uma nazal anterior, mas sim dando entoação nazal a um ditongo oral.

Assim como, a este propósito, déve notar que não desconhéce certas pronúncias, sobre as quais xama a atenção para que sêjão emendadas, por viciózas que são segundo crê. Por um lado alguem sustenta, que — e — predominante, antes de — lh —, tem som de — a — fexado na pronúncia jeral, e se dis por ezemplo *conçâlho sâlha abâlha* e não *concêlho sêlha abêlha* (o que éla não considéra aceitável); bem como sustenta que em todas as silabas não acentuadas é o — a — fexado, exceto nas finais em que é mudo. Por outro lado, á quem tróque o — e — fexado por — ei — antes de — j lh nh —, dizendo por ezemplo *igreija teilha leinha* — em vês de dizer *igrêja têlha lênha*.

A comissão não póde crer que o primeiro — a — de *batalha*, por ezemplo, seja diferente do último, ou que sêjão diversos os últimos *aa* de *sáfara*. E do mesmo módo, entende que não á motivo para que o — e — predominante, que póde ser fexado antes de todas as outras consoantes, o não pósa ser antes de — j lh nh — em certos casos, e se pronuncie — ei — contra a pronúncia jeral.

E cumpre notar ainda outra pronúncia que fora bom corrijir: é a do ditongo — ão — nos nómes que oje fórmão o plural em — ões —, e nas respètivas vozes dos vérbos. Mũitos pronuncião *leão tação timão portão amarão*, etc., como se o ditongo fora — ou — nazalado; ora este ditongo é muito menos eufónico e bélo do que o outro, pelo que déve ser rejeitado; e assim o ditongo — ão — déve sempre pronunciar-se como se pronuncia em *mão irmão tão dão*[1].

A propósito d'isto dirá tambem, que pensa ter sido conforme com a pronúncia jeral, considerando que em — eo —

[1] A pronúncia rejeitada uza-se principalmente no Minho. Éra a pronúncia antiga, e aquele bom povo conservou-se-lhe fiel.

D'antes escrevia-se por ezemplo *açom raçom coraçom*, e pronunciava-se com ditongo nazal como *bom dom*, etc. A ortografia mudou para ão, mas acolá a pronúncia ficou.

Não deverá porem subsistir. Deverá prevalecer, porque é muito mais béla, a boa pronúncia do *ão*; que tambem esse mesmo povo empréga já em *cão tão* por ezemplo, assim como nos plurais em *ãos*, e no singular dos respètivos nómes.

inicial — e — não reprezenta — ei — senão onde é sílaba predominante como em *êxito*, ou onde ao — x — se ségue — ce ci — como em *exceto excitar*, e no cazo de *ex-ministro ex-deputado*, etc. Prevê-lhe a sua observação, as mũitas palavras onde o — x — já foi substituído, como *isenção estranho espremer*, etc., etc., e a opinião de gramáticos autorizados, que dizem que a pronúncia é *ezacerbar ezemplo ezistir ezórdio*.

Por último dirá, que o emprego do til como único sinal de nazalidade, mũitíssimo racional a todos os respeitos, não lhe paréce que pósa ser rejeitado; até porque se recomenda pelas facilidades que trará á leitura do manuscrito, — vantajem que advirá igualmente da supressão do — u — e demais letras nulas.

Com relação a consoantes, a comissão julga que as refórmas que propõi, são tambem de todo o ponto justificadas. A evolução por meio da qual se constituiu a língua como oje a falámos, operou-se suprimindo e transformando por todos os módos e em todos os sentidos. Móstra isso uma infinidade de palavras, e bástão a prová-lo estes poucos ezemplos: — *fecimus actio gypsum crates faba ficus lupus lutum nunquam pluvia prensa quinque ratio, angelus bubulcus coquina cymbalum cytisus germanus mespilum miscere pustula sacellum sanare vagina videre, apotheca auricula caveola invidia quiritare infundibulum*, *fizémos acção gêsso grade fava figo lobo lodo nunca chuva prêsa cinco razão anjo bifolco cozinha timbale codeço irmão nespera mexer bostella capella sarar bainha ver adega orelha gaiola inveja gritar funil*.

Óra, éssa evolução está pela maiór parte já tambem operada na escritura. As alterações propóstas são o seu complemento; e constituirão os dois grandes progréssos — a unidade de reprezentação dos sons e a conformidade da linguajem escrita com a linguajem falada, — reclamados pela necessidade de tornar fácil ao povo a aquizição de instrução que se quér que ele tenha, porque com eles se aprenderia a ler em mũitíssimo menos tempo do que oje se gasta. E o pouco que résta fazer, está autorizado de um módo irrecuzável pelo mũito que se axa feito.

Além d'isso a refórma nésta parte tambem se não aprezentará menos justificada a quem a quizér considerar nas diferentes ipótezes; como passa a mostrar-se a respeito das principais d'entre elas.

A comissão votou unanimemente a supressão das letras nulas; e julga que com razão o fês. Tais letras são motivo

de grande confuzão e portanto um grande embaraço; porque todas élas, em circunstáncias idênticas, umas vezes são nulas, outras não (menos as dobradas que o são sempre), sem ser possível dàr régras que satisfáção, para indicar quando o são ou deixão de ser. E tem unicamente valor etimolójico,—valor êsse iluzório e sem importáncia, porque a etimolojia não fica perdida com a sua supressão, como não se perdeu a d'essas muito numerózas centenas de palavras cujas raizes se ácão alteradas; em quanto que os embaraços a que dão cauza, são um mal muito grande e muito real e pozitivo.

Por contemporizar com ábitos e sucetibilidades, póde aceitar-se o adiamento da supressão do — u — mudo, visto poder dar-se régra cérta que indique a sua nulidade; porque depois de — q — nenhuma outra razão póde motivar a sua conservação. Pois se os latinos o uzávão, pronunciávão-no, como oje o pronuncião sempre os italiânos; e se os francezes, e até os espanhóis, o emprégão sem o pronunciar, é por um méro caprixo que não devemos querer seguir.

Por esse mesmo motivo a comissão lembrou-se de se adiar tambem a supressão do — h — inicial, mas por fim não lhe pareceu justificada éssa rezolução. Paréce provado que o — h —, que nunca foi uzado pelos gregos, éra para os latinos simplesmente sinal d'aspiração. Por isso juntávão-no ao *t*, ao *p* e ao *c*, para reprezentar *téta fi qi*, consoantes mudas aspiradas do alfabéto grego, e tambem ao *r* nas palavras tomadas do grego em que ésta letra éra aspirada; e para que fosse aspirada a vogal seguinte, o empregávão no começo das palavras,—razão por que escrevião por ezemplo *hora*, palavra tomada do grego onde éra *ora*. E assim compreende-se que os francezes o emprégem no começo d'aquélas palavras cuja primeira vogal aspirão; e ainda se compreende o seu emprego em espanhol visto uzar-se a aspiração respètiva em algumas provincias do reino vizinho; mas nós que não aspirâmos nenhuma vogal inicial, é lojico que suprimâmos esse inútil sinal d'aspiração, evitando os embaraços que rezúltão do seu emprego.

A comissão, a propózito da supressão do — h — no vérbo *haver*, discutiu os inconvenientes da anfibolojia produzida pelas omonímias; assim como discutiu a ezistencia do — h — nas interjeições *hui ah oh*, onde paréce aver quem admite aspiração. Ora, quanto á anfibolojia, impórta considerar que as omonímias que provirião da refórma, são nada em comparação das que ezístem já na língua sem ninguem sentir os inconvenientes da supósta anfibolojia d'élas.

rezultante; que na pronúncia não á meio d'evitar esses inconvenientes, que alguem se apréssa em recear; e que na escritura, melhór que na fala, indica o sentido qual é a significação da palavra, se ésta a tem dupla ou múltipla: se por ezemplo se escrever — *ás, á, avias avia avião, ouve* — em vês de — *has ha, havias havia havião, houve* —, ninguem desconhecerá quando respètivamente se trata do vérbo *haver*, ou da craze da prepozição *a* com o artigo *as a*, do vérbo *aviar* e do vérbo *ouvir*. Em quanto ás três interjeiçõis, no cazo de decidir-se que á aspiração, seria melhór indical-a pondo na vogal o espírito áspero dos gregos, — uma virgula ás avéssas; mas a comissão não vê razão por que a aja, nem lhe paréce que aja com efeito, é tão pouco julga conveniente avêl-a, porque a sua asperesa tornaria a interjeição menos eufónica.

Em fim, a respeito do fato da nulidade das letras, sucitárão se dúvidas quanto ao — x —, e ao — s — no meio das palavras. Porem um ezame refletido móstra, que só em pronúncia afetada se fás ouvir o som sibilante que éssas letras reprezentarião nas palavras respètivas, e que éssa pronúncia é forçada e tórna a palavra mais áspera, sendo por isso menos confórme ao jénio da língua. E o fato do — s — se não achar em documentos das primeiras éras da língua, e em livros de épocas menos remótas (de Câmõis, Fr. Luís de Souza, J. Freire de Andrade, Padre Vieira, etc.), e de não se empregar ele mesmo em várias d'aquélas palavras, é próva de que éssa letra tem sido e é muda na pronúncia jeral[1].

No que tóca á substituição de letras a fim de se xegar á unidade de reprezentação das consoantes, cumpre á comissão notar que, sendo éla reclamada pelo princípio fundamental da ortografia sónica, é ao mesmo tempo exijida pela necessidade de remover os obstáculos que a reprezentação múltipla oferéce aos que aprêndem o portuguêz. Os dois sons de — c —, de — g — e de — r —, os três de — s — e os cinco de — x —, são um martírio para professores e alunos d'instrução primária. E não á razão para que continuemos a suportar éssas dificuldades.

Com efeito, tendo o — j — que é sinal onomatópico da articulação — je —, por que não avemos d'empregar sem-

[1] Câmõis, Fr. Luís de Souza, Jacinto Freire, e o Padre Vieira escrevêrão, por ezemplo, *nace decem resucite, deceo crecer nacimento, conciencia deçamos decer acrecentar*. E o fato d'esses méstres da língua não escrevêrem o *s*, próva irrecuzàvelmente que ele se não pronunciava.

re esse sinal a representar esta articulação? Tendo da nésma sórte o —s—, sinal onomatópico de —ze—, não há tambem a razão que reprezentemos sempre ésta articulação por aquele sinal? Dando nós ao —c— um nóme que é onomatópico da articulação —ce—, e empregando-o só por eicèção a reprezental-a, ao passo que o empregâmos a reprezentar a articulação —qe— no màiór número dos cazos tendo tambem para ésta um sinal onomatópico, não averá nisto um duplo absurdo? E a anomalia dos cinco sons do —x— é tambem injustificável. Os gregos tinhão ésta letra, a que atribuião uma só reprezentação; os latinos adòtárão-na, e reprezentávão com éla a mesma articulação que os gregos. Por isso a comissão entende, que deveremos empregal-a unicamente a reprezentar a articulação da qual é para nós sinal onomatópico; nos demais valores déve ser substituida pelos respètivos sinais. E o mesmo julga a respeito do —c—; assim como julga que a boa razão manda que o —s— fique reprezentando sòmente o seu som sibilante, que oje reprezenta talvês 99 vezes sobre 100.

A todas éstas substituiçõis só se póde objètar com a razão etimolójica, mas éla não reziste a um ezame reflètido. A comissão aprecia a etimolojia no que vale; não póde porem esquècer o que reclâmão outras consideraçõis, á frente das quais está a incalculável vantájem das estraordinárias facilidades que d'aquélas substituiçõis advirão a quem aprende o portuguêz. Alem d'isso a etimolojia não fica perdida, e como já foi indicado, o que se tem a fazer, é nada em comparação do que já se fês: ólhe-se para a série d'ezemplos das alteraçõis operadas, que acima se aprezentou, e ficar-se-á convencido de que as substituiçõis que se propõi e é precizo realizar, são uma simples imitação.

Quanto á criação de um caratèr privativo para um dos sons de —r—, e á reprezentação de —lhe—, assim como de —nhe—, por um caratèr único, paréce-lhe que por si mésmas se justificão; e mais justificada ainda se deverá julgar a criação das nóvos caratéres para as vogais acentuadas; bem como julga irrecuzável a vantájem, que os que aprêndem a ler, achão em sêrem os ditongos reprezentados por caratéres especiais. E do mesmo módo lhe paréce, que dispensa justificação a eliminação do —ph— assim como a do —ch— em qualquér das suas duas reprezentaçõis (sendo nada justifica o seu emprego), atèntos os embaraços que ele produs.

Finalmente a comissão, depois da espozição e demon-

stração feitas, julga dever acrecentar que, ao ezemplo q
nos dérão espanhóis e italiânos, para a refórma que prop
se junta outro vindo de mais alto e de mais longe. Tod
as considerações lévão a crer, que a formóza língua da tã
celebrada Grécia antiga tinha ortografia sónica. A prozódi
grega contava 7 elementos vogais e 17 consoantes, e a su
ortografia 24 caratéres, um para cada um d'esses elemen-
tos privativamente; e com os acentos e espíritos sobre o
caratéres, indicávão-se as variaçõis de quantidade e de tons:
se se dobrávão letras, éra certamente porque a pronúncia
das letras dobradas diferia da das sinjélas, como acontéce
em italiâno. Nem outra couza se dévia esperar d'éssa tão
douta nação, por isso que a unidade de reprezentação dos
sons éra conseqüência lójica da substituição da escritura
simbólica pela escritura alfabética, — razão ésta pela qual
póde bem aceitar-se a opinião d'aqueles que pênsão, que
tinha tambem ortografia sónica o sanscrito, o qual tanto
está xamando a atenção dos filólogos.

Espéra pois, que se lhe não léve a mal ter-se tambem
inspirado em ezemplo semilhante.

Senhores, pelo que se deixa dito, paréce manifésto que
a ortografia sónica nos é impósta por todas as considera-
çõis, ao tratar-se de dotar a língua com uma ortografia nor-
mal. Mas, se á comissão isto paréce fóra de toda a dú-
vida, éla, como está já indicado e deixa compreendêl-o o
próprio plâno acima transcrito, reconhéce ao mesmo tempo
que a sua ezecução não póde ser operada imediàtamente
por compléto. O ábito é uma segunda natureza, cujas leis
é precizo respeitar; adquire-se pouco a pouco, e é mũito
difícil perder-se de gólpe. O respeito pois pelos ábitos, tórna
indispensável levar a refórma á prática passo a passo; mas
a comissão entende que o primeiro passo póde ser largo.
E determinar esse passo foi ponto difícil da sua taréfa,
porque não queria ficar atrás do possível, mas tambem não
queria ir àlem do realizável sem repugnância; querendo
sobre tudo não deixar de remover quanto ser pudésse, as
dificuldades que a ortografia uzual opõi ao adiantamento
dos alunos d'instrução primária, e facilitar assim, o mais
possível, aos portuguezes aprender a ler e escrever, e aos
estranjeiros aprender a língua portugueza.

Ora, depois de maduro ezame a comissão está convenci-
da, de que o primeiro passo a dar no caminho da refórma
póde consistir na ezecução das refórmas parciais que en-
cérra o primeiro dos três seguintes grupos de régras, e que

dois passos mais, consistindo cada um na ezecução das refórmas de um e de outro dos dois grupos restantes, podião levar a óbra ao cabo.

PRIMEIRO GRUPO

As primeiras 6 régras relativas a vogais.
As primeiras 12 régras relativas a consoantes.
As seguintes régras de carátèr provizório:

1.ª Quando —u—, precedido de —g— ou de —q— é seguido de —e— ou de —i—, se pronuncia, põi-se-lhe o trema (ü).

2.ª A articulação —ąę— é reprezentada por —c— antes de consoante, antes de —a—, de —o— e de —u— seguido de consoante, e antes do ditongo —ui—.

(Na reprezentação de —qce— virão a aparecer dois *cc*, mas ambos tem valor)[1].

3.ª Dóbra-se o —r— sempre que entre vogais reprezenta o seu som áspero.

4.ª Dóbra-se o —s— entre vogais, emquanto for precizo para evitar que se pronuncie —ze—[2].

SEGUNDO GRUPO

As régras de N.º 7 a 12 *inclusive*, relativas a vogais.
As régras N.º 13 e 14, relativas a consoantes.

[1] Veja-se a nóta de pájinas 87.

[2] A duplicação do *r* e do *s*, assim como a reprezentação do *lhe* e do *nhe* por duas letras, paréce-me que poderia e deveria ser suprimida desde já.

Ésta inovação daria pouco nos ólhos com relação a *lhe* e *nhe*, articulaçõis pouco uzadas e só empregadas no meio das palavras: com relação aos dois *ss* sucederia o mesmo, porque tambem só se úzão no meio das palavras, e as mudanças aquí são menos sensíveis. O emprego do novo carátèr do *érre* é que se faria notar mais, ao substituir os dois *rr;* mas ésta desvantájem será mais que muito compensada pela grande vantájem d'acabárem os inconvenientes que oje cauza no ensino o duplo valor do *r*.

E com mais éstas quatro alteraçõis a propósta ortografia normal provizória seria uma ortografia de véras eicelente, que deveria càuzar invéja á de cada uma das outras línguas.

Por isso vóto que élas se realízem. E no fim d'ésta publicação aprezentarei éssa ortografia no competente *specímen*, a fim de que póssa ser bem apreciada.

TERCEIRO GRUPO

As restantes 3 régras relativas a vogais.
As restantes 2 régras relativas a consoantes.

Dado aquele primeiro passo, teríamos já a melhór, ou pelo menos uma das melhóres ortografias da àtualidade; o que podereis verificar por meio d'este mesmo parecer, que, para poderdes decidir com verdadeiro conhecimento de cauza, a comissão julgou dever imprimir com éssa ortografia. Dado que seja este último, poderíamos dizer que tínhamos uma ortografia perfeita, quanto a perfeição é possível em couzas umânas.

Mas tal refórma é um cometimento mũito difícil. Só póde abalançar-se a ele, confiando no rezultado, quem tenha para isso a àutoridade moral suficiente, como é a Academia das Ciências; a não ser que a imprensa periódica empreendesse a sua ezecução.

Por isso a comissão entende ter-se dezempenhado da missão que lhe incumbistes, e ter cumprido concienciòzamente o seu dever, propondo-vos, senhores:

1.º Que se reprezente á Academia Real das Ciências, pedindo que éla dóte a língua com uma ortografia normal, adòtando o sistema proposto, ou outro que julgue melhór, no cazo de rejeitar este; e que publique uma gramática, e bem assim o vocabulário competente se não publicar em bréve o dicionário.

2.º Que se nomeie uma comissão, a qual redija e dirija a reprezentação á academia, e emprégue os meios dirétos e indirétos ao seu alcance para que ésta a tóme em consideração como meréce.

Porto, 11 de dezembro de 1877.=*Adriano d'Abreu Cardozo Machado,* prezidente, (com declarações)=*Conde de Samodães*=*Manuel Felippe Coelho*=*Manuel Maria da Costa Leite*=*Agostinho da Silva Vieira*=*Francisco de Faro Oliveira*=*Delfim Maria d'Oliveira Maya* (com declarações)=*Eduardo Augusto Falcão* (com declarações)= *JozéBarbóza Leão,* relator.

DOCUMENTOS

REPREZENTAÇÃO Á ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS

Senhores: — O abaixo assignado toma a liberdade de dirigir-se á academia real das sciencias. Seria ousadia, se outro fosse o seu intento; mas de certo não é, pois que vem pedir, e lhe parece que deve ser attendido.

Senhores, procurando hospitalidade em Portugal e querendo exercer a minha profissão, tratei de conhecer a lingua do paiz; e parece que o consegui, porque me tem dito pessoas serias e competentes, que a conheço sufficientemente e que a fallo já com certa correcção. Tratei tambem de escrevel-a; sentindo porém bastante difficuldade em escrever correctamente, por isso que a orthographia usual nem é racional e philosophica nem etymologica, e eu não sabia quando havia de seguir a pronuncia, ou quando havia de cingir-me á raiz nos casos em que, porventura, pudesse a pronuncia indicar-m'a de algum modo.

N'estas circumstancias tive occasião de ler uma memoria intitulada — *Considerações sobre a orthographia portugueza* —, trabalho do meu collega e amigo dr. José Barbosa Leão, e tambem o parecer da commissão de reforma orthographica, da qual fôra relator o mesmo meu collega, que foi submettido á vossa approvação. E compenetrando-me da sua doutrina em geral, e em particular das regras para levar á pratica a reforma da orthographia em sentido sonico — especialmente d'aquellas cuja pratica constitue a orthographia que no parecer se propõe para orthographia normal provisoria —, reconheci que me era muito mais facil escrever correctamente n'esta orthographia; e resolvi adoptal-a, parecendo-me que essa orthographia não poderia ser rejeitada por vós.

Tinha pois decidido, que o terceiro numero do *Periodico de ophtalmologia pratica*, fosse publicado na mencionada orthographia normal provisoria. Sabendo porém que a commissão que nomeastes para dar parecer sobre o assumpto,

vos propõe que não seja admittida a reforma da orthographia n'aquelle sentido, resolvi não pôr em pratica por ora a decisão tomada; embora espere (e deva esperar), que essa real academia não approve o parecer da sua commissão.

Senhores, eu confio em que a minha esperança não será illudida; e a fim de pela minha parte concorrer para que o não seja, dirijo-me a essa real academia. Entendo que muitas e muito poderosas rasões lhe aconselham, que approve a reforma que lhe foi proposta; mas limitar-me-hei a especialisar uma. Adoptada essa reforma, o portuguez será a lingua mais facil de aprender por um estrangeiro; e creio que isto é de muito valor incontestavelmente.

Portanto peço, que a academia real das sciencias seja servida adoptar a orthographia sónica em principio, e fazel-a pôr em pratica pela fórma proposta no parecer da commissão de reforma orthographica, do Porto.

Lisboa, 15 de junho de 1878. = *Dr. Van der Laan.*

OUTRA[1]

Senhores. — A intelligencia do homem, reflectindo sobre si mesma, decompoz, analysou, estudou o seu proprio verbo — *a palavra.*

Por um processo, que devemos julgar methodico e racional, attendendo aos resultados que produziu, desceu até os seus ultimos e indecomponiveis elementos: — Racionalisou a sua linguagem, em harmonia com a maravilhosa simplicidade que a caracterisa.

Mas a palavra fallada era fugitiva, como o ar que lhe dera corpo, como a nuvem que se evapora, como uma saudosa melodia que se perde no espaço; e o homem, intelligente e previdente, por um d'aquelles milagres de invenção, por uma d'aquellas intuições, ou inspirações, que assombram o mundo, dando origem a sciencias novas, pôde descobrir — *um dia* — o meio de fixar, de materialisar, de tornar immortal a palavra humana!

Assim, a uma linguagem auricular fez corresponder uma outra linguagem visual; a uns elementos phonicos outros elementos graphicos; a umas vozes umas vogaes; e a umas

[1] É da comissão nomeada na reunião do professorado primário da capital (de ambos os séxos), celebrada em 23 de março no palácio do município.

nflexões ou consonancias umas consoantes: — A uma linguagem fallada uma linguagem escripta.

Assim como da combinação de vozes e consonancias se fórma a linguagem fallada, assim tambem de vogaes e consoantes se formou a linguagem escripta.

E sendo isto assim, como a sciencia e a experiencia o comprovam, não seria methodicamente racional, e da maxima utilidade, que a linguagem escripta fosse o retrato fiel da linguagem fallada? Que houvesse entre ellas verdadeira correspondencia de elemento para elemento, sem dualidades ou pluralidades de fórmas variaveis, caprichosas, incertas?

Era logico que assim fosse; e comtudo a desharmonia é quasi completa, parecendo que estamos ainda na infancia da arte.

Tornar conformes, verdadeiramente harmonicas e correspondentes estas duas linguagens, eis o ideal da sciencia moderna; eis a constante aspiração de todos os reformadores generosos e philantropicos, que têem olhado com amor para a instrucção do povo, para a escola primaria. A sciencia já tomou posse d'este problema; a sua solução está pois imminente; a evolução caminha; a revolução ha de completar-se: — São as leis naturaes que a impulsam; é a rasão universal que lhe vae aplanando o caminho.

Quando uma verdade entra no espirito do homem, acaba sempre por vencel-o e dominal-o, por maiores que sejam os preconceitos de que esteja eivado.

A verdade impõe-se á sciencia; e a sciencia domina o — Mundo Moderno —.

Senhores, a chamada *orthographia phonica* é uma questão humanitaria, porque a sua resolução facilita a illustração dos povos.

Protrahir a sua adopção e a sua generalisação, affigura-se-nos ser um mau serviço feito á instrucção nacional, e á civilisação do povo portuguez.

Os escriptores mais notaveis que em Portugal escreveram sobre pedagogia escolar, sobre methodos de leitura, sobre orthographia, sobre estudos philologicos e gloticos, todos são concordes n'este ponto; isto é, todos são, em principio, partidarios da orthographia phonica, popular, racional; na sua applicação ao ensino elementar da escola primaria, são mais do que partidarios, são apostolos da sua adopção.

E assim devia ser; porque a orthographia phonica impõe-se a todo o espirito estudioso e democratico.

Ler e escrever que deveriam ser uma continuação natural e simplicissima do fallar que as mães ensinam, por um processo facil e anormal, fallando e fazendo fallar seus filhos, tornou-se, por tantas anomalias orthographicas, uma arte complicadissima que poucos alcançam aprender com perfeição!

O professorado primario lucta com enormes embaraços e difficuldades provenientes do incompleto alphabeto portuguez e da cahotica orthographia que d'elle resulta, que nem é etymologica, nem phonica; nem tem o cunho de uma auctoridade scientifica, nem mesmo convencional.

Nas differentes typographias nacionaes, a primeira cousa que se pergunta a um escriptor, que não queira ser revisor orthographico das suas proprias obras, é, — *se quer a orthographia da casa.* — Um dos mais conspicuos membros d'essa real academia, ha pouco fallecido, dizia: «Que na impossibilidade de saber qual era a orthographia mais auctorisada e preferivel dos classicos portuguezes, acceitava a orthographia variavel das typographias onde mandava imprimir os seus trabalhos litterarios».

A orthographia portugueza é pois um cahos, um verdadeiro Protheu de mil fórmas caprichosas, que se transforma, na escola primaria, em cabeça de *Medusa,* para tormento dos alumnos e desespero dos professores!

O ensino da leitura e da orthographia usual portugueza, tal como resulta do nosso alphabeto e suas applicações, consome por si só mais tempo, e dá mais trabalho, do que todas as outras disciplinas do programma geral da escola primaria.

E no entanto diz François de Neufchateau;

«Nada seria mais facil do que aprender a ler, se todos os sons elementares da palavra fossem representados por caracteres proprios e invariaveis, que tivessem as mesmas denominações que os sons que devem representar na linguagem; porque então para saber ler, bastaria conhecer bem todos estes caracteres e designal-os facil e rapidamente pelo seu nome, segundo a ordem precisa em que elles estão nas palavras».

J. B. Mandru diz:

«Não farei sobre o alphabeto de nenhuma das linguas digressão alguma, limitando-me, para não saír do objecto que me propuz, a declarar *que de todos estes alphabetos,* não ha um só, que não offenda mais ou menos a rasão.»

Max Müller, o mais notavel dos escriptores contemporaneos sobre a sciencia da linguagem, fallando dos serviços

prestados a esta sciencia por differentes sabios especialistas, acrescenta:

«Não devo esquecer aqui os serviços que tem prestado aquelles que tanto têem trabalhado para levar á pratica as descobertas scientificas, compondo e propagando um novo systema — de escriptura abreviada e de orthographia racional, mais conhecido pelo nome de — *Reforma phonetica*.

«Sinto-me profundamente convencido do caracter de verdade e de rasão que apresentam os principios sobre que repousa esta reforma: ora o respeito que nos inspiram naturalmente a rasão e a verdade, ainda que adormecida e intimidada por momentos, acaba sempre por ter a ultima palavra, e por pesar na balança com um peso irresistivel. Esse respeito pela rasão e pela verdade tem feito com que os homens hajam renunciado aos seus mais caros prejuizos, aos seus cultos mais sagrados; e eu não posso duvidar de que a nossa orthographia irracional não venha a ter a mesma sorte que todas as outras superstições de que os homens se tem desembaraçado.»

P. Regimbeau, auctor de um methodo de leitura, notavel em França, diz:

«Mas restam outras difficuldades, que são essenciaes á leitura, e prendem com a natureza mesmo do alphabeto, com a imperfeição dos nossos signaes graphicos. Ha em francez 36 elementos simples da palavra. Era necessario á lingua escripta, para os representar, numero igual de caracteres correspondentes, simples e distinctos. E não ha senão 25, e ainda d'estes deverão apenas contar-se 21, pois que os outros 4 têem applicação dupla; e d'ahi as irregularidades, que constituem as difficuldades capitaes, essenciaes e inevitaveis para os que aprendem a leitura e orthographia[1].»

Mr. Regimbeau descreve em seguida todas as irregularidades e anomalias da orthographia franceza, e todas as difficuldades que ella traz ao ensino preliminar da leitura.

Igual analyse se poderia fazer ao alphabeto portuguez e á nossa orthographia; diremos apenas que, tendo a linguagem portugueza trinta e quatro elementos simples[2], conta

[1] Ésta transcrição e as de Mandru e François de Neufchateau, estávão em francês na reprezentação.

[2] A ilustre comissão não está em dezacordo comigo, que disse que os sons elementares são vinte e nóve. A diferença consiste em que éla considéra sons elementares as cinco vogais nazais, emquanto que eu considerei cada uma d'éstas como uma simples variante da vogal oral respètiva.

apenas vinte e quatro letras o nosso alphabeto, algumas das quaes são equivalentes, variaveis, caprichosas, incertas e superfluas.

Isto, que já de si é complicado, torna-se complicadissimo, se attendermos a que aquelles trinta e quatro elementos simples da linguagem fallada podem ser, e o são de facto pelos classicos, representados, na orthographia portugueza, por mais de oitenta fórmas differentes!

Por isso dizia já João de Barros:

«A primeira e principal regra na nossa orthographia é escrever todalas dições com tantas letras com quantas as pronunciamos, sem poer consoantes ociósas.»

E Duarte Nunes de Leão estatuia:

«*Que assi hemos de screver, como pronunciamos, & assi hemos de pronunciar como screvemos.* D'esta primeira regra se infere, que nunqua na scriptura accrescentemos, nem mudemos letras a dição algũa, querendo-nos accommodar aa origem & scriptura latina. Porque isso he fazer nova linguagem, & mudar a commum & usada, que fallamos.»

Soares Barbosa, auctoridade respeitavel, dizia:

«A orthographia popular, ou da pronunciação, não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor, mas tão sómente os que correspondem aos sons vivos da linguagem.

«Qualquer palavra, que se queira escrever, pronuncie-se primeiro bem; e distinguidos todos os sons de que é composta, estes se escrevam pela mesma ordem, com os caracteres que lhe correspondem no abecedario completo e exacto da nossa lingua; e a palavra assim escripta ficará sem erro.

«A orthographia etymologica está inteiramente fóra do alcance do povo illitterato; porque nenhuma regra se lhe póde dar, ou elle perceber. Deixemos pois esta aos litteratos, e dêmos ao povo a da pronunciação, por ser a unica de que elle é capaz.»

Couto e Mello, entrando mais na especialidade disse:

«Em todos os livros classicos se acham muitas consoantes dobradas inutilmente, e muitas maneiras de escrever contrarias á rasão; mas todas as cousas começam imperfeitas, e só pelo tempo adiante se vão fazendo menos imperfeitas e mais simples: — Os sons elementares da palavra fallada fixam o numero dos signaes, ou elementos da palavra escripta: Logo é consequente a necessidade de dever reformar o alphabeto da lingua portugueza. — A simplicidade e coherencia da escriptura, ou quadro da palavra pronunciada, requer, que um mesmo som elementar deva ser

expressado sempre pela mesma letra. Logo é preciso riscar do alphabeto portuguez todas as letras superfluas, e introduzir aquellas que faltarem para que n'elle haja tantas letras *vogaes e consoantes,* quantas são as *vozes* e *articulações* simples da linguagem portugueza.»

A. F. de Castilho, auctoridade mais de nossos dias, disse:

«Nós preferimos a orthographia que irmana o fallar com o escrever, e o escrever com o ler, e estamos persuadidos de que ella ha de prevalecer em sendo mais adulta a phylosophia social; mas á espera de um dia, que ainda não chegou, continuamos a ensinar aos rapazinhos da rua a escrever á latina.»

Adolpho Coelho resume em uma só phrase tudo quanto a sciencia tem alcançado descobrir n'este campo, dizendo:

«A sciencia da escripta alphabetica é representar os sons constitutivos da palavra.»

Facil cousa nos fôra amontoar citações de auctores nacionaes e estrangeiros, em abono da orthographia phonica; porém seria esquecer a erudição e a altissima competencia dos membros d'essa illustrada academia; as citações que fizemos não tiveram outro fim mais do que auctorisar e recommendar perante tão illustre academia a nossa humilde representação.

Pedimos pois em nome dos nossos discipulos, em nome da escola primaria, em nome da instrucção popular, como professores e partes interessadas na simplificação e facilitação do ensino elementar, que essa real academia das sciencias de Lisboa auctorise em principio, e com applicação á escola popular, a orthographia phonica, legislando a este respeito, e n'este sentido, o que julgar mais conveniente para os interesses da lingua portugueza, da instrucção nacional, e das necessidades urgentissimas do ensino preliminar, que lucta com embaraços e difficuldades insuperaveis, d'onde procede não poder haver, para a escola primaria, methodos de leitura e de orthographia racionaes, que facilitem e abreviem o ensino d'estas disciplinas em beneficio da instrucção do povo.

Lisboa, 3 de dezembro de 1878.=*Alfredo Julio de Brito Freire*=*Eugenio de Castro Rodrigues*=*José Antonio Simões Raposo*=*José da Cruz M. Alfaia*=*José Lopes Pacheco* (com declarações).

OPINIÃO DO SR. DR. JOÃO DE DEUS[1]

Quando o sr. João de Deus, em 1861, redijia o *Bèjense,* escreveu-lhe um colaborador, padre Macedo, as seguintes linhas:

«Que juizo farão de mim á vista dos erros *typographicos,* com que saiu o meu artigo! Aponto alguns: atenção por *attenção;* estilo por *estylo;* inteligencia por *intelligencia;* fala por *falla*...»

Ele respondeu:

«Por *falla*... dizeis vós; porque? Pelo *uso* tem-se sempre escrito dos dois modos. Pela *etimologia,* donde se deriva então? O *fallere* latino significa *inganar!* Serve-vos a etimologia? Oh! padre! tambem vós, virtuoso como Socrates, poeta como Fenelon, democrata como um e outro, dais ouvidos aos advogados do privilegio e do misterio? Que dualismo é esse, ou religião de luz e trevas, d'Ormuzd e Ahriman que levantais sobre a unidade de Deus e da humanidade, condenando as noventa e nove centesimas partes da sociedade a não poder com a pena molhada em lagrimas atravessar a ideia do seu vôo, e dividir com os mais as suas lastimas!

«*Mas é preciso que a lingua se não corrompa...!*»

«Sois os primeiros a corrompel-a não a escrevendo como a escreviam os nossos mestres e deixando-a escrita como se não ha de ler!

«*Mas é preciso que a lingua se uniformise.*»

«Em que? Na pronuncia? nem todos podem ír em peregrinação a Constantinopla perguntar aos ulemas do Alcorão ortografico como hão de ler as suas sagradas paginas! Na escrita! escreve cada um de seu modo, e todos bem differentemente dos nossos classicos, cada um dos quais já escrevia de sua maneira particular!

«*Mas o elemento historico? mas os trajos da antiguidade? mas a* feição *de familia? o cunho da raça?*»

«Sabeis tanto o que isso quer dizer como eu! Qual é a etimologia do *chá* da China?... papelões! Em cada palavra que escreveis falha um principio da vossa mistica or-

[1] Se, como se vai ver, o sr. João de Deus éra partidário da ortografia sónica em 1861, muito mais o déve ser oje. Dizem que pelo seu método se ensina agóra a ler em trinta liçóis: em tal cazo, quando o aplicássem á ortografia sónica, ensinar-se-ia em dés.

tografia! Mas seja a coisa arbitraria, arvore-se o capricho em lei, juremos constituição ao *despotismo;* que escritura nos dais por tipo? Quando quiser nomear quem primeiro descobriu as praias do novo mundo, que hei de escrever — Pedro Alvares ou Fedralvres ou Pedralures ou Pedralvares ou Pedraluares?...!!

«A opinião de cada um de vós sei eu: é escrever como cada um de vós escreve.

«Sei que se tem escrito nestes ultimos tempos sobre o assumpto; mas Deus me livre de desperdiçar um momento com doutrinas em que os seus proprios mestres se não intendem uns aos outros. Levantei-me do berço com opiniões formadas sobre muita coisa e não ha Bhrama com todas as suas quatro cabeças mitradas e toda a sua quadrilatera magestade que me tire d'ahi: esta é uma das tais. A rasão é — que eles veem-me com raciocinios e eu escuto o coração. Filho do povo, inimigo de raça de todo o privilegio, digo: póde aprender a ler toda a gente e escrever bem toda a gente? Porque não ha de aprender, e não ha de escrever bem? Porque não ha de intesoirar em papel um sentimento d'alma uma pobre mulher senão a troco do escarneo dos doutores?

«Estou a imaginar uma virtuosa mãi a ensinar a ler a sua filha.

« — Pomba, venha cá; são horas de lição: que é da cartilha? Abra: diga: *pê, agá, á, ó, til? Fão.*

«Ouviu, minha filha? Diga outra vez; ora vamos: *pê, agá, á, ó, til?* ...?

«*Fão,* minha filha! pois não ouves?

« — Quê, mamã?

« — Olhe, repare a minha joia: *pê, agá, á, ó, til?* ...?

« — Til, mamã!

« — Não, filhinha! pois não ouves: *pê, agá, á, ó, til? Fão.*

«Jesus! não estás atenta! Não ouves dizer *fão?*

« — Tambem a mamã diz *til!*

« — Mas tudo, meu amor! tudo faz *fão.* Vamos a ver outra vez; agora diga *fão.* Repare: *pê, agá, á, ó, til?*

« — Mamã!

« — Diga.

« — Mamã!!

« — Então não diz?

« — Mamã!!!

«Não diz e as lagrimas já lhe estão a ferver nos olhos em borbotões. É o horror inato ao absurdo; é a sinceri-

dade d'um anjo, que emquanto o não bestificam, matam-no com palmatoadas, arrancam-lhe as orelhas, mas não confessa uma impiedade! Pelo amor de Deus, não nos bestifiquem logo á nascença; não faltará quem nol-o faça em todo o tempo! Não apaguem logo nos inocentes a luz que Deus lhes deu! Não se abracem ao passado como termo da vida: Deus fez a terra redonda para se não parar!

«Tudo se herdou do passado informe, rude, desmembrado, inarmonico, sem sistema, sem unidade, como as pedras que á roda d'um calvario se ajuntam pelo tempo adiante, deitada cada qual por sua mão; mas veiu a rasão depois, em tudo, com esses materiaes acarretados pelas gerações desalumiadas pôr por obra como arquiteto uma fabrica, um pensamento. Será excetuada a escrita?

«Simplificai e regularisai a lingua de Camões, e vereis não só todos sabermos ler, senão dentro em cem anos o nosso prelo em correspondencia com os livreiros do mundo. A que deve o feissimo francez a sua universalidade? á *logica*; porque esse ao menos é consequente no absurdo.

«É uma questão d'alta nacionalidade; acham-na os pontifices pueril. Para nós o que é é enfadonha. E concluindo — o y grego mandei-o para a Grecia; letras dobradas só em dias de muito frio: e o — *p h á ó til* *fão* — só quando o Pulido presidir á correcção das provas de jornal que eu redija, ou me passar por alto.» [1]

[1] Foi, á tempos, aprezentada na associação tipográfica lisbonense, pelos sócios os srs. Francisco Anjelo d'Almeida Pereira e Souza e Jozé António Dias, a seguinte propósta, que foi unànimemente aprovada:

«Propomos que se convóque uma reunião estraordinária da assembleia jeral, á qual sêjão convidados a assistir, não só os membros d'ésta associação, como tambem os jornalistas, ómens de letras, professores de português, etc., a fim de se rezolver se convirá reprezentar á academia real das ciências de Lisboa, pedindo que dóte a língua com uma ortografia normal; tomando-se ou não por baze as concluzõis do incluzo parecer da comissão portuense de refórma ortográfica, de que se tem ultimamente ocupado a imprensa periódica.»

E constando-me que vai dar-se-lhe ezecução muito brèvemente, estou cérto de que se decidirá reprezentar, e devo esperar com toda a confiança que a reprezentação respètiva seja mais um valiozo documento a favor da ortografia sónica.

RELATÓRIOS

DO SR. CONSELHEIRO JOZÉ MARIA LATINO COELHO

(PASSÁJENS RESPÈTIVAS)

RELATÓRIO DE 1870[1]

«A orthographia é uma das questões graves no diccionario de uma lingua, que, como a nossa, não a tem official.

«O diccionario fará lei n'este ponto. Divergem as opiniões dos sabios. Querem uns a orthographia etymologica, outros a phonetica. Boa copia de argumentos se podem adduzir de um e outro lado.

«A fixação da orthographia é um dos mais graves e mais difficeis problemas em todas as linguagens antigas e modernas. Nenhum idioma escripto teve jámais uma orthographia invariavel. O grego e o latim, como hoje o vemos estampado nas mais correctas recensões e nas edições mais accuradas, segundo a collação dos codices pela critica escrupulosa e scientifica, não tiveram nas primeiras edades da sua evolução uma norma commum de se escrever. Os estu-

[1] Este relatório dis-se de uma comissão, que a Academia Real das Ciências nomeou para lhe indicar o módo de levar a efeito a publicação do seu dicionário, sobre a baze do do conselheiro André Joaquim Ramalho e Souza, adqüirido por éla. Mas no fim do relatório, o qual corre imprésso, lê-se o seguinte:

« N. B. A responsabilidade dos fundamentos filolójicos d'este relatório pertence inteiramente ao relator. »

E é lójico concluir que a comissão, declinando a responsabilidade dos fundamentos do relatório, declinou implicitamente a das suas concluzõis.

Tenho em meu poder um documento, em que um membro da junta consultiva d'instrução pública dis que a Academia aprovou esse relatório ou parecer; e é possível que outras pessoas estêjão tambem convencidas d'isso. Mas as minhas informaçõis, que considéro verdadeiras, são que a Academia nunca se reuniu para ele lhe ser lido e ser discutido; e portanto não se póde dizer aprovado por éla.

O relatório por conseguinte reprezenta unicamente as opiniõis do ilustre secretário da Academia.

dos epigraphicos estão hoje demonstrando com evidencia esta verdade.

«Ha duas maneiras de considerar a orthographia, e d'estes dois aspectos da questão se derivam as duas escolas, que hoje repartem em todo o mundo civilisado os grammaticos e os philologos.

«Para uns a palavra escripta é apenas a fixação, a representação graphica e analytica dos sons por meio de signaes de convenção. Para outros é mais alguma coisa, é um conjunto synthetico de notas, as quaes pela sua reunião representam á vista como que a figura e o colorido da palavra. Sob o primeiro aspecto a orthographia é para os sons articulados o que é a solfa para os sons musicaes. Sob o segundo conceito a palavra escripta é um debuxo quasi ideographico, um symbolo da noção e da idéa, um retrato do objecto representado, com similhanças posto que remotas, não menos manifestas, da escriptura hieroglyphica e dos caracteres complexos e ideographicos, imagens visiveis da idéa nas linguas monosyllabicas, de cuja familia é o chim o mais conhecido exemplo. O som é fugaz, e se não incoercivel, ao menos difficillimo de colher e encadear na prisão estreita dos caracteres graphicos.

«É naturalissimo e conforme á successão racional e chronologica das noções e dos inventos, o admittir que a pintura da idéa antecedeu de muitos seculos á representação convencional dos sons elementares, em que a palavra se resolve. O desenho de imitação, rude e imperfeitissimo, debuxou os objectos materiaes, e por translação e symbolismo as coisas intelligiveis, muito antes de proceder a esta ousada tentativa de fixar o som pelas letras de um alphabeto, ainda rudimentar e mal delineado.

. . . .

«A escripta era a principio uma arte de desenho. Agora converteu-se n'uma expressão musical. O *caracter*, a *letra*, o *alphabeto* sobrelevam ao hieroglypho em flexibilidade e accommodação ás mais difficeis exigencias da abstracção humana, quanto a musica se avantaja no seu espiritualismo e na infinita diversidade das suas combinações aos ambitos estreitos das artes plasticas, condemnadas a exprimir pelas simples relações de espaço a immensa variedade das concepções.

«A invenção do alphabeto marca o primeiro estadio de uma robusta, larga e fecunda civilisação. Esses caracteres, a que nós os homens d'este seculo, além da utilidade que nos prestam, não damos quasi nenhum apreço, pelo que

tem de communs, e de vulgares em presença dos assombrosos descobrimentos dos nossos dias, foram, nos antepassados de que descendem, a mais perfeita maravilha do espirito humano. Esses caracteres fixam uma civilisação. Qual foi a sua origem ninguem o sabe. Em que região, em que momento se revelaram, ha de ignoral-o para sempre o mundo.

«Qualquer que fosse o berço em que nasceram, semitico ou aryano, (turaniano não parece provavel que haja sido) antecederam de milhares de annos á analyse perfeita e minuciosa dos sons articulados e foram em seu principio porventura incompletos para os expressar correctamente nas suas variadas modificações.

«Os caracteres, que respondem adequadamente ás necessidades phoneticas de uma nação, de uma familia ethnologica, de um idioma nacional, tornam-se insufficientes para pintar sons peregrinos, quando um povo estranho os aprendeu de seus originarios inventores. Accrescentam-se novos signos, letras novas ás que se importaram de outra lingua: a deficiencia, porém, attenua-se, dissimula-se, mas não se póde inteiramente remediar.

«A orthographia, ou por melhor dizer a escripta usual e significativa da palavra ha de ter sempre algo de convencional, embora se procure amoldar cuidadosamente os caracteres aos sons, que devem representar.

. . . .

«A palavra escripta é antes um signal para a vista do que uma solfa para o ouvido. O conjuncto de letras, que exprimem para os olhos uma palavra, tem o que quer que seja de hieroglyphico e ideographico.

«Quando lemos um vocabulo, composto de muitos signaes alphabeticos, não carecemos de o pronunciar para que o signal synthetico, que de um relance percebemos, nos memore a idéa, que representa. A expressão analytica dos sons, a principio syllabica, depois elementar, por um processo commum do espirito humano, volveu a assumir de certa maneira a sua primitiva essencia ideographica.

«A orthographia puramente phonetica é pois uma utopia, um sonho, um idyllio philologico, uma boa intenção de simplificadores exagerados. Os sons não se *pintam*, porque é impossivel encarceral-os no ambito estreitissimo de um alphabeto. Os sons fixam-se para a vista por meio de caracteres mais ou menos convencionaes.

«Nenhum povo tem orthographia exclusivamente phonetica, nem a teve jámais.

«E não se pense que este problema não tenha sido muitas vezes proposto e outras tantas havido por insoluvel, em todas as linguagens novas, que tem uma vasta litteratura e que servem de instrumento a um amplissimo commercio de idéas no trato scientifico e usual.

«Em nenhum idioma vulgar é mais flagrante a desconformidade entre a orthophonia e a orthographia do que no francez dos nossos dias, se não é por ventura na lingua ingleza, onde são raras as palavras em que não sejam inuteis por *quiescentes* e inertes alguma ou algumas letras. E todavia nem a França nem a Gran-Bretanha se lembraram jámais de tentar o escabroso problema de accordar a escripta com a pronuncia.

«Ha nas linguas um processo lento, mas ininterrupto de desaggregação, de decadencia, de corrupção. A variação, como nós já notámos, é uma lei ineluctavel. A todo o principio de evolução, corresponde como acção moderadora um principio conservador. Assim como no cosmos, na natureza organica, na transformação politica da sociedade, assim tambem na formação, progresso e decomposição geral das linguagens ha uma resistencia providencial á improvisa metamorphose. Nos animaes e nas plantas ha para cada especie uma fórma que é por assim dizer a forte cidadella onde a essencia organica se está encastellando contra os assaltos violentos e continuos do mundo esterior. A fórma transmuda-se a final, succede a capitulação, mas o cerco tem-se protrahido e a defeza contra as acções perturbadoras tem sido longa e disputada com vigor.

«Nas linguas o principio conservador é principalmente a *escripta*, a *orthographia*.

«É ella, que dá a cohesão á palavra, é porque assim o digamos a sua crystallisação, e realisa-se com ella o que acontece nos crystaes no mundo mineral, os quaes menos se desintegram e se perdem, que as variedades terrosas e compactas. A tradição oral corrompe de dia para dia. A escripta desenha, fixa, transforma em monumento o que seria vão e ephemero, confiado á volubilidade ingenita do som.

«As linguas têem, como todos os organismos, a sua genealogia. Lucra-se em não perder as suas arvores de costado, em não obliterar as inscripções do seu berço e da sua familia. A orthographia conserva estas memorias. Façamos phonica, quanto podermos a escripta de todos os idiomas, e veremos tornados impossiveis todos os confrontos philologicos, d'onde se inferem tantas e tão fecundas conclusões ácerca da historia da humanidade.

«A boa orthographia é além d'isso a vestidura da palavra. E é bem que não desdiga da nobreza da familia o trajo do individuo. Ha tambem na palavra escripta, além do elemento imitativo e racional, um elemento esthetico. A palavra tem a sua formosura, que não é licito deslustrar.

«En toda lengua culta y fijada, diz o sr. D. Pedro Felipe Monlau, las palabras una vez inventariadas y catalogadas bajo tal ó cual forma escrita, con arreglo á su procedencia, origen y valor de significacion, quedan convertidas em monedas, cuya ley y cuyo valor nadie puede alterar, en medallas, cuya leyenda á nadie es dado modificar, en esculturas y bajos relieves, en objetos artisticos, clasificados yá y colocados en el museo del idioma, objetos, que nadie puede tocar ó mutilar sin cometer un vandalismo literario.»

«Desdenham alguns que se tolerem na escripta das palavas em uma lingua vulgar, caracteres, que servindo apenas de ornato para a vista, são inteiramente mudos na prolação da voz. Essas letras, que não têem já funcção como instrumentos do sonido, são comtudo monumentos etymologicos e servem para attestar uma idade precedente na variação da linguagem. É frequente no estudo da anatomia comparada o deparar-se-nos a existencia de orgãos rudimentares, de instrumentos, a que no estado presente da especie ou do sexo não responde já nenhuma funcção. São orgãos sem *finalidade,* e por isso o professor Haeckel os designa pelo nome de *dysteleologicos.* A natureza organica é uma linguagem infinita, estampada em milhões de fórmas desde os primordios da vida no nosso globo. A creação tem a sua orthographia, os seus caracteres *aphonicos* e quiescentes. A linguagem tem ao contrario as suas *dysteleologias,* os seus orgãos inertes, que n'outras épocas satisfizeram a um fim. Imitemos, pois, a natureza, que não supprime de uma vez os apparelhos rudimentares e ao parecer desnecessarios, e conservemos na palavra tudo quanto póde exprimir a sua evolução e o seu génesis.

....

«No estado presente da opinião e do uso n'este assumpto, parece á commissão dever preferir-se a orthographia etymologica para as palavras, que tomámos do latim sem alteração, ou como foi mais frequente, com a desidencia alterada. Para as palavras romanicas, ou provindas do latim, mas com alterações mais ou menos profundas, a orthographia usual parece preferivel. Os termos gregos poder-se-hiam escrever sempre com a orthographia classica, assim como

os escrevem os allemães e inglezes, e das nações latinas nós e os francezes, porque italianos e hespanhoes as vestiram modestamente ao uso moderno dos seus idiomas.

«As regras especiaes a seguir na orthographia não são materia para este parecer e deixou-as a commissão ainda pendentes de uma ulterior consideração d'este problema.

«Muitos diccionarios notaveis de varias linguas, representam por signaes de convenção a pronuncia correcta da palavra. Talvez conviesse logo apoz a palavra com a sua orthographia, seguindo os principios adoptados, escrever entre parentheses a palavra com a sua accentuação prosodica.

«São estes em resumo os principios que á commissão parece deverem seguir-se na redacção do Diccionario.»

RELATÓRIO DE 1871[1]

Senhores.—Havendo tido a honra de ser designado por esta Real Academia para dirigir a publicação do diccionario, cumpro hoje o preceito que elle me impoz, vindo submetter ao vosso exame e correcção o systema que me parece dever seguir-se no trabalho de completar o manuscripto e de preparal-o para a impressão.

De dois modos se póde delinear a traça de um diccionario, que haja de responder com justo titulo á alta, mas custosa recommendação de vir a lume sob os auspicios de tão eminente corpo litterario, qual é esta Real Academia.

Segundo o primeiro d'estes planos, o diccionario de uma lingua tem de comprehender todas as palavras, que no uso commum ou litterario têm andado auctorisadas pelos escriptores ou pelo vulgo nas varias edades, em que se divide a historia do idioma. Devem accrescer a esta categoria de palavras todas as que formam o peculio das artes e officios, e as que da sciencia têm passado, ou no sentido proprio, ou na translação e na metaphora, ao dominio universal. Exige-se ainda, segundo este modo de formular o diccionario, que a cada um dos vocabulos se attribuam os significados, em que é ou tem sido empregado, desde o seu primeiro apparecimento, até o estado presente da linguagem. Accede a estes elementos essenciaes, a historia de cada pa-

[1] Este relatório precéde o *specimen* do prometido dicionário da Academia; e segundo as minhas informaçõis, tambem nunca lhe foi lido, nem éla o discutiu ou aprovou nem ao *specimen* do dicionário.

lavra, notando os escriptores, que a principio lhe deram curso, as formas graphicas e prosodicas e as differentes accepções, que successivamente foi tomando com o progresso da sociedade e das idéas, attestando com auctoridades litterarias tudo quanto ácerca do vocabulo se affirma em cada artigo. Segue-se finalmente, como remate de toda a obra relativa a cada termo, a indicação da sua etymologia, ou entroncando directamente o vocabulo n'uma linguagem immediatamente anterior, quando a filiação é conhecida, ou investigando em linguagem mais remota, por plausiv is e racionaes analogias, o berço da palavra questionada, illustrando, quanto o peça a conjunctura, a historia do vocabulo, com os parallelos instituidos entre a lingua de que se trata, e as que lhe são conjunctas, ou co-irmãs.

. . . .

Poucas obras illustrariam com titulos mais honrosos do que esta a uma douta corporação. E só uma associação de homens eminentes por lettras e sciencias a poderia dignamente emprehender e acabar. É minha opinião que o diccionario historico deve ser emprehendido por esta Academia em opportuna occasião e n'este sentido vou desde já dirigindo os meus estudos, e trabalhos, procedendo á leitura dos nossos antigos e modernos escriptores, de alguns dos quaes tenho já apontado miudamente os vocabulos, phrases e construcções.

São tantas, porém, e algumas tão escabrosas na presente conjunctura as difficuldades, que se oppõem a emprehender tal monumento litterario, que não é intenção d'esta Real Academia pôr agora o peito a esta empreza, para a qual são precisos largos annos de leitura e locubrações.

Um diccionario com tamanha vastidão exigiria que a nossa litteratura fosse já copiosa de escriptos valiosos sobre a etymologia e historia da lingua e litteratura nacional e sobre o confronto e parallelo do idioma patrio com os das nações que se derivaram da commum estirpe de Roma, com as mais notaveis d'entre as linguas indo-germanicas, sem esquecer o sanscrito, e pelo que respeita aos não raros elementos orientaes existentes na linguagem portugueza, com as linguas syro-arabigas.

Mais modesta ha de ser forçosamente por agora a traça do nosso diccionario.

Principiemos por eliminar a etymologia. É custoso renunciar a que assentemos desde já em documentos irrefragaveis a descendencia fidalga da formosa lingua patria. Baste-nos por ora saber que o seu berço foi romano.

. . . .

Da historia da palavra apenas devemos aproveitar a citação das auctoridades, quando ellas sejam absolutamente indispensaveis para testemunhar a legitima significação de qualquer termo.

. . . .

A orthographia, que deverá seguir-se no diccionario, deve fazer objecto de uma proposta especial, que brevemente terei a honra de apresentar á Academia. A pouca demora que ainda haja n'este assumpto não impede porém, que se comecem desde já os trabalhos de revisão e redacção, porque para concordar com a orthographia adoptada a que provisoriamente empregarem os redactores, será opportuno ensejo o da revisão das provas de cada folha de impressão.

Não é facil o fazer completa idéa do plano de um diccionario pela sua singela exposição. Para emprehender um systema lexicographico, é indispensavel vel-o exemplificado.

Para este effeito tenho a honra de submetter a esta Real Academia um *specimen* do diccionario para que sobre elle possa recaír por parte da Academia e de cada um dos seus membros singularmente um exame consciencioso e uma fructuosa discussão, em virtude da qual se emendem e corrijam os defeitos do plano, e se chegue, pelo concurso de todas as forças intellectuaes d'este eminente corpo litterario, ao maximo grau de perfeição.

Academia Real das Sciencias, 15 de fevereiro de 1871.= Secretario geral interino, *J. M. Latino Coelho.*

ANÁLIZE DOS RELATÓRIOS

Analizar trabalhos do sr. conselheiro J. M. Latino Coelho é taréfa árdua; e por minha parte, ouzado cometimento.

O sr. Latino Coelho é um jénio; àlem d'isso é um sábio. E eu nem sequér tenho talento, e serei quando muito o último dos eruditos.

Ele a escrever é um artista admirável; é um Constantino rei dos floristas: ninguem fás ramalhetes literários, como ele é capás de fazer. E eu vou pôr ao pé dos seus poéticos relatórios uma próza dura e sem-saborona, única que sei produzir.

Mas a questão ortográfica, no terreno em que no nósso cazo déve ser tratada, se aínda é assunto difícil para mim, é pequeníssimo para o jénio e sabedoria do sr. Latino. Ele que se libra nas alturas, não póde decer a ponto de ver e considerar minúcias que é perigozo dezatender; em quanto que eu, que não pósso levantar voos nem lançar-me a altos mares, serei talvês capás d'enxergal-as e ezaminal-as. E olhando bem as couzas á lus da razão, poderei por ventura lutar sem desvantájem.

Esperando pois desculpa da minha ouzadia, abalanço-me a fazer éssa análize. E rógo àqueles que se dignárem ler este escrito, que o fáção sem prevenção, dando aos argumentos o valor que póssão ter, embóra lhes não dê nenhum o nóme do escritor.

O sr. Latino Coelho (como se viu), tratando de pronunciar-se sobre a ortografia a escolher para o dicionário, indica os dois sistemas que trázem divididos a gramáticos e filólogos: um, segundo o qual «a palavra escrita é apenas a fixação, a reprezentação gráfica e analítica dos sons por meio de sinais de convenção», — segundo o qual «a ortografia é para os sons articulados o que a sólfa é para os sons muzicais»; outro, segundo o qual éla é mais que isso, — as suas letras são nótas que «pela sua reunião reprezêntão á vista como que a figura, o colorido da palavra»,

éla «é um debuxo quázi ideográfico, um símbulo da noção e da ideia, um retrato do objéto reprezentado».

Depois tendo mostrado que «a escrita éra a princípio uma arte de dezenho», dis: «Agóra converteu-se numa espressão muzical». E móstra e ezalta a imensa superioridade do alfabéto, dizendo que os caratéres ortográficos fôrão para o seu tempo «a mais perfeita maravilha do espírito umano».

Em seguida afirma que a ortografia á-de ter sempre algo de convencional, embóra se procure amoldar cuidadòzamente os caratéres aos sons que dévem reprezentar; e quázi sem mais alegaçõis escreveu:

«A ortografia puramente fonética é pois uma utopia, um sonho, um idílio filolójico, uma boa intenção de simplificadores ezajerados.

«Os sons não se píntão, porque é impossível encarceral-os no âmbito estreitíssimo de um alfabéto. Os sons fíxão-se para a vista por meio de caratéres mais ou menos convencionais.

«Nenhum povo tem ortografia escluzivamente fonética, nem a teve jàmais.»

Óra, eu apélo para a conciência dos leitores. Dígão: Não cauza tristeza realmente, ver o ilustre secretário d'Academia tirar leviànamente de tais princípios aquéla tão arrojada como infundada conseqüência?.

Senão, ezaminêmol-os.

Não será muito mais que suficiente, que a palavra escrita fixe e reprezente, gráfica e analiticamente por meio de sinais de convenção, todos e cada um dos sons da palavra falada? Se a sólfa é o suficiente para os sons muzicais, porque é que uma ortografia simples não póde ser suficiente para os sons articulados? Se (como dis o sr. Latino) «o caratèr, a letra, o alfabéto sobrelévão ao jeroglifo quanto a múzica se avantaja aos âmbitos estreitos das artes plásticas», porque é que não basta o simples alfabéto á fala como a sólfa basta á múzica? Por dever a ortografia, embóra amoldados cuidadòzamente os caratéres aos sons, ter sempre algo de convencional, será isso razão para se não amoldárem quanto seja possível? Apezar de se dizer que a perfeição é impossível nas couzas umanas, não entêndem todos que devemos sempre tratar de progredir?

«A palavra escrita (dis o sr. Latino) é antes um sinal para a vista do que uma sólfa para o ouvido». Óra ésta espressão não é ezata. Ezato seria dizer-se: A palavra escrita é unicamente um sinal para a vista. Como seria igualmente ezato dizer-se, que a palavra falada é unicamente um sinal para o ouvido.

«O conjunto de letras (acrecenta s. e.) que esprímem para os ólhos uma palavra, tem o quér que seja de jeroglífico e ideográfico.» Veja-se pois até que ponto a imajinação lhe desvàirou o bélo espírito!

Com efeito a palavra *touro* por ezemplo, que sombra de descrição poderá dar da ideia do animal que é destinada a dezignar? E *limão*, que ideia dá do respètivo fruto? E *prata*, que ideia dá do respètivo metal? Póde-se tomar de memória, que *touro, limão, prata,* significão respètivamente um animal, um fruto e um metal; mas o nóme por si só não dá ideia nenhuma do objéto. Mais aínda. Quando, como em *nóra, casta, cóbre,* a palavra sérve a dezignar duas couzas inteiramente divérsas, como conceberá s. e. o tal valor ideográfico d'éla? Como é que o conjunto de letras da palavra *nóra*, umas vezes é ideográfico da mulhér do nósso filho, e outras do nósso maquinismo de tirar água; o de *casta* o é num cazo de pessoa dotada de castidade, e noutro de raça e espécie; e o de *cóbre* o é do respètivo metal ou da àção de cobrir? Em fim, como é que as cinco letras da palavra *barra* fázem o milagre de descrever, umas vezes metal sem lavor; outras, um varão de férro com que se jóga, num jogo que tambem tem esse nóme; outras, lista ou cercadura da parte inferior do vestido; outras uma espécie de cama; outras uma péça de imprensa; outras um banco d'areia na fós d'um rio; outras a àção de *barrar*, vérbo que de mais a mais tem várias acèçõis; etc.?

«Quando lemos um vocábulo (dis aínda o sr. Latino) composto de muitos sinais alfabéticos, não carecemos de o pronunciar para que o sinal sintético, que d'um relance percebemos, nos memóre a ideia que reprezenta.» Mas isto não tem valor nenhum para o cazo. Sucéde o mesmo ezatamente com a palavra falada: quando ouvimos pronunciar um vocábulo, composto de muitos sons, não carecemos de o escrever, para que o sinal sintético (a vós articulada) que tambem percebemos d'um relance, nos memóre igualmente a ideia que reprezenta.

Em verdade não comprendo, como um espírito superior se me aprezenta enredado, numa questão simplicíssima a meu ver.

É inquestionável, que a fala precedeu muitíssimo a escrita. Ésta teve por fim suprir o limitadíssimo alcance da nóssa vós. Quem escréve, fala aos que o não pódem ouvir. Na fala aos àuzentes não se precisa pois, que a palavra tenha adminículos que não tem na fala aos prezentes. A palavra falada e a palavra escrita são pura e simplesmente si-

nais, por meio dos quais recebemos do esterior impressõis e ideias: pouco impórta que éstas êntrem pelos ólhos ou pelos ouvidos. A palavra escrita não foi inventada para ser, não preciza ser, não déve ser mais que a reprezentação da palavra falada. As palavras d'um discurso são a mesma couza, quando o orador as pronuncia, quando depois do discurso imprésso alguem o lê para outros ouvírem, ou quando alguem o lê mentalmente: são simples sinais, por meio dos quais as ideias do orador se transmítem ao espírito de quem os ouve ou de quem os vê.

E eis alí a que se redúzem os argumentos, sobre que o ilustre secretário da Academia se considerou bem fundamentado para avançar aquéla estranha afirmação: parécе-me poder dizer que válem zéro.

E se, pelo que se viu, o sr. Latino Coelho não estava àutorizado a dizer que a ortografia sónica é uma utopia *ou* sonho, não creio que o autorízem os mais que adús.

Segundo ele, «os sons não se píntão: fíxão-se para a vista por meio de caratéres mais ou menos convencionais». E eu perguntarei: Que mais é precizo do que isso? se a sólfa e alguns outros sinais são suficientes na múzica, se os algarismos e alguns outros sinais o são para a reprezentação da linguájem dos números, porque não ão-de ser suficientes na linguájem escrita os simples sinais, cada um reprezentativo de cada um dos sons segundo a ortografia sónica, ajudados pelos sinais de pontuação e outros oje em uzo?

«Nenhum povo (dis s. e.) tem ortografia escluzivamente fonética, nem a teve jàmais.» Óra, supondo que assim seja ou fosse, que provaria isso? O ilustre secretário da Academia sabe, que temos oje muitas couzas que os antepassados não tivérão; e póde assegurar-se, que não temos muitas que os vindouros ão-de ter. Mas á-de permitir-me que diga, que na sustáncia a propozição não é verdadeira.

Com efeito, a substituição da ortografia simbólica pela alfabética tinha por baze a ideia da ortografia escluzivamente sónica. A realização d'éssa ideia avia forçòzamente de ser muito imperfeita no princípio. Má decompozição dos sons elementares das palavras, mal concebida reprezentação d'esses sons, etc., isso é claro que avia de ser. Mas éssa imperfeita ortografia alfabética, na intenção éra escluzivamente sónica. Dis-me a razão e a reflèção, e tenho por de fé, que em todas as línguas a ortografia alfabética primitiva éra sónica realmente.

E quanto ao fato pròpriamente dito, a língua grega, que s. e. com toda a razão ezalta muito, não tem éla orto-

grafia esoluzivamente, ou pelo menos quázi escluzivamente sónica? O sr. Latino conhéce muito bem éssa língua: se póde provar que não é assim, fora bom que o fizésse para ensino dos que júlgão que é.

Àlem d'isso os competentes, entre eles o sr. Adolfo Coelho, afirmão que a ortografia do sanscrito éra *puramente sónica*.

S. e. afirma que, apezar de aver a mais flagrante desconformidade entre a ortofonia e a ortografia no francês e no inglês, «nem a França nem a Grã-Bretanha se lembrárão jàmais de tentar o escabrozo problema de acordar a escrita com a pronúncia».

Óra tenho muito sentimento de ver-me forçado a dizer, que nésta afirmação á muitíssimo d'inezato; e não comprendo como não ocorreu ao sr. Latino alguma couza do muito que próva isso. Já quando a academia franceza, nacida avia pouco, estudava a matéria para a publicação do dicionário da língua (para o qual foi decidida a aplicação rigoróza do princípio da etimolojia), os direitos da pronúncia fôrão valentemente defendidos por vários de seus membros, entre eles Conrart e Dangeau; e Perrot d'Ablancout reclamou, que a escrita fosse *a reprezentação fiel da pronúncia*. Desde então até oje tem sido constanto a aparição de sucessivos neógrafos. Ainda não á dés anos um distinto filólogo (Lachartre) lavrou contra a àtual ortografia o seguinte protésto: «A ortografia franceza, aos ólhos dos próprios acadêmicos, é barbara, ridícula, irregular, ilójica, monstruóza, xeia de dificuldades absurdas. Ésta ortografia em fim é um dos abuzos, um dos prejuízos que a céga rutina consérva como couzas sagradas, e que dévem dezaparecer aos gólpes dos reformadores». Aínda o ano passado apareceu uma óbra notável do sr. Paulo Jozon, defendendo a ortografia sónica e propondo um módo de a realizar.

Em fim a própria Àcademia, nas sucessivas ediçõis do dicionário, tem ido sacrificando sempre o rigor etimolójico que no começo adòtou; isto em armonia com o princípio que estabeleceu na segunda edição, —*que se não déve aver préssa em rejeitar a antiga ortografia, tambem se não déve fazer demaziados esfórços para sustental-a.* Tambem aínda o ano passado o sr. Berchére, áliàs etimolojista declarado, dizia num trabalho igualmente notável, que a Academia na edição que prepara, tendo todo o cuidado em deixar de pé as letras etimolójicas essenciais, *déve eliminar as outras a fim de satisfazer racionalmente a pronúncia.* E cumpre notar que, se os francezes não tem adiantado mais, é porque a sua língua, como a fês a primeira edição do dicioná-

rio da Academia e os seus gramáticos, oferéce obstáculos especiais á adòção da ortografia sónica, — obstáculos que nem o ispanhol nem o italiano oferécem, e por isso alí se tem andado tanto, e que aínda são menóres em português pelo que podemos e devemos avançar mais que eles.

E com relação ao inglês, onde á tambem obstáculos especiais á adòção da ortografia sónica, abstrairei do passado, limitando-me a notar que de prezente se trata a sério, tanto no reino unido como na América do Nórte, de fazer propaganda d'éssa ortografia.

O sr. Latino Coelho afirma (como se viu), que a *todo o* princípio de evolução corresponde como àção moderadora um princípio conservador; e proclama que, nas línguas, *o* princípio conservador é a ortografia. Dis que as línguas tem como todos os organismos a sua jenealojia, e sustenta que se lucra em não perder as suas árvores de costado. E acrecenta: «Façamos sónica, quanto pudérmos, a escrita de todos os idiomas, e veremos tornados impossíveis todos os confrontos filolójicos».

Sobre isto notarei primeiro, que vi com grande estranheza o apego de s. e. ás jenealojias e aos princípios conservadores neste ponto. O sr. Latino é democrata, é *ultra*-progressista; o sr. Latino é rèpublicano e por tanto derrocador de tronos e *manja-dinastas*: mas em ortografia *é* conservador, e não admite que se ilimine uma letra nula. E realmente para se ficar maravilhado!

Em segundo lugar direi, que aquéla última afirmação (perdoe-me s. e.) não é verdadeira. Se tornarmos sónica pura a nóssa ortografia, os lècicógrafos ao fazer os dicionários não deixarão de pôr em parênteze adiante de cada palavra as competentes indicaçõis etimolójicas; e aí está tudo que é precizo para os confrontos filolójicos, ficando salvas quaisquér concluzõis que d'aí póssão tirar-se.

O sr. Latino Coelho escreveu depois o seguinte notável parágrafo:

«A boa ortografia é àlem d'isso a vestidura da palavra. E é bem que não desdiga da nobreza da família o trajo *do* indivíduo. Á tambem na palavra escrita àlem do elemento imitativo e racional, um elemento estético. A palavra tem a sua formozura, que não é lícito deslustrar.»

Óra, meditado ele, reconhéce-se, que os seus conceitos poderão impressionar a imajinação, mas que perante a razão não tem o mínimo valor. No que respeita á estética, basta dizer que o que é do gosto do s. e., póde não ser do gosto

le ôutrem; que o que oje se julga feio, àmanhã póde-se julgar bélo, e *vice versa.*

No que respeita á vestidura da palavra, de cérto quanto mais simples éla for, melhór: seria mais que ridículo mandar oje escrever *phthysico* em lugar de *tizico;* só o ábito póde fazer com que não julguemos *hymno* muito feio, comparado com *ino.* E o que escreveu o ispanhol Monlau e o sr. Latino transcréve, a própria academia ispanhóla não julgou dever tomal-o em consideração: ispanhóis e italianos tocárão fòrtemente, e em português tem-se tocado já muito, em tudo isso em que Monlau dis que seria vandalismo literário tocar.

Finalmente o ilustre secretário da Academia dis, que «conservemos na palavra tudo quanto póde esprimir a sua evolução e o seu jénezis». Quér que conservemos as letras nulas, por isso que a natureza segundo móstra a anatomia comparada, tambem consérva, tambem não estingue de todo cértos órgãos que já não tem função a ezercer. Mas se ésta ideia póde parecer bonita, é cérto que não passa d'um bélo nada; e quanto àquéla, já mostrei que lá está o dicionário para conservar, por meio das precizas indicaçõis, o que interessar ao conhecimento da evolução e do jénezis de cada palavra.

Eis-aí portanto espóstos e analizados os argumentos, com os quais o sr. conselheiro J. M. Latino Coelho se julgou àutorizado a dizer, que a ortografia sónica é apenas *uma utopia, um sonho, um idélio filolójico, uma boa intenção de simplificadores ezajerados,* e portanto a condenal-a. E, á vista do que se conclue da análize, cumpre-me dizer que desgraçado do litigante, a quem a sórte depare um juís que para o condenar se contente com razõis e argumentos de tal força.

Não, a ortografia sónica não é nada d'isso; porque éla é o fim para onde caminha necessàriamente a ortografia, desde que aos símbulos se substituiu o alfabéto. Não eziste já, porque as fantazias dos sábios e a vàidade dos pretenciózos tem posto sempre obstáculos; que até oje não pudérão ser vencidos, mas que não rezistirão á fórte corrente do progrésso, que se móstra estar já em movimento neste ponto como em outros.

A força dos ábitos póde muito; os preconceitos são tambem muito poderózos; mas a razão e a filozofia ão-de de vencêl-os.

Os que escrévem com ortografia, em particular os copistas, os redàtores dos jornais e os compozitores e revizores

os quais quérem trabalhar depréssa, em régra opõi-se á adòção da ortografia nóva para evitar o incómodo de se abituar a éla. Os que são ou se considérão eruditos, em régra repugna-lhes que venha a dar-se um fato, em virtude do qual perderíão a supremacia, que éssa erudição lhes dá no prezente pelos conhecimentos especiais que tem ou prezúmem ter. E fázem opozição não menór, grande parte dos que apenas sábem escrever empiricamente as palavras como estão no seu dicionário; porque a ortografia sónica lhes tiraría uma vantájem, que é o seu orgulho, a de têrem o direito de xamar ignorante a muita jente. Mas todas éssas opozições são injustificadas, em vista do imenso progrésso que a adòção d'éssa ortografia constitue. Adòtada éla, a instrução do povo é fácil d'obter: tudo terá pois de ceder diante d'ésta grande razão.

Todos os priviléjios estão fatalmente condenados. Portanto será em vão, que o ilustre secretário da Academia forceja por manter um para os sábios, em matéria de ortografia.

A ortografia sónica está ao alcance de todos que quêirão estudal-a; é ortografia democrática e popular. Será portanto mais tarde ou mais cedo a ortografia legal.

—Em fim, que a ortografia sónica não é *uma utopia, um sonho, um idílio filolójico, uma boa intenção de simplificadores ezajerados*, mostrou-o o próprio sr. Latino Coelho na série de bons artigos sob o título—Instrução popular—, que publicou no *Panorama* no fim de 1852 e princípios de 1853.

Alí ezarou s. ex.ª, lógo no começo, as seguintes propozições:

«A escrita tem por fim significar rigoròzamente os diferentes sons de que cônstão as palavras.»

«É para nós quázi de fé, que a escritura primitiva devia reprezentar unicamente os sons que entrávão nas palavras.»

«Tudo léva a crer que no princípio ouve um carátèr fónico distinto para reprezentar cada som elementar.»

«A ortografia andava ligada, como parte essencial, a ortoépia e a prozódia.»

Depois, tendo indicado que no século XV a jente de letras sentiu «a necessidade pedantesca de dar á linguájem um colorido d'erudição», e que por isso se afastou «da prozódia jeralmente recebida», escreveu o seguinte notável parágrafo:

«Da ezajeração luxuóza da ortografia portugueza naceu

sua mizérrima anarquia. Quizérão dar ás palavras nacionais, póbres palavras, colhidas e truncadas aquí e acolá no cicòn romano, todo o polimento, todo o culto arqueolójico e palavras cientificamente derivadas, e tivérão em rezultado a confuzão e a dezórdem ortográfica. Quizérão vestir s palavras bárbaras com a louçania das antigas palavras omanas, e obtivérão por fruto de todas éssas estéreis lucubraçõis a dezarmonia mais injustificável e irracional entre o som, que é a essência da palavra, e o sinal fónico, que o déve teistualmente reprezentar na escrita.»

Alí o sr. Latino adóta «a régra lójica de reprezentar cada som por uma letra diferente, e consagrar cada letra a um único som».

Mostrando a singularidade dos inglezes quanto á sua ortografia, que é de todas a mais absurda por ser a menos sónica, e indicando o módo como eles conseguírão ter uma ortografia normal que todos séguem, dis s. e.:

«Mas ao menos louve-se ésta nação, orijinal em tudo, porque mantem a unidade ortográfica no meio das suas próprias incoerências. Ao menos conseguiu regular o absurdo, e tornar sistemática e unifórme a falta de lójica.»

E, depois de notar os absurdos da ortografia franceza e de indicar que as línguas do nórte são mais corrétas e mais cultas em ortografia, escreveu o seguinte:

«A ispanhóla já foi como a nóssa abundantíssima no escrever. Tambem por lá vogou a mania anti-civilizadora dos etimolojistas e filólogos. Tambem lá quizérão manter intemerata a onra do *h* romano, e as regalias imperiais ao *ph* e ás letras duplas; muito tempo andou o povo, a quem o escrever bem mais aproveita, divorciado em ortografia com os sábios e letrados; e a final veio a emendar-se o erro de escrever letras supérfluas para marcar que no latim avia um som no lugar ocupado pela letra muda. Não foi compléta e racional a revolução efeituada na ortografia castelhana; mas ao menos a sua simplicidade compensa de sóbra o defeito de não estar aínda a ortografia assente nas suas bazes verdadeiras e racionais. Se aínda lá compétem a disputar som idêntico o *g* e o *j*, se aínda o som do nósso *lh* se escréve absurdamente com *ll*, ao menos consumou-se a espulsão das letras duplas, que é para os etimolojistas e sabixõis o que foi a estinção dos jezuítas para os santanários, a pédra d'escándalo e o tema obrigado de trivialíssimas declamaçõis.

«O italiano é a meu ver a mais perfeita de todas as línguas modérnas, ortográficamente consideradas. Proscrição

quási jeral do *h*, letra prediléta dos filólogos por ser a que nada esprime, proscrição jeral do *y* grego, d'ésta letra aristocrática, privilejiada, elegante, quázi *coquette* para os etimolojistas rigorózos, letra que imprime ao vocábulo um sabor ático, e que põi em relevo a orijem elénica do vocábulo mais descòrado e mais pífio; letra dobrada só quando a pronúncia o ezije, eis as condiçõis jerais da ortografia modérna italiana. É perfeita? Não é, não o póde ser, em quanto se não adòtárem os sinais próprios para reprezentar os sons que tem as vózes da família neò-latina, e que os romanos não proferirão nunca no seu idioma.»

Finalmente o sr. Latino dis alí:

«É erro capital não correspondêrem jeralmente as vózes que preferimos, ás letras que na escrita vulgarmente se empregão.

«É erro, e grande, o escrever divérso do que á-de lerse, e se pronuncia.

«Escrever *o* quando a vós soa *u*, e quando a vós dis *a*, *s* quando deveria ser *z*, ninguem o desculparia em jente sensata e civilizada.»

E, tendo esposto o sistema d'ortografia sónica que aprezentara António Feliciano de Castilho, termina propondo-o como matéria de discussão para a imprensa, e declara que ele tem a seu favor, alem da autoridade de um grande nóme, «a sanção do raciocínio».

Eis aí pois o sr. Latino Coelho de 1858 em frente do sr. Latino Coelho de 1870. O sr. Latino Coelho do tempo em que aínda não éra académico, responde ao académico sr. Latino Coelho.

Que dirá o primeiro, ao ver que o segundo está trabalhando para que os portuguezes merêção os elojíos que ele fês aos inglezes por estes *têrem reguládo o absurdo e tornado sistemática e unifórme a falta de lójica?*

Pela minha parte cabe-me o grande prazer de me achar, quando já vélho, de acordo como quando moço com o sr. Latino Coelho do tempo em que o inspirávão as idéias e as paixõis nóbres e jenerózas da juventude.

Tendo ezaminado os relatórios do sr. Latino Coelho no que respeita á ortografia sónica, passo a considera-los em relação ao dicionário.

Neste ponto á primeiro que tudo a notar uma confissão, que é d'um valor inapreciável. O sr. Latino declara, que a Academia não póde prezentemente dar-nos um dicionário etimolójico; e assevéra que para ele se poder dar, são pre-

izos largos anos de leitura e locubraçõis. E isto quér dizer, que a Academia não possue os precizos conhecimentos d'etimolojia; e não póde calcular-se quando será possível que os venha a ter.

Com efeito, se até oje se não adqüirírão esses conhecimentos, dadas as tendências da época quanto a estudo, quando é que teremos jente abilitada, e dispósta a gastar aqueles largos anos na indicada leitura e locubraçõis? Oje um preparatório estuda-se para fazer ezame, e nos cursos estuda-se para obter o diploma, indispensável para entrar em alguma carreira: àlem de que sempre foi doutrina corrente, que nas escólas apenas se aprende a estudar. E quem é que estuda, e como estuda, depois de sair das escólas?

O dia tem só vinte e quatro óras, e á tanto que fazer... Não pódem deixar de se dar algumas á ocupação ou emprego; o sono não dispensa as suas; e não devemos nós gozar? Não avemos por ezemplo de ir mostrar-nos aos passeios e outros pasmatórios, palestrar e ler os jornais nos grémios ou nos cafés, e assistir aos espètáculos? Já se vê pois, que não résta muito para o estudo; esse que résta, é necessário para os assuntos que sérvem á satisfação das nóssas vàidades; e os estudos etimolójicos não préstão para isso. Estes não abilitão a fazer discursos ou a escrever artigos de fundo; não dão assunto para folhetins; não sérvem para tornar-nos interessantes nos salõis; nem para outras couzas indispensáveis, a um ómem que não queira ser considerado fóssil.

E d'ésta nóssa época á-de nacer outra ou outras com as mesmas tendências.

Se pois isto é assim, se tem de ficar para as calendas gregas o tal dicionário etimolójico, se o sr. Latino elimina do futuro dicionário da Academia todas as referências etimolójicas, como é que tem corájem para dizer que se consérve a ortografia etimolójica? Como é que a Academia nos á-de obrigar a escrever as palavras com ortografia etimolójica, éla que não sabe e por isso não indica a etimolojia d'éssas palavras?

Éla, por ezemplo, não nos dirá, porque devemos dobrar o *l* de *coléjio*, mas mandará dobral-o; não dirá, porque déve aver em *omem* um *h* inicial, mas mandará pôl-o; não dirá, porque se déve escrever *prompto* em vês de *pronto*, mas mandará escrever. Deveremos pois obedecer-lhe, quando empiricamente nos ordene tais impertinências e inutilidades? Deveremos aceitar uma ortografia arbitrária e ruti-

neira, só porque a Academia caprixòzamente nol-a quér impor?

De por mim entendo que não.

O sr. Latino Coelho, pelo que dis no relatório de 1870 e móstra no de 1871, quér que, adiante de cada palavra, o dicionário da Academia tenha em parênteze éssa palavra com a sua *acentuação prozódica,* em lugar das referências etimolójicas que os lècicógrafos alí põi, as quais se omítem nele.

Assim terá por ezemplo:

Collegio (coléjio), s. m. logar destinado ao ensino: corporação; gremio.

Homem (ómeim), s. m. animal racional: o varão; valènte, esforçado; o que chegou á idade viril; marido.

Prompto (pronto), adj. diligente, agil; attento, disposto, apparelhado.

Como se vê, o dicionário da Academia será escrito e mandará escrever numa ortografia arbitrária, que (como se viu a páj. 113) nuns cazos será a *ortografia etimolójica,* noutros a *ortografia uzual* e noutros a *ortografia clássica;* numa ortografia em grande parte etimolójica, mas sem se nos indicar a etimolojia, pelo que a jeneralidade dos portuguezes não a comprenderá, nem a sua razão de ser. E darnos-á em parênteze a palavra em ortografia sónica, a qual todos poderião comprender e apreciar bem.

Óra, não dis o simples bom senso que se deveria fazer o contrário?

O dicionário da Academia, óbra pragmática como dis o sr. Latino, será lei que obriga a todos. Esse dicionário não é óbra só para sábios. Não se admite pois, que o quêirão escrito e obrigando a escrever em ortografia que só os sábios comprenderão.

Para comprender a ortografia etimolójica é precizo conhecer as línguas mórtas. E quem as conhéce o suficiente para isso? Quem as conhecerá sequér alguma couza dentro de pouco tempo? As mulhéres nunca as estudárão: os ómens estúdão o latim para fazer ezame, do grego e ebráico fázem ezame sem os ter estudado, e árabe nem sequér tem quem lho ensine.

Portanto o simples bom senso condena éssa ortografia do dicionário.

Depois da confissão do ilustre secretário da Academia, a réta razão dis, que ésta só póde publicar um dicionário

digno d'éla, se, adòtando a ortografia sónica, nos dér um dicionário ao mesmo tempo ortográfico e prozódico, que séja lei para a fala e para a escrita; por meio do qual desde lógo teríamos uniformidade na ortografia, e com o tempo viria a uniformidade na pronúncia.

E a Academia póde fazer já este dicionário: para isso não são precizos largos anos de leitura e locubraçõis. Porque não á-de pois fazêl-o?

O sr. Latino dis que nas línguas o princípio conservador é a escrita, a ortografia. Pois bem: esse dicionário não teria menos virtude conservadora do que aquele que propõi. Ele seria uma nórma ortográfica d'igual valor; ele fixaria e regularia igualmente a prozódia.

Mas á mais do que isso. A Academia, àlem de nos dar por este módo um ótimo dicionário racional e filozófico para uzo e ao alcance de todos, podia e devia começar o dicionário especial para os sábios.

É verdade que, como dis o sr. Latino, os nóssos dicionários aprezêntão etimolojias que só «demônstrão o éstro imajinozo dos seus àutores»; mas tambem é verdade que temos muitas palavras cuja verdadeira etimolojia é conhecida. O dicionário deveria pois indicar a etimolojia néssas palavras. Se alguem se dedicasse a estudos etimolójicos, as etimolojias que se fôssem descobrindo, irião aparecendo nas sucessivas ediçõis. E esse dicionário de sábios ir-se-ia assim fazendo, incorporado no dicionário de todos.

Talvês a Academia julgue que, indicando as etimolojias sabidas, mostraria que se sabe muito pouco. Mas, não indicando nenhuma, é peór; porque acreditarão que se não sabe nada.

Assim, por ezemplo, adòtando o sistema proposto pela comissão do Porto, na primeira edição do dicionário (quando Deus quizér que éla apareça) as palavras citadas acima virião do seguinte módo:

Coléjio (Lat. collegium), s. m. lugar destinado ao ensino: corporação; grémio.

Ómem (Lat. homo), s. m. animal racional: o varão; valente, esforçado; o que xegou á idade viril; marido.

Pronto (Lat. promptus), adj. dilijente, ájil; atento; disposto, aparelhado.

E nóte-se, que de mudanças iguais ás que se vêem nas três palavras, se encôntrão ezemplos em cada pájina dos

dicionários, àutorizando portanto a que se fáção em todas. Citarei só estes para amóstra:

Igreja (Lat. ecclesia), s. f. congregação dos fiéis, etc.
Outono (Lat. autumnus), s. m. estação em que a màiór parte dos frutos amadurécem, etc.
Ver (Lat. video, videre), v. a. percebêr as fórmas dos objétos, etc.

Eis-alí, com efeito, o que manda a razão. Mas infelismente a pàixão não se móstra dispósta a cedêr-lhe o campo.

ESCLARECIMENTOS

Em princípios de janeiro foi entrégue á Academia Real das Ciências a reprezentação e o parecer que atrás se áxão transcritos.

O sr. conde de Samodãis escrevera, ao vicè-prezidente, o falecido conselheiro A. A. Teixeira de Vàsconcélos, recomendando-lhe o assunto; e eu, falando-lhe, pedí que se interessasse por ele. Perguntando-me, se teria dúvida em comparecer perante a Academia a dar esclarecimentos sobre a questão, respondí-lhe que não duvidava ir aí espor o pensamento da comissão sobre qualquér ponto que julgássem precizo; para o que tomou nóta da minha morada.

Na sessão mensal, em princípios de fevereiro, o assunto foi prezente á Academia. Ésta nomeou, para sobre ele dar parecer, uma comissão compósta de cinco dos seus membros mais considerados.

Um dos académicos disse-me no dia seguinte, que os seus colégas não recebêrão bem a ideia da refórma da ortografia em sentido sónico. E o sr. conde de Samodãis informou-me de que o vicè-prezidente lhe disséra outro tanto.

Pouco depois a comissão reuniu-se, incompléta; e em seguida a uma simples convérsa d'alguns quartos de óra, encarregou o sr. Latino Coelho de redijir o parecer.

O sr. Latino, na sessão de maio, anunciou que o parecer seria aprezentado na de junho.

A comissão não se reunira segunda vês. E em sessão de 6 do mês referido o ilustre secretário da Academia começou a leitura do parecer, que suspendeu depois de lida uma parte, passando a falar do dicionário.

Assim se afirmou então. E o falecido vicè-prezidente escreveu na sua folha, o *Jornal da Noite*, do dia 7, no artigo em que dava conta d'ésta sessão d'Academia, os seguintes parágrafos:

«O parecer admiràvelmente escrito, como todas as óbras do sr. Latino Coelho, louva muito o propózito da comissão portuense, mas conclue contra o projéto de refórma.

«A Academia rezolveu que se mandasse imprimir e distribuir o parecer, marcando-se depois quando déve principiar a discussão, e se ão-de ser públicas as sessõis em que se tratar do assunto.»

São oje 17 de dezembro, passados portanto mais de seis mezes; e a tipografia aínda não recebeu do sr. Latino o orijinal do parecer para imprimir.

A Academia Real das Ciências, lógo que foi constituída, pensou em cumprir o seu dever dando ao país o dicionário da língua.

Apareceu o 1.º volume em 1793, comprendendo as palavras que coméção pela letra *A*. E éra digno começo da óbra que se devia esperar d'uma tal corporação.

Os acontecimentos políticos da primeira metade d'este século, não érão de mólde para que continuássem trabalhos literários tão importantes. Por isso a óbra ficou no 1.º tomo.

Mas no meio das dissensõis e das lutas por que se passou, vivia aí alheio a tudo isso um ómem que tinha uma unica pàixão—o estudo. Éra o conselheiro Ramalho, o qual por sua mórte deixou escrito o dicionário já aludido.

Este veio a ser propriedade do falecido istoriador Alexandre Erculano. Os seus amigos quizérão que a Academia adqüirisse éssa óbra, que dizíão eicelente. E éla comprou-a por 10 contos de reis.

Foi para indicar os meios de «concluir a revizão e proceder á publicação d'este dicionário» (dis o sr. Latino Coelho no relatório de 1870), que a Academia nomeou a comissão em nóme da qual ele fês esse relatório.

Neste foi proposto que, para aver unidade na redàção do dicionário, fosse confiado «esse trabalho a uma só pessoa que dezempenhe as funçõis de dirètor da publicação, devendo àuciliar-se das que lhe parêção necessárias para que a revizão se efètue com presteza».

E a opinião do sr. Latino sobre o dicionário que a Academia adqüiriu, está espréssa no relatório citado. Ele dis:

«O dicionário do sr. Ramalho é o produto de largos anos de diuturna e laborióza aplicação. É incontestàvelmente o mais copiozo de vocábulos e de frazes de quantos se tem composto na língua portugueza, e a Academia e o país dé-

vem á memória do seu incansável compilador o mais justo testemunho pelo eminente serviço que prestou á linguájem pátria, e pela fecunda aplicação que durante uma grande parte da sua vida soube dar aos ócios que lhe restávão das suas importantes funçõis.»

Óra ao sr. Latino foi incumbida a aludida taréfa de dirètor da publicação. Já no relatório de 1871 aprezentou meia folha como *specimen*. Trabalha pois nele á mais de 7 anos. E o vicè-prezidente da Academia, na notícia dada no *Jornal da Noite*, aludida a cimá, escreveu sobre isso o seguinte parágrafo:

«Em seguida o sr. Latino Coelho fês uma larga, erudita e curióza espozição do estado dos trabalhos do dicionário que já vai na letra *C*, e que segundo pensa o ilustre académico, déve começar a imprimir-se.»

Tem-se pois gasto mais de 7 anos em rever (com presteza) a quarta parte do trabalho do conselheiro Ramalho, tão elojiado pelos amigos d'Alexandre Erculano e pelo sr. Latino. Serão precizos couza de 20 anos para concluir a revizão. Pelo que d'aquí a 20 anos, se Deus quizér, teremos o prometido dicionário.

De sórte que a revizão (que só éra precizo concluir) da óbra que a Academia adqüiriu, e que considerárão eicelente e pagárão como tal, gastará talvês 30 anos a fazer-se, sem que áliàs se gastasse tempo no estudo da etimolojia e istória das palavras.

Devo ainda deixar consignado o seguinte.

No relatório de 1871 o sr. Latino Coelho disse que no dicionário «a palavra será escrita com a ortografia que a Academia, sobre propósta que lhe será prezente, aja de adòtar». E tal ortografia aínda não foi adòtada, nem sequér foi aprezentada a propósta para isso.

Trabalha-se pois á 8 anos num dicionário, sem ele ter determinada nem aver préssa de lhe determinar a ortografia.

Assim como déve ficar consignado outro fato não menos notável.

Como atrás se viu, o sr. Latino escreveu no mesmo relatório, que aprezentava um *specimen* do dicionário para que sobre ele recaísse *por parte da Academia e de cada um dos seus membros singularmente um ezame concienciozo e uma frutuóza discussão, em virtude da qual se emendássem e corrijíssem os defeitos do plano, e se xegasse, pelo concurso de todas as forças intelètuais deste eminente corpo li-*

terário, ao mácimo grau de perfeição. E tal discussão aind
se não efètuou.

Óra como, segundo escreveu no *Jornal da Noite* o fale
cido vicè-prezidente da Academia, o sr. Latino pensa qu
o dicionário «deve começar a imprimir-se», ségue-se, qu
aquele que se dis o futuro dicionário da Academia, come-
çará talvês a imprimir-se sem éla ter discutido e aprovad
o seu plano e lhe ter determinado a ortografia.

CONCLUZÃO

Em prezença de tudo que fica esposto, parécem-me de todo o ponto lójicos os seguintes corolários:

1.º É urjente dar á nóssa língua uma ortografia normal.

2.º Todas as consideraçõis, e á frente d'élas a da necessidade de tornar fácil ao povo aprender a lér e escrever, reclámão que se adóte a ortografia sónica.

3.º Não podemos contar para isto com a Academia Real das Ciências.

4.º A nórma natural a seguir é o Parecer da Comissão de Refórma Ortográfica, que foi aceito pelo Porto e que fornéce o conveniente sistema e um bom método para o levar á prática.

Ora, julgo que a razão fala pela minha boca, quanto ás alteraçõis que propús ao que se preceitua no parecer, e que por isso não deverão ser rejeitadas.

Néssa conformidade pois rezumirei a sua doutrina em jeral, e no tocante á ortografia normal provizória que propõi; a qual déve esperar-se que não deixará de se adòtar.

Os elementos da prozódia portugueza são 9 sons vogais — á a, é ê e, i, ó ô, u —; como se ôuvem respètivamente no fim das palavras *òlá róza, café mercê ave, aquí, ilhó avô, bambú.* E são-no tambem 20 sons consoantes ou articulaçõis — *me pe be, fe ve, ce ze de te, es je xe le lhe ne nhe re rre, qe ge* (*g* gutural); como se ôuvem respètivamente na última sílaba das palavras *fama sopa cabo, garfo ova, aço aza róda pato, bàús lója caixa bolo malha pano sonho fóra sérra, maca fogo.*

Dos sons vogais recébem a entoação nazal 5 — *á ê i ô u* —, formando cinco divérsas vogais nazais, que se ôuvem respètivamente nas palavras *tanto pente tinta fonte mundo.*

Os sons vogais orais, unidos dois a dois, fórmão 11 ditongos — *ái áu, éi êi éu êu, iu, ói ôi ôu, ui* —, que se ôuvem respètivamente nas palavras *caixa pauta, cordéis peito, arpéu comeu, feriu, jóia boi levou, fui.*

D'estes ditongos recébem a entoação nazal 4 — *ái áu êi ôi* —, cujo som nazalado se ouve respètivamente nas palavras *mãi mão bem põi.*

Os sinais por meio dos quais aqueles sons elementares se reprezêntão na linguájem escrita, são 9 letras vogais — á a é ê e i ó ô u —, e 20 letras consoantes — m p b f v c z d t s j x l lh n nh r rr q g —.

As letras vogais tem por nóme o som que reprezêntão. Mas, sendo o som da letra *a* e da letra *e* muito brando e servindo por isso mal para nóme, poderão xamar-se, uma *a* surdo e outra *e* surdo. Assim como tambem as letras *á é ê ó ô*, em quanto fôrem distintas por meio d'acento por não se empregar carátèr especial para cada um dos sons, se poderão distinguir pelo nóme comum e pelo adjètivo *fexado* ou *abérto*, respètivamente.

As letras consoantes serão dezignadas respètivamente pelos seguintes nómes: *éme épe ébe éfe éve éce éze éde éte és éje éxe éle élhe éne énhe ére érre éqe ége* (*g* gutural).

Os ditongos orais serão reprezentados por sinais privativos, como está indicado na Memória; e terá cada um a sua dezignação onomatópica.

As vogais e ditongos nazais serão reprezentados pelos seguintes sinais suplementares, e terão por nóme o respètivo som:

Vogais nazais *ã ẽ ĩ õ ũ.*

Ditongos nazais «ãi ãu ẽi õi».

Nos sinais das vogais nazais e dos ditongos, por simplicidade e por desnecessários, não se emprégão os acentos das vogais orais respètivas.

Em quanto se não uzárem os sinais dos ditongos orais, far-se-ão por meio dos acentos as indicações que fôrem necessárias para distinguir os cazos em que á ditongo, sinérezis ou duas sílabas.

Mas o acento circunfléço nos ditongos *ei eu oi ou* só será de necessidade, e deverá pôr-se, onde for preciso para indicar que esses ditongos são a sílaba predominante, isto é, nas vózes verbais como *dêixão dêixem, enfêudão enfêudem, encôimão encôimem, lôuvão lôuvem,* e em *êizito êizodo êistaze.*

São muitas as régras cuja prática constitue a ortografia

normal provizória, isto é, a parte da refórma que tem de ezecutar-se em primeiro lugar.

Começar praticando-as todas ao mesmo tempo é muito difícil na imprensa, sobre tudo nas publicaçõis diárias.

Redàtores, compozitores e revizores não se abilítão para isso com a rapidês preciza, e seria grande néssa parte a imperfeição dos impréssos durante algum tempo.

É necessário pois, que tambem a ortografia normal provizória seja, pelo menos aquí, levada á prática pouco a pouco. O que, sendo de necessidade por esse lado, é por outro de vantájem, visto que assim os leitores irão recebendo a refórma quázi sem o sentir.

Por isso vou aprezentar éssas régras em 6 grupos, na ideia de que a refórma parcial se ezecute em 6 tempos; coordenando-as da maneira mais própria a tornar fácil a sua prática.

RÉGRAS

1.ª Não se emprégа *e* a reprezentar *i* nos ditongos; substitue-se por *i*, escrevendo por ezemplo: *pai navais amais, mãi cãis; dói erói, dóis-te faróis; foi bois, põi põis coraçõis; azuis.*

2.ª Não se emprégа *o* a reprezentar *u* nos ditongos orais; substitue-se por *u*, escrevendo por ezemplo: *pau bacalhau, céu véu, meu deu, viu feriu.*

3.ª Não se dóbra nenhuma consoante.

Os dois *ss* serão substituídos por *c*, pondo-se-lhe a cedilha antes de *a, o, u*. Os dois *rr* serão substituídos pelo caràtèr de *r* áspero (ɍ), criado de novo; pelo qual éssa articulação passará a ser reprezentada tambem nos demais cazos[1].

4.ª (Régra provizória) Quando *u*, precedido de *q* ou de *g* e seguido de *e* ou de *i*, se pronuncia, põi-se-lhe trema (ü).

5.ª Não se emprégа *y* a reprezentar *i*; substitue-se por *i*.

6.ª Não se emprégа *ph* a reprezentar a articulação *fe*; substitue-se por *f*.

7.ª Não se emprégão as seguintes consoantes nulas:

[1] Se as tipografias não julgárem conveniente começar a refórma empregando um caràtèr novo, póde a substituição dos dois *rr* praticar-se juntamente com as régras do 4.° grupo.

O *b* em *substancia subtil Job Jacob*, etc.
O *g* em *augmento assignar Emigdio Ignez*, etc.
O *h* em *habito humido inhabil inhumano theatro rhetorica epocha parocho chlamide*, etc.
O *m* em *damno solemne condemno hymno somno alumno*, etc.
O *s* em *scena sciencia crescer discipulo*, etc.

8.ª Não se empréga *s* a reprezentar a articulação *ze*; substitue-se por *z*.
9.ª Não se empréga *z* a reprezentar a articulação *es*; empréga-se *s*, escrevendo *fás fês juís ferós lus*, etc.
10.ª Não se empréga *ch* nem *k* a reprezentar a articulação *qe*; empréga-se *q*.
11.ª (Régra provizória) O c reprezenta a articulação *qe* antes de consoante, antes de *a*, de *o*, e de *u* seguido de consoante, e antes do ditongo *ui*.

12.ª Não se empréga *g* a reprezentar a articulação *je*; empréga-se *j*.
13.ª Não se empréga *ch* a reprezentar a arculação *xe*; empréga-se *x*.
14.ª Não se emprégão, *lh* a reprezentar a articulação *lhe* e *nh* a reprezentar a articulação *nhe*; emprégão-se respètivamente os dois caratéres nóvos (lh nh).

15.ª Não se empréga *x* a reprezentar a articulação *es*, como em *duplex Felix mixto sexto texto excluir expor*, etc.; substitue-se por *s*.
16.ª Não se empréga *x* a reprezentar a articulação *ze*, como em *exame exemplo exito*, etc.; substitue-se por *z*.
17.ª Não se empréga *x* em *exceder excitar*, etc., porque é nulo[1].
18.ª Não se empréga *e* a reprezentar *ei* nos cazos da terminação *ea* (que outros escrévem *êa* e tambem *éa*), nos de *sexto texto* etc., e nos de *ex* inicial em que é sílaba predominante ou seguido de *ce* ou de *ci*, e tambem em ex-ministro etc.; empréga-se *ei*, escrevendo por exemplo: *correia plateia, deistra seisto, êizito eiceder eicitar, eis-ministro*.

19.ª Não se emprégão as seguintes consoantes nulas:

[1] As palavras *excepção excepto exceptuar* etc., para não têrem de ser alteradas por duas vezes, deverão receber ao mesmo tempo as alteraçõis determinadas pelas régras 19.ª, 20.ª e 21.ª, escrevendo-se desde lógo *eicèção eicéto eicètuar*, etc.

O c em *acção factor inspecção insecto interdicção afflicto,* etc.

O *p* em *psalmo recepção inscripção adopção corrupção prescripto adoptar corruptivel,* etc.

20.ª As vogais *a e o* abértos, que não são sílaba predominante da palavra, acentúão-se com acento grave: ezemplo, *àcerca esquècer mòrdomo àção fàtor inspèção.*

21.ª As vogais *a e o* abértos, bem como as vogais *i u,* acentúão-se com acento agudo, quando são a sílaba predominante; as vogais *e o* fexados acentúão-se com acento circunfléço.

Eicètúão-se os cazos seguintes:

1.º Não se acentua a vogal em *al el* (eicéto nas palavras esdrúxulas) e nas terminaçõis *ar ol,* em que é abérta; acentua-se sòmente nos cazos em que o *l* de *el ol* é transformação do *r* final do infinito dos vérbos, em que é fexada, como por ezemplo em perdêl-o, -a, -os, -as, compôl-o, -a, -os, -as.

(Nos cazos em que o *l* de *al el ol* é transformação de *r* médio, como *amal-o-ei, perdel-o-ás, perdel-o-á, compol-o-emos,* etc., *amal-o-ia, perdel-o-ias, perdel-o-aímos, compol-o-íeis,* etc., ou em que é transformação de *s,* como *ámal-o, pérdel-o, véstel-o, amámol-o, perdêmol-a, vestímol-os, compômol-as* etc., e em *dai-nol-o dou-vol-a,* etc., a vogal é surda; só com eicèção de *fêl-o vêl-o* — em lugar de *fês-o, vês-o* —, em que é fexada.)

2.º Não se acentua a vogal nas terminaçõis *il ul ir ur;* e tambem nas terminaçõis *er or,* quando é fexada, eicéto no vérbo *pôr.*

(Acentua-se quando é abérta. É surda nas prepoziçõis *per por*).

3.º Não se acentua o *a* dos ditongos *ái áu* nos monossílabos e na sílaba final; e tambem na primeira sílaba, em palavras de duas, quando for surda a vogal da última, como em *caixa caixas baixo baixos baile bailes, cauza cauzas auto autos fraude fraudes.*

4.º Não se acentúão, em penúltima sílaba, as vogais nazaladas, nem *a,* nem *e o* fexados, nem *i u,* quando for surda a vogal da última; menos *i u* nos cazos como *saída saúde reúne miúdo ruído* e semelhantes, para evitar que se faça ditongo.

22.ª Não se empréga *x* a reprezentar a articulação *cs;* substitue-se por *c,* escrevendo-se por ezemplo: *mácimo dùcílio flècível, reflèção conèção flèçor reflèço flèçura.*

23.ª Não se dá ao *x* o valor das articulaçõis *q ç* reuni-

das. Nos respètivos cazos, ou se lhe dá o valor próprio ou se lhe dá o valor de *ce* e se substitue por *c*, segundo as analojias, a armonia com as palavras afins, e a eufonia.

Devo agóra fazer notar o seguinte.

O ezame da 21.ª régra e de suas eicèçõis móstra, que nas palavras esdrúxulas se acentua sempre a vogal da sílaba predominante, e que se deixa d'acentual-a muitas vezes nas palávras graves e algumas vezes nas agudas.

Com éssas dispoziçõis, e com a dispozição das régras 4.ª e 20.ª conseguiu-se um importante rezultado: está determinado o valor de cada vogal, sem que seja necessário grande número d'acentos. A fim de evitar o emprego d'estes, fêsse a distinção entre *e o* abértos e *e o* fexados acentuando os primeiros visto sêrem menos numerózos.

Quanto a consoantes, a refórma alcançou tambem este importantíssimo rezultado: cada articulação é reprezentada por um só sinal, á eicèção do *ce* e do *qe*. Mas quanto ao *qe*, sabe-se quando se déve uzar d'um ou d'outro dos dois sinais. Sobre a reprezentação do *ce*, não foi possível indicar quando se devia empregar *c* ou *s*.

Eu direi que em cazo de dúvida se reprezente por *c*, que é o seu sinal próprio.

Em fim está entendido, que *h k y w* se emprégão nas palavras de línguas estranhas, que os tem; tanto em *nómes* próprios como nos apelativos não ainda nacionalizados.

Aí está pois, como cada um póde fàcilmente praticar a refórma nos seus escritos. As régras são simples e claras: basta por tanto que aja um pouco de boa vontade, e o ábito de pratical-a será conseguido.

Por conseguinte em nóme da grande cauza da instrução do povo, apélo para os ómens de boa vontade; apélo para os mancebos, cérto de que néssa idade das pàixõis nóbres á-de ser escutada a minha vós. Prégue cada um com a palavra e com o ezemplo, e a importantíssima refórma será um fato.

Aí está um método da imprensa a poder levar á prática sem dificuldade. Apélo pois em particular para a jente de imprensa, porque, se éla quizésse, sem o menór esforço a nóssa língua seria dentro de seis mezes a primeira em perfeição ortográfica.

Em fim, ainda farei outro apelo: é ao bélo séxo.

Ele não estuda as línguas mórtas nem sequér para fazer

ezame. A senhora mais bem educada está portanto condenada pelos etimolojistas a escrever sempre empiricamente. Em quanto que, adòtada a ortografia sónica, poderia concientemente escrever com toda a corrèção.

Apélo pois para a mulhér. Éla que é amante, espoza, mãi, filha e irmã, nómes que significão o que á de mais sublime e profundo nos afétos umanos, éla que por isso tamanha influência tem em tudo, tambem póde aquí influir imenso.

Vou aprezentar em seguida uma amóstra d'éssa ortografia normal, que é precizo fazer agóra adòtar e seguir: néla estão praticadas as 23 régras. Tómo para isso algumas pájinas d'um livro, que dis respeito escluzivamente á mulhér, e que déve merecer-lhe a màiór simpatia. Pelo que mais devo esperar que éla lhe agrade e obtenha a sua protèção.

E com o favor dos ómens de boa vontade, particularmente os da imprensa e do professorado, com o da mocidade estudióza, e com a protèção da mulhér, sobre tudo a professora, devo acreditar que ésta publicação, que para que xegue ao conhecimento de todos, espalharei abundantemente no continente e ilhas, nas colónias e no Brazil, surta complètamente o efeito que se déve dezejar.

Se não for assim, paciência. Em todo o cazo, terei sido fiel á minha diviza: *Faze o teu dever, aconteça o que acontecer*.

E continuarei a sêl-o; pois se viver e tivér a saúde precisa, antes de muito estará publicado o competente *vocabulário português* segundo a propósta ortografia normal provizória, e mais tarde teremos um dicionàriozinho popular na mesma ortografia, — o qual poderá servir de nórma, até Deus querer que a Academia publique o seu.

SPECIMEN

EZAME COMPARATIVO DO ÓMEM COM A MULHÉR COMPARADOS INDIVIDUALMENTE[1]

VIDA MORAL

Ao fazermos a confrontação da natureza individual do ómem e da mulhér é conveniente não perder de vista os dois aspétos principais da sua natureza, quér dizer a sua vida fízica e moral.

Começando este capítulo pela vida moral ou espiritual da mulhér, diremos antes de tudo que éla poçue as mesmas faculdades espirituais que o ómem. A mulhér sente, pensa, conhéce e quér, como o ómem. Como a d'este, a alma da mulhér é una, idêntica e imortal. Ecencialmente, portanto, a alma da mulhér é da mesma natureza que a do ómem. Fôrão vazadas no mesmo mólde. Poçúem as mesmas faculdades. Têndem ao mesmo destino imortal. E, se a razão é a faculdade mais elevada da alma do ómem, ésta mesma faculdade é a face mais nóbre, a virtude ou a força mais sublime da alma da mulhér.

São óje semilhantes ideias tão universalmente seguidas, que a sua espozição pareceria, mais que um pleonasmo, uma verdadeira superfluidade, se não vícemos em livros, jeralmente apreciados, a indicação de que já em um concílio se ventilara como questão atendível a seguinte propozição: as mulhéres terão alma?

A ser acim, a espozição d'ésta verdade escudada na conciência e na observação devia ocupar o primeiro lugar neste capítulo. Não póde, pois, questionar-se sèriamente a seguinte verdade: á uma verdadeira igualdade ecencial entre a alma da mulhér e a do ómem.

Serão do mesmo módo iguais o ómem e a mulhér nas manifestaçõis e capacidade das suas faculdades? O séxo feminino aprezentará as mesmas vocaçõis e a mesma gran-

[1] J. J. Lópes Praça. *A Mulhér E A Vida,* cap. IV.

e àtividade e enerjia na cultura e dezenvolvimento de ada uma das suas faculdades?

Se respondêcemos com uma afirmação absoluta, a diferença entre os dois séxos converter-se-ia em méra distinção, e a mulhér poderia competir com o ómem em todo o jénero de trabalho. A verdáde porem, como se póde colher da esperiência, acegura-nos que a mulhér tem sido, no ezercício d'algumas das suas faculdades, superior ao ómem; acim como este a eicéde no ezercício d'outras.

A observação e a análize tornarão éstas ideias mais percètíveis, mais claras, mais precizas, mais úteis e mais aceitáveis.

Pelo que respeita ás faculdades intelètuais, tem-se reconhecido pràticamente que a mulhér é mais apta que o ómem e o eicéde na jerência e administração dos negócios domésticos. O ómem ezérce com mais facilidade e perseverança a reflèção. Invèrsamente a mulhér tem uma intuição mais clara, mais viva, mais aguda e mais penetrante. O ómem tem mais facilidade em adqüirir meios de fortuna, a mulhér mais previdência para a conservar, e màiór tino para a despender com parcimónia e economia.

A observação atésta-nos igualmente, que a intelijência feminina não é tão robusta e poderóza, como a do ómem, na formação das ideias jerais e na concèção distinta e profunda das ideias e verdades universais. O séxo feminino sente mais embaraços que o ómem em se formar uma ideia clara da umanidade, confraternidade, igualdade umana, liberdade etc. Xega muitas vezes a estremos de dedicação por éstas ideias, mas para se elevar até élas é precizo firmar-se em ezemplos particulares, e, pela dificuldade que tem em abstraír, não fórma fàcilmente uma ideia preciza e compléta das ideias jerais e sintéticas. Por via de régra conhéce melhór o indivíduo que a espécie, ao invérso do ómem, que se móstra mais apto para a jeneralização do que para minudências particulares.

A istória das ciências, das bélas letras, e das artes liberais não nos móstra no Pantheon dos jénios a superioridade feminina ocupando os primeiros lugares. Na crítica as mulhéres manifèstão, coerentemente, o mesmo pendor das suas faculdades intelètuais. Não aplicão, com a mesma facilidade que os ómens, as leis fundamentais da lójica e da estética. É mais acomodado á índole intelètual da mulhér o repente que o talento. Decídem com prontidão da perfeição de qualquér trabalho relativamente ao gosto e tendên-

cias da àtualidade. D'aí o jénio da imitação; d'aí a ezistência d'àtrizes e cantoras eicelentes. Advertindo que a imitação, despida de toda a orijinalidade, nos seria dezagradável, e que não é d'èça que nós aquí nos ocupamos.

Estes reparos não dévem separar-se de duas observaçõis importantes. Por um lado a istória científica, literária e artística não póde, sem uma grave injustiça, provar igualmente em favor ou dezabono das faculdades intelètuais do ómem e da mulhér. Com efeito a educação literária da mulhér tem sido infinitamente mais descurada que a do ómem. Se na Grécia as mulhéres podíão escutar as liçõis de Pitágoras, se a formózà e infelís Ipátia, na decadência do império romano, foi uma profeçora ilustrada e célebre, não é menos ezato, que nunca se curou da educação feminina, como da educação do séxo masculino. Não vai lonje o tempo em que o saber ler e escrever éra considerado, numa mulhér, antes como vício, do que como uma virtude. E aínda estes desgraçados preconceitos não estão tão jeralmente estirpados que não se encôntrem opiniõis em contrário. E nós não temos por impocível que merecidos cuidados com a educação do bélo séxo modifiquem, por ventura, os juízos que até o prezente nos é lícito formar da sua índole e capacidade em relação com as mais ou menos pronunciadas faculdades do séxo masculino. Por outro lado a educação espiritual que recébem, muito as inabilita para esperimentárem todos os recursos da sua intelijência, dicipando-lhe as óras em diversõis e futilidades nada próprias a inspirárem-lhes os deveres morais que a todos nós impõi a dignidade umana, e acostumando-as desde tenra idade até a idade adulta a conservárem-se estranhas, o mais que é pocível, aos espinhos que ão-de encontrar na vida.

Em fim, no estado àtual é que talvês poçamos afirmar d'um módo quázi jenérico, que a razão do ómem é mais vasta, mais firme e perseverante, e mais segura e imparcial que a da mulhér.

Pacemos agóra á faculdade de sentir.

Acim como a mulhér poçue freqüentemente uma imajinação mais viva que o ómem, acim a sua faculdade de sentir é mais delicada, mais imprecionável, e mais impetuóza.

É incontestável que á no coração da mulhér sentimentos verdadeiramente maravilhózos, e que éla aínda os eléva pela maneira com que céde á sua inspiração e os tradús na vida. Poucos ezemplos bástão. A mulhér é uma intérprete divina do amor nas suas divérsas iradiaçõis. Porque ama a Deus e ao prócimo, pelas delicadezas do seu coração, sabe

multiplicar as esmólas. Sabe tornar próprias as dores alheias, sabe atrair a confiança dos que sófrem, xóra sincèramente com eles e xega a consolal-os. Como filha cérca seus pais d'afagos que naõ poderião esperar-se do filho. O filho sabe ser àtivo, prestar um serviço dependente da sua força e àtividade; mas o condão d'aquècer o pai doente, decrépito ou moribundo, de conversar com ele, de o acalentar, consolar e ŕeanimar,—eco pertence rigoròzamente á mulhér.

Amando desvelàdamente os pais, estreméccm seus filhos. O amor matérno! Éstas palavras esprimem um sentimento universal, profundo, aŕaigado no coração feminino, invariável, imudável, cońhecido por todos os póvos, sempre e em todos os lugares. É por iço que a violação d'este sentimento nos cauza verdadeiro ońor; as mãis darião toda a sua vida por àumentar algumas óras a vida de seus filhos.

O sentimento de gratidão adqüire no coração da mulhér ŕenovado esplendor. Jeneròzamente agradecida éla axa, no seu màiór estado de penúria, uma palavra, uma delicadeza que não pagarião tezoiros umanos.

Toda ésta superioridade e ŕiqueza de sentimentos jenerózos da mulhér procéde, a nóço ver, de que o seu amor é já de si superior ao mesmo sentimento tal como se encontra no coração do ómem. A mulhér sabe praticar, maravilhòzamente, a virtude santa da dedicação; ama, e sacrifica ao seu amor beleza, ŕiquezas, dignidade, glória,—tudo. O ómem jeralmente não procéde com um desprendimento tão absoluto de si mesmo. Por mais ardente que seja o seu amor, não se consagra inteiramente a sua mulhér, não se ŕezigna a tudo sacrificar ao movimento do seu amor. A mulhér sim, éça fica, para acim dizer, complètamente absorvida na personalidade do marido. Tóma até o nóme do marido, sem que suceda o invérso. O ómem dedica-se, mas não se deixa absorver; ao paço que a espoza sente uma doçura infinita, uma felicidade inefável em toda se confiar ao marido, e em ser acim considerada por ele. Ésta inteira e compléta incarnação da mulhér na peçoa do marido, se, por um lado, a fás perder em egoísmo, por outro a fás ŕealçar no amor.

No ómem predomina o egoísmo, o amor próprio. A mulhér ŕenuncia a si própria; o ómem não se ŕezigna a tamaǹho sacrifício. Este sentimento d'egoísmo no ómem é ainda avivado pela superioridade ŕelativa de algumas das suas faculdades intelètuais, e da sua força muscular.

É porem de notar, que ésta vivacidade de sentimentos é, não ŕaras vezes, nociva e fatal ás mulhéres, sendo que, cultivando principal e quázi unicamente ésta face do espí-

rito em prejuízo da cultura intelètual, prepárão um dezenvolvimento dezigual nas faculdades da alma com evidente prejuízo da sua própria felicidade; pois que só da dezenvolução armónica de todas as suas faculdades lhes poderia advir uma prosperidade estável. É por este motivo que aconselharemos sempre, como princípio regulador da educação feminina, a seguinte mácima: «Déve a mulhér empregar todos os esfórços em subordinar aos ditames da razão e da conciência os impulsos do sentimento».

Résta-nos falar da terceira faculdade da alma — a vontade, em virtude da qual o nóço espírito se dirije num ou noutro sentido.

Nas nóças determinaçõis voluntárias sérvem-nos de guia as faculdades intelètuais, e ezércem a sua influência, mais ou menos enérjica segundo a sua vivacidade, os sentimentos. Óra como éstas faculdades predomínão, segundo vimos, divèrsamente no ómem e na mulhér, acontéce por consequência que eco mesmo fato se revéle nas rezoluçõis da vontade. O ómem, antes de se rezolver, regularmente, calcula, pondéra, refléte, consulta a sua intelijência, aceitando mais ou menos o impulso do seu egoismo. São acim, na mácima parte, determinados os atos voluntários do ómem. Em relação á vontade feminina, d'outro módo se pação as couzas. A mulhér refléte, pensa, medita menos que o ómem, e sente mais e mais vivamente do que ele. Dominada pelo sentimento e cultivando, para mais, de um módo quázi esclusivo ésta faculdade, a vontade feminina rezólve-se instantánea, pronta e subitamente. A mulhér tem melhóres repentes que o ómem. São as rezoluçõis voluntárias d'este filhas da reflèção, são mais demoradas; em quanto que a mulhér, ao contrário, como que se decide por uma espécie de inspiração, de intuição súbita; e algumas vezes rezólvem élas por este meio dificuldades, para que a prudência do ómem se confeçou insuficiente.

D'éstas observaçõis sobre as diferenças entre as faculdades da alma do ómem e da mulhér, se podem deduzir os seguintes corolários: a alma da mulhér poçue ecencialmente as mesmas faculdades que a do ómem, acompanhando-o em todas as suas elevaçõis e tristezas; intelètualmente, o ómem eicéde a mulhér no poder ou força de raciocinar, de abstraír, de jeneralizar, na vastidão, firmeza e imparcialidade dos seus juizos, embóra éla se distinga pela rapidês da intuição e por um espírito delicado e analítico; relativamente á faculdade de sentir, a mulhér eléva-se na dedicação dezinte-

çada e compléta e nas últimas e mais íntimas finezas do
mor, xegando a suprir com a enerjia do sentimento a de-
lidade do seu séxo para afrontar o martírio com verda-
eira corájem mais que umana, ao paço que o ómem é
ais egoísta e mais sensível ao amor próprio; em quanto
vontade, a mulhér é mais pronta em tomar uma delibe-
ação que o ómem, mas, deixando-se impelir mais pelo sen-
imento do que pela reflèção, póde por vezes ser a sua vo-
ição mais acertada e freqüentemente mais jeneróza, em je-
al porem, como menos reflètida, será menos umana, me-
nos prudente e menos cautelóza.

UNIDADE, IDENTIDADE, IMORTALIDADE DA ALMA[1]

É aínda a conciência que nos acegura da unidade e identidade da nóça alma. A conciência dis-nos, que o ser que sente, é o mesmo que conhéce e que tem a faculdade de querer; e que, àlem d'isto, o ser que em nós sente, pensa e quér neste momento, é o ser que tem sentido, pensado e querido em todos os momentos da nóça vida. A memória, pela qual a intelijência nos consérva e ŕecórda as percèçõis prezentes e paçadas, é um testemunho vivo e incontestável da identidade da alma.

A nóça conciência e a nóça ŕazão dizem-nos que o bem meréce prémio e o mal castigo. Nésta vida nem sempre o bem é premiado, nem sempre o mal é castigado: lógo paréce neceçário que se faça justiça compléta noutra vida melhór. O espírito descrente e caŕegado de crimes e vícios conségue sufocar os gritos da conciência, matando a àção constante dos ŕemórsos. Não se diga pois, que o ŕemórso é a justa compensação do crime; nem a alegria e tranqüilidade da conciência, a compensação merecida da virtude. A justiça umana aínda é mais insuficiente para a justa ŕecompensa do bem e do mal, que o suplício ou a pás da conciência; porque é falível, sujeita a coŕução, e porque lhe páção dezapercebidos uma grande parte dos atos umanos. Àlem d'iço á erόis, á sábios, á bem-feitores, que o são até o seu último momento; acim como á criminózos a cujas perversidades só o sepulcro põi um limite. Como poderião, em tal cazo, ser devidamente premiados os méritos d'uns e os malefícios dos outros?

É pois iŕecuzável: àlem de ser uma e idêntica, a *nóça* alma é imortal.

Olhemos para o que se paça dentro em nós. Temos e sentimos uma aspiração inceçante para uma felicidade per-

[1] J. J. Lópes Praça. *A Mulhér E A Vida*, cap. 2.

eita. Ninguem neste mundo se julga complètamente felís, porque aspiramos ao infinitamente perfeito. Óra estes ímpetos, estes aŕojos da nóça alma não serão uma ŕevelação divina? Não serão um prenúncio da nóça imortalidade, lavrado pela mão de Deus, no mais íntimo das nóças almas? Quem nos comunicou éças verdades absolutas e neceçárias que constitúem o património àugusto da ŕazão? Quem ŕevelou á ŕazão umana outra vida melhór e que não terá fim? Ó! cèrtamente, se devemos acreditar no testemunho das nóças faculdades, como poderemos duvidar da nóça imortalidade, tão confórme com as mais vivas aspiraçõis do nóço espírito?

O argumento de Fenelon não é decididamente desprezível. Nem um átomo de matéria se aniqüila, e, sendo a nóça alma superior e mais eicelente que a matéria, avia de aniqüilar-se? Não é pocível. O poéta João de Deus traduziu, do seguinte módo, este mesmo pensamento em linguájem d'anjos:

> «Á depois d'ésta vida inda outra vida.
> Não se ŕedús a nada um grão d'areia,
> E avia de a nóça alma, a nóça ideia
> Nas ŕuínas do pó ficar perdida?»

Com efeito a nóça alma alimenta-se de verdades, e a verdade é etérna. Não se póde encontrar ŕazão, motivo nenhum sólido para acinar um limite á vida futura da alma. O bem, dis Platão, que a alma se apropria, é imortal, é indestrutível. Concluamos pois, com o poéta citado:

> «Não se é só pó no fim de tanta mágua.
> Senão diga-me alguem que alívio é este
> Que sinto, quando á abóbada celéste
> Alevanto os meus ólhos razos d'água.»

ADVERTÊNCIA FINAL

O precedente *specimen*, acim como ésta advertência, parécem de mólde a conseguir a simpatia dos leitores para a ortografia que reprezêntão.

Espéro que, á sua vista, o público se afeiçoe a ésta ortografia simples, racional, acecível a todas as intelijências; a qual tornará o português, neste ponto, a mais perfeita de todas as línguas da àtualidade. Acim como espéro, que por iço éla será de pronto adòtada.

Quem escrever segundo ésta ortografia, póde conhecer, e dizer com segurança, que escréve bem. E portanto é de crer, que todos pácem a escrever acim.

Não me animei a propor para já, e a incluir neste *specimen*, quatro alteraçõis mais, as quais porem muito dezejaria, e seria muito útil, que fôcem tambem realizadas.

Éças alteraçõis são:

«Não empregar — o — a reprezentar — u — nos ditongos nazais, paçando-se a uzar já o ditongo — ãu —; e paçando tambem já a uzar-se os ditongos — ãi õi —.

Não empregar — em — ou — en — a reprezentar o ditongo ẽi, paçando-se desde já a uzar este.

Não empregar — u — nulo depois de — q —.

Não empregar — s — a reprezentar a articulação — ce —; sendo substituído por — c —, com cedilha ou sem éla respètivamente.

Éstas quatro alteraçõis deverião constituir um sétimo grupo de régras, para a prática da refórma pela imprensa.

Ece aditamento completaria o valor da refórma ortográfica agóra realizada.

ERRATAS

Pàjinas	Erros	Emendas
12, nóta	lĩna	tĩna
52, nóta 1.ª	pájinas 4	pájinas 14
52, nóta 2.ª	àctuais	àtuais
95, linha 40	de — ph —	de — ph — ;

N. B. Por desnecessário, não se nóta algu ma outra incorrèção menos importante.